NUNES PEREIRA
Técnico da Divisão de Caça e Pesca
do Ministério da Agricultura

A ILHA DE MARAJÓ

Estudo Econômico-social

★

Série Estudos Brasileiros
N.º 8

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
EM COOPERAÇÃO COM A
DIVISÃO DE CAÇA E PESCA, do D.N.P.A.
RIO DE JANEIRO
1956

Doação de Fernando da Cruz Gouvêa
16/1/58

A ILHA DE MARAJÓ

NUNES PEREIRA
Técnico da Divisão de Caça e Pesca
do Ministério da Agricultura

A ILHA DE MARAJÓ

Estudo Econômico-social

★

Série Estudos Brasileiros
N.º 8

330.918112
P436

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
EM COOPERAÇÃO COM A
DIVISÃO DE CAÇA E PESCA, do D.N.P.A.
RIO DE JANEIRO
1956

BIBLIOTECA DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL
N.º 3824
24.1.58

2006 05 06 93

NUMEROSAS FAZENDAS DE GADO ESTÃO SITUADAS EM REDOR DO LAGO ARAR
QUE É O MAIOR CENTRO DE PESCA DA ILHA DE MARAJÓ, NO EST. DO PARÁ

SUMÁRIO

Apresentação — JOSÉ A. VIEIRA 7

CAP.

I — Destino da Ilha de Marajó 9
II — Conquista 17
III — Ante-visão cientifica 25
IV — Formação dos rebanhos 45
V — Exploração das águas 66
VI — Borracha da Ilha 85
VII — Caraterização da propriedade 92
VIII — Aspectos etno-sociais 101
IX — Valorização 108
X — Conclusões 108
NOTAS — 117

ÍNDICE DAS ESTAMPAS (*)

ESTAMPAS — ENTRE AS PÁGINAS

1, 2, 3, ... 9 e 16
4, 5, ... 7 e 24
6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 ..... 25 e 40
20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 ..... 45 e 65
27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, ... 66 e 84
34 ..... 80 e 91
35, 360, 37 e 38 ..... 92 e 100
39 40 ..... 101 e 110

(*) Devemos a maioria das fotos que ilustram o presente estudo ao jornalista, escritor e cincasta LIBERO LUXARDO, radicado á vida intelectual e politica do Pará. Foi ao seu precioso documentário que a SIA recorreu no intuito de dar ao nosso trabalho uma projeção mais apreciavel. Aqui consignamos a Libero Luxardo os nossos agradecimentos.

Dadas a sua extensão e a variedade de sua geografia, é o Brasil um país cujo estudo tem fatalmente de ser feito por partes, para um dia chegar-se a um levantamento global.

Aqui temos uma peça dêsse conjunto — a Ilha de Marajó — *realizada por quem estava à altura da incumbência: Nunes Pereira.*

Nunes Pereira, além de técnico da Divisão de Caça e Pesca, é conhecedor profundo do setentrião brasileiro, desde o golfão amazônico, com os seus 85.500 Km2, (2 1 2 vêzes mais do que o do Mississipi) até aos confins do oeste da grande planície. Conhecimento direto, pois numerosas vêzes sulcou suas águas e penetrou no labirinto dos igarapés e da floresta.

Poucos terão, como êle, observado de perto — e com amor, porquanto é filho da região, — a vida simples da gente amazônica, estabelecida à beira-rio: os lavradores ou nômades, os extratores de produtos naturais e, ainda, os criadores ou vaqueiros.

O arquipélago marajoara sempre lhe mereceu especial carinho e desta constelação de ilhas deltaicas ou de aluvião, estudou a principal, pela grandeza e importância, pois, como se sabe, a Ilha de Marajó mede 47.964 quilômetros quadrados, sendo, pois, maior que a Bélgica, ou a Suíça, ou, ainda, a Dinamarca.

Mas, o autor dêste estudo não se valeu sómente do que viu e do trato direto com as realidades; compulsou quanto se tem publicado a respeito da terra marajoara, desde as páginas de estudiosos, como Alexandre Rodrigues Ferreira, Ferreira Pena, Frederico Hartt, Orville Derby, até aos mais recentes estudos, conforme poderá ser verificado pela substanciosa bibliografia que anexa ao fim da obra.

Começa, muito naturalmente, pela história da conquista e exploração da Amazônia e passa, depois, a descrever a paisagem física da Ilha.

Estuda, após, seus recursos naturais e, no capítulo sôbre a exploração extensiva das águas interiores, um dos mais importantes do livro, passa em revista a multidão de peixes de valor econômico, revelando conhecimento seguro dêste grande recurso da Ilha.

Examina, a seguir, um a um, os demais problemas econômicos, como os que dizem respeito à exploração dos seringais nativos e à pecuária, acentuando, aí, a importância futura desta última atividade. Entra, ainda, mais minuciosamente, no âmago dêste problema, lembrando ser necessária a reabilitação social do vaqueiro da Amazônia.

A Ilha de Marajó já havia sido estudada sob vários aspectos — geológico, fisiográfico, botânico e tantos outros — mas restava ainda fotografar-lhe a vida econômico-social de hoje em dia, o que acaba de fazer Nunes Pereira, com conhecimento e honestidade.

Cumpre salientar, por outro lado, que, no sentido de fazer trabalho quanto possível completo, o autor enriqueceu o seu texto com um largo acervo de material ilustrativo, todo êle original.

O Serviço de Informação Agrícola, prosseguindo na sua atividade editorial, em cooperação com outros órgãos ministeriais, já iniciada anteriormente com a Divisão de Caça e Pesca — Animais Selvagens, *de Eurico Santos — dá a público mais esta interessante monografia.*

O presente trabalho é editado com a colaboração da Divisão de Caça e Pesca, do D.N.P.A., que soma seus recursos aos do SIA para a obra de divulgação que se faz necessária entre nós, notadamente no setor técnico e econômico-social.

Fevereiro, 1956.

JOSÉ A. VIEIRA
Diretor do SIA

CAPÍTULO I

DESTINO DA ILHA DE MARAJÓ

CRUZAMOS, por diversas vêzes, a área geográfica ocupada pelo Arquipélago de Marajó, fronteiro ao Oceano Atlântico, entre dois rios equatoriais — o Amazonas e o Tocantins.

Como a velha pupila européia, habituada á circunferência do horizonte tradicional de que era centro, na frase de Ortega y Gasset, a nossa pupila não pôde abranger, numa perspectiva única, a extensão das terras, o volume das águas e a família humana que lhe são característicos. Mas podemos abranger, mesmo num espetáculo fragmentário, à maneira de outros viajantes, o destino daquele arquipélago, que se diria ficar à parte do destino da Amazônia, e que, no entanto, lhe está impressionadoramente ligado.

Com êsse propósito utilizamos seis tipos de transporte: — o avião, o barco a motor, a canoa-geleira, a vigilenga, o cavalo, o boi de sela.

Desde logo ficou evidenciado que o exame perpendicular, em vôo de pássaro, não nos dará nunca, isoladamente, a exata condição para avaliarmos as possibilidades de ilhas que, como a de Marajó, a de Caviana, a de Mexiana, compõem o referido arquipélago, de maneira surpreendente e originalíssima. E isso verificará, de certo, o próprio pássaro que, tendo abrangido do alto determinada área de seu interêsse, desce a percorrê-la a pé, em tôdas as direções, ganhando a intimidade dos seus aspectos, balanceando as variedades dos seus recursos.

Considere-se, portanto, como tem sido precária a apreciação dos aspectos físicos e aferição dos recursos da Amazônia de modo especial do arquipélago marajoara, por viajantes, de hoje, que se utilizam apenas, preferentemente, de um meio de transporte — o avião — e que visitam um ou outro centro de atividade das capitais dos Estados e dos Territórios. E saiba-se, igualmente, que

não bastam o barco a motor, a canoa e o animal de sela: é preciso que percorramos a pé a mais típica extensão das suas áreas geo-econômicas, entre as quais se inscrevem — não só pelo seu pitoresco, ofertado à vista pela fauna e pela flora, mas pelo drama da gente que ali vive e trabalha, — as que constituem aquelas ilhas, e, dentre tôdas, a de MARAJÓ, cognominada *a small continent in itself*.

Ocupar-nos dêsse destino, pois, deve ser o nosso objetivo neste momento, já porque nunca esteve êle tão ao alcance de apreciação, já porque se está falando em todo o país e fora dêle — com insistência, diga-se, porém, nem sempre com autoridade — na Valorização Econômica da Amazônia. Só assim talvez consigamos que lhe compreendam melhor o destino, cujos fatôres são a sua economia, a sua sociologia, a sua antropologia e a sua política.

É óbvio que, primeiramente, temos de reexaminar, no tocante à história da Conquista e Exploração do Vale amazônico, os dados postos à nossa disposição por aquêles que a escreveram com autoridade e desassombro, dêle retirando os mais fecundos ensinamentos.

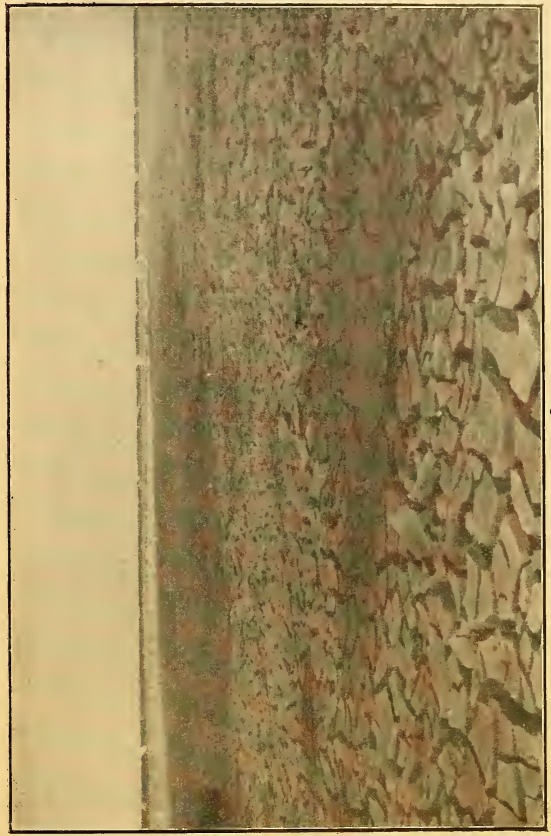
Um dos cultores dessa história, Arthur Cezar Ferreira Reis, referindo-se a Marajó, nos revela que "durante vinte anos, entreverando com o gentio e com êsses concorrentes ousados (franceses, inglêses e holandeses) os lusos-brasileiros mantiveram-se quase exclusivamente no delta", (1) isto é, às embocaduras do Amazonas e do Tocantins, no arquipélago em apreço.

E todo êsse tempo se consumiu, naturalmente, no empenho de valorizar um dos *butins* mais ricos da Conquista e de estabilizar a sociedade por ela criada, como o define o autor de ESTADISTAS PORTUGUÊSES NA AMAZÔNIA, por uma reta orientação das relações do elemento humano com o meio físico. Acreditamos, porém, que êsses movimentos da Conquista, com lances muitas vêzes épicos, foram principalmente estimulados por fôrças de caráter histórico, econômico e psicológico ainda não de todo estudadas.

Já os cronistas dos primeiros anos da Descoberta apontavam os portuguêses arranhando, como caranguejos ao *atá*, o litoral bra-

---

(1) Segundo o Barão de Marajó, "Transgredindo a lei que impõe a formação dos deltas, é hoje incontestável que a ilha de Marajó, Caviana e Mexiana e outras não fazem parte do delta, mas a pedaços do continente".



Baixando os águas, em redor dos lagos, o chão apresenta o impressionante aspecto dos «aterroados». Ao fundo, nas depressões encharcadas do campo, bandos de aves ictiófagas.

Jaburús e cabeças-sêcas à margem de um lago na Ilha de Marajó

sileiro, o que denuncia certa indecisão, patente falta de uma verdadeira orientação político-administrativa, reflexo da própria vida de Portugal, àquela época, com as finanças em frangalho e as conseqüências que sôbre êsse teriam lançado a servidão, a exploração do homem na monarquia néo-gótica, tão bem definida por Alexandre Herculano.

Depois, não nos parece que deixassem de entorpecer a mentalidade dos dirigentes portuguêses na Amazônia os próprios aspectos morfológicos das suas terras e das suas águas, da ecologia, enfim, a que estavam subordinados todos os indivíduos, vegetais e animais, principalmente o próprio homem, o nativo e o que nela intentava fixar-se. Às proximidades do continente recém-descoberto, a extensão, as formas de vida e as fontes de riqueza que se lhes entremostravam nesse arquipélago, eram bem diferentes das do arquipélago açoriano que conheciam e de um delta, como o do Nilo, que os homens de cultura de sua pátria sempre referiam.

Teremos de convir, também, que, embora afeitos ao esplendor de outros continentes e de outras ilhas, na Ásia e na África, o esplendor Amazônico, largo tempo, os inibira de ver, serena e integralmente, as suas realidades e os seus mistérios. Basta considerar-se, por momentos, que a denominação de MARINATAMBALO, peculiar a um trecho do continente, — hoje Território Federal do Amapá — se aplicou erradamente à Ilha Grande de Joannes, (2) e veio erradamente até nós, quando os seus aspectos físicos, a sua posição, entre o Amazonas e o Tocantins, frente ao Atlântico, haviam levado as tribos da região a denominá-la MARAJÓ, que, em língua geral, é MBARÁ-YÔ, — o tapamar, o anteparo do mar, — como o ensina Alfredo Augusto da Mata, um dêsses mestres que temos sempre satisfação de citar.

---

(2) Alexandre Rodrigues Ferreira, em sua MEMORIA SOBRE A NAÇÃO *Sacaca* escreveu: "Chama-se a Ilha de Joannes, porque havendo sido povoada de diversas naçõens de Indios, como Aroans, Moco-ons, Ingaibas, Mariapans e Cariponas, entre estas a povoou tambem a Nação Iuioana cujo nome que depois com o tempo se converteu no que hoje tem nome de Joannes, tal hé a informação que dá a tal respeito o Sacaca Severino dos Santos, Sargento mor da Ordenança dos ditos Indios na Villa de Monforte. He hum Indio, pelo que deste alcancei sufficientemente versado nas coisas do País, civilisado, já pelo menos com a civilidade de haver aprendido a ler, e escrever. Conta de idade setenta e tantos annos, fala expeditamente e assim estuda a lingua portuguesa, e portanto nenhum escrupulo faz de subscrever as suas informações..."

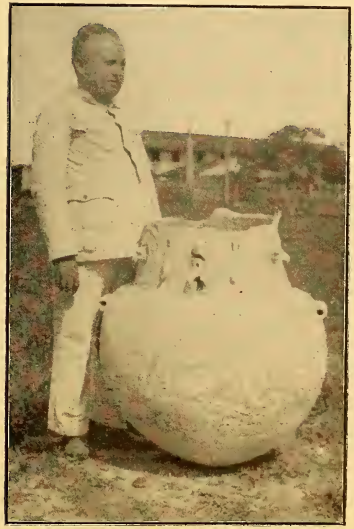
Isso quanto à toponímia.

Quanto à sua estrutura geológica, aos seus relevos e depressões fisiográficas, freqüentemente seriam motivo de falsas interpretações por parte dos portuguêses e dos estrangeiros que estavam empenhados em varrer da embocadura do Amazonas, sobretudo em frente à mecânica dêsse rio jovem e dos seus afluentes, uns mais jovens ainda, impetuosos e divagantes, mais velhos outros, tardos e profundos. Depois, as correntes marítimas e as correntes fluviais, não só lhes punham ante os olhos e espectáculo da pororoca, mas a criação incessante de baixios e de novas ilhas incorporando-se à grandeza do arquipélago marajoara.

Não admira que, vinte anos a fio, andassem os portuguêses de roda a êsse arquipélago sem objetivar uma ação econômico-administrativa que caracterizasse, efetivamente, a política que seria, ainda no conceito de Arthur Cezar Ferreira Reis, a precursora da obra de estadistas da atualidade. E que não lhes seria fácil apreender a grandeza material dêsse arquipélago e o seu destino, podemos concluir do gesto do Professor Orville A. Derby que escreveu a sua descrição da Ilha de Marajó só após visitar o *mound* ou cerâmio do Pacoval, no lago Arari, em 1871, e, posteriormente, estender os seus estudos até às cabeceiras do Anajás, recorrendo a preciosos dados de Ferreira Pena, constantes de um relatório apresentado em 1876 ao então Presidente da Província. (Vêr Nota 1)

Encontrara o eminente sábio, na obra esquecida de um outro sábio não menos eminente, as experiências de um brasileiro que, vindo de Minas, se radicara na Amazônia por um amor e uma compreensão a que não eram, naturalmente, sensíveis os primeiros portuguêses que a descobriram, povoaram e exploraram, nela fundando as bases de uma economia agropastoril que, desgraçadamente, ainda se não libertou de um secular movimento de rotina, como o demonstraremos sem grande esfôrço no decorrer dêste estudo.

Ferreira Pena não pudera asenhorear-se da cultura e do preparo técnico de um Orville Derby, mas o seu autodidatismo e a sua honestidade, sobretudo, o haviam levado a percorrer a Ilha de Marajó numa extensão de extraordinária opulência de contrastes, não se empenhando em revolver apenas cemitérios indígenas, em perturbar o sono secular de artistas anônimos. Pôde fixar, dêsse modo, aspectos da vida econômica que se estava processando, sem fundamento racional, apontar erros sociais, políticos e administrativos que pesavam brutalmente, já então, sôbre o escasso contin-



Um belo exemplar da famosa cerâmica de Marajó

gente humano ali miscegenado, primeiramente com lusos, e, posteriormente, com negros escravos, cujo drama ainda não foi abrangido no seu reflexo sôbre os indivíduos que lhes herdaram a estrutura física e as reações de uma psicologia de desenraizados.

Quando êsse sábio brasileiro se ligou a Frederico Hartt, mais próximo da evolução científica do século passado, as suas experiências da terra marajoara, as suas investigações culturais, a sua intimidade com os problemas que lhe eram peculiares teriam de ser os anéis da afeição que ligou o geólogo americano, companheiro de Agassiz, ao arqueólogo brasileiro, cuja obra anda a reclamar uma vulgarização afetuosa e compreensiva.

É claro que tanto Orville Derby como Frederico Hartt não poderiam definir certos aspectos da fisionomia dessa Ilha, se os mesmos lhes não tivessem sido revelados por Ferreira Pena, que a percorrera a pé, muitas vêzes, em tôdas as direções, acompanhando o levantamento parcial de grandes áreas do seu território, consultando cartas raríssimas, dos primeiros dias da conquista e povoamento da Ilha.

Como saber se "as costas ou margens da Ilha diferem entre si conforme as águas que as banham", sem lhes pararmos às praias e barrancos, observando-as, dias e dias e em épocas diversas?

Como saber se a sua forma é quadrangular, tendo "de comprimento no sentido leste-oeste 143 milhas geográficas ao longo da costa norte, sendo sua maior largura cêrca de noventa milhas", sem utilizar instrumentos de precisão e recorrer a cálculos rigorosos?

Evidencia-se, assim, nestas páginas, que o destino dêsse arquipélago está dependendo, inicialmente, de um grande fator moral — a honestidade — e de outro grande fator cultural — a técnica, — que definem o verdadeiro homem de ciência, do tipo de Martius, de Ferreira Pena, de Orville Derby ou Frederico Hartt.

CAPÍTULO II

CONQUISTA

Esse fator moral, — a honestidade — nem sempre podemos apontar na gente que conquistou para El-Rei de Portugal a Amazônia Brasileira. É o que a história, pelo menos, nos transmite, no cômputo dêsse passado remoto e, talvez por essa razão, nem sempre precisamente analisado.

Não lhe mandou o Govêrno da Coroa gente selecionada senão muito tempo depois da vinda de Caldeira Castelo Branco.

Roma e outras áreas geográficas não tiveram nascimento diverso, não se povoaram de outro modo, em que pese a palavra de Leon Homo, estudando o surpreendente sincronismo que pôs etruscos e latinos frente à frente. Assim, o coeficiente humano que lhe coube de início, foi o que procedia das valas e monturos sociais de Lisboa, gafos da madraçaria e da ignorância, dos centros do ruralismo em crise nas províncias que a abasteciam, escravos de um regime de exploração da terra e do homem que nada tinha a recomendá-lo. (3)

---

(3) A respeito das regiões de Portugal e dos tipos humanos, delas procedentes, que foram ter a Marajó e, também, a toda a Amazônia, Theophilo Braga escreveu:

"Cada provincia apresenta caracteres diferentes; nos districtos mais elevados das provincias do norte, as neves mantêm na estação calmosa a frescura da athmosphera, tornando as noites frias mesmo nos ardores do verão. O *Minho* é a mais pequena de todas as provincias e a mais florescente em agricultura, em comercio e industria; aqui a actividade do homem venceu o terreno esteril tornando-o fecundo; há mais densidade da população, mais fartura, mais desenvolvimento moral e iniciativa. Na *Beira* o systema agrícola dos pousios não deixa à terra a largueza da sua producção, que diminue cada vez mais com a extensão dos baldios para pastagens; a falta de communicações conservou por muito tempo o povo em uma rudeza e fanatismo invencivel. *Traz os Montes* é uma provincia montanhosa, fria em extremo no inverno, abrazada pelas

Criação do próprio curso da vida, êstes males, cumpre-nos esclarecer, não eram só verificados em Portugal e em tôda a península ibérica: êles haviam tomado proporções complexas de problemas políticos, sociais e econômicos, idênticos aos dos demais países do continente europeu. É claro que, entre aquela gente marginal, se salientaria o guerreiro, isto é, o tipo clássico de conquistador, retratado modernamente pelo Prof. Alejandro Lipschutz, que quer dominar para explorar, obedecendo menos a normas éticas do que a pressões de um imperialismo primitivo, e, mais recentemente, por Toynbee, quando define as "virtudes militares". E no guerreiro, geralmente, nem sempre o fator moral presidiu semelhante empenho de dominar e de explorar, quer por parte dos lusitanos, quer por parte de outros povos do Velho Mundo, quer no presente instante da humanidade inquieta.

Os feitos daqueles conquistadores teriam, portanto, de sobressair mais na luta contra as pretensões de inglêses, franceses e flamengos, desde longa data operando sob o céu amazônico, no saque à terra sem assistência organizada e na escravização das tribos indígenas do litoral e do arquipélago marajoara.

Quanto ao outro fator, o cultural, o técnico-científico, só o reconheceremos no decorrer da nossa evolução, em algumas figuras de organizadores e de condutores da Conquista do Vale amazônico.

Daí a feição especial que essa conquista tomaria, a partir de 1615, principalmente à embocadura do Amazonas, feição que Aires de Casal, quase dois séculos após essa data, assim fixaria: "Este

---

calmas no verão, em razão dos grandes montes que a fecham; tem immensos baldios, contando mais de dez leguas abandonadas desde a raia de Hespanha até ás proximidades de Barca d'Alva; alli o homem participa do caracter energico que lhe dá a natureza é contrabandista. Na rica *Extremadura* é mais geral a miseria da população solitaria o ignorante, explorando o solo feracissimo em rotinas caducas. O Alemtejo é a provincia mais extensa, mais fertil e a mais despovoada; a fecundidade do solo fez o habitante indolente; ama de preferencia o ser guardador de gado, a vida do campino; o seu desleixo tem empobrecido a provincia por não procurarem agua. O clima do *Algarve* é ameníssimo, uberrimo o terreno, mas desprezado; não conhecem os habitantes as vantagens das florestas e vão sendo invadidos pelos areaes; a vegetação é tropical, como a bananeira, a palmeira, a cana de assucar; amendoaes, alfarrobaes e figueiras florescem luxuriantes, mas os rios e as barras vão-se tornando incommunicaveis pela indolencia dos povos" — *In* HISTORIA DA LITERATURA PORTUGUEZA.

arquipélago começou logo a ser, e foi por longos tempos, um teatro de crua guerra. Várias nações indígenas se opuzeram ao estabelecimento dos hóspedes, principalmente os Tupinambazes..."

E, como esclarece o citado historiador, embora fôsse Caldeira Castelo Branco homem valoroso e intrépido, como o grosso de sua gente era êle, também, *"falto de eqüidade tão necessária ao fundador d'huma colônia entre bárbaros. O assassínio d'Hum capitão amado de todos, menos d'hum seu sobrinho... lhe encurtou o govêrno."*

Enquanto durou semelhante ambiente social, político, econômico e administrativo, é verdade que foram enviados a El-Rei de Portugal copiosos e seguros informes acêrca do arquipélago de Marajó.

A correspondência que podemos consultar no Arquivo Público da Bibliotéca de Belém é disso testemunha; seus códices estão refertos de dados valiosos, muito embora discutíveis algumas vêzes, a respeito da geografia das terras que os portuguêses depararíam na sua luta contra os intrusos europeus e contra a ciosa indiada.

Mas, por justiça, temos de reconhecer e proclamar que é ao naturalista brasileiro Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira que o Govêrno da Metrópole e a própria ciência ficariam a dever revelações e confirmações da geografia física do arquipélago de Marajó: — do seu clima, da sua estrutura em evolução, da sua fauna e da sua flora, dos seus primitivos donos, das suas possibilidades de aproveitamento e de valorização econômica, do seu destino, enfim.

É inegável que a Coroa já estava apta a considerar-lhe a importância na paisagem dessa Amazônia, cujas realidades tinham o esplendor das fantasias que — e isso mais freqüentemente — lhe apontavam e gabavam, na rude poesia dos cronistas, na ingênua prosa dos seus funcionários e capitães.

A Alexandre Rodrigues Ferreira, discípulo de Linneu e Boerhaave, mal egresso da Universidade de Coimbra, cabe, entretanto, o mérito de haver estimulado o Govêrno português a conceber as medidas que, posteriormente, foram decretadas, com a segurança que se impunha. Assim, os administradores que então, sucessivamente, se incumbiram de executar essas medidas, já o fizeram baseados não apenas num conhecimento empírico, mas nos fatos reais, nas razões científicas que o nosso patrício surpreendera e analisara em sua viagem a Marajó.

No DIÁRIO particular do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira,

que o agudo espírito e a serena admiração de João Ribeiro Mendes apresentou num ensaio de síntese ao X Congresso Brasileiro de Geografia, em 1944, lemos que o nosso patrício deixou Belém a 7 de setembro de 1783. E o próprio Alexandre R. Ferreira adianta: "tendo navegado 8 léguas, costa abaixo, com mais de 7 de travessia para a Ilha Grande de Joannes, cheguei a vila de Monforte, pelas 4 horas da madrugada". E o fez em companhia do Inspetor Geral Florentino Silveira, numa embarcação impulsionada por dezenove remadores, com auxiliares dedicados e hábeis, com material imprescindível a essa viagem que Vandelli lhe confiara à mentalidade moça, porém já previlegiada por dom natural e rara dedicação aos estudos.

E porque a Vandelli e à Raínha bem se patenteara reunir Alexandre Rodrigues Ferreira as qualidades necessárias a empreendimento de tal vulto — uma viagem à Amazônia, ainda nos primeiros dias de vida, aos clarões da civilização que pretendia assistí-la, pelo tempo a fóra, — e, conseqüentemente, a condensação dos seus resultados numa História Filosófica e Política da Ilha Grande de Joannes.

Constituída em capitania e doada por Carta Régia de 23 de dezembro de 1665 a Souza Macedo, seu último barão, a Ilha Grande de Joannes, quando da visita de Alexandre Rodrigues Ferreira, já havia sido trocada pelo Viscondado de Mesquitela e mais três mil cruzados. E passara a um domínio direto da Coroa, cuja surpresa primeira, ao balanceá-la, foi encontrar ali, com lavoura intensa e fazendas de gado, os Jesuítas e outros religiosos, senhores da técnica tão malsinada de converter índios e de plantar, paralelamente, cêrcas e moirões de currais.

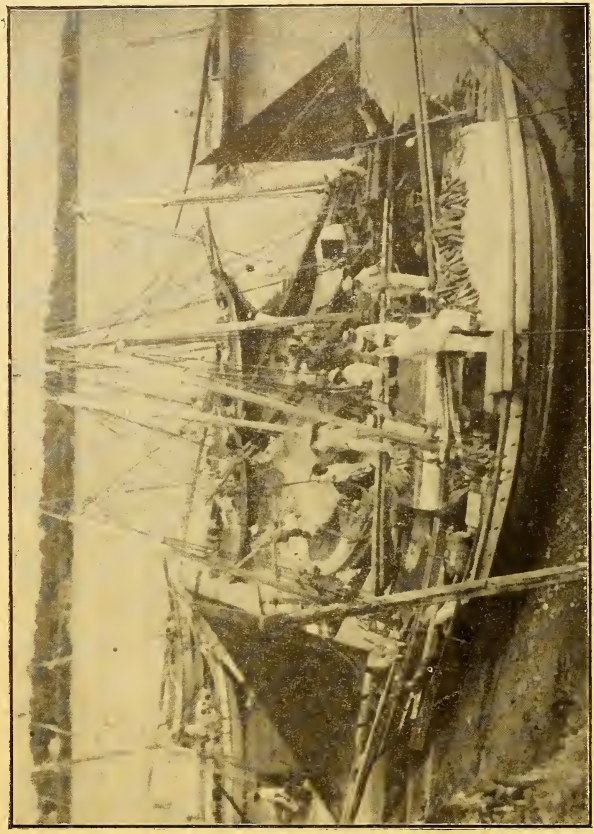
Subindo o Rio Arari, (4) por exemplo, na sua penosa viagem, o sábio naturalista foi ter ao lago de igual nome e informou que — "no tempo do verão tem boa légua e meia de longo; e a perspectiva mais galante que os olhos humanos podem vêr, porque as árvores em redor não são árvores, mas viveiros de infinitos jaburus, tijujus, guarás, maguaris, patos; no do inverno é um oceano por tôda a porção que se olha".

A êsse aspecto primoroso e original da paisagem física de Marajó, juntara o colorido, o movimento, a vida, afinal, de sêres como aves e pássaros que participavam da sua ambiência.

---

(4) Nota n. 3.

Tipo de embarcação empregada no transporte de gado de Marajó para Belém



No pôrto de Soure, Ilha de Marajó, estas embarcações típicas são empregadas no transporte de passageiros e de carga.

Seu poder de investigar e de concluir, nos trabalhos de campo que lhe haviam confiado, não o levaram só ao deslumbramento, ao verbalismo panteista, à fixação artística dos assuntos, mas à segurança de que a Ilha de Marajó era "*o embrião pelo menos de uma vasta Província*", onde poderiam viçar maravilhosas culturas, tudo dependendo da colaboração do homem, devidamente aparelhado pelo poder público e assistido pela ciência. Nessa viagem a Marajó êle veria não só os seus recursos materiais, nas perspectivas dos seus rios e campos, (5) mas criticaria os erros do seu aproveitamento ou da sua extinção, os crimes sociais e econômicos ali cometidos, como o veremos, no decorrer dos temas que aqui vamos pôr em evidência.

Seu programa de estudos se cingira às normas seguintes: em tôdas as circunstâncias "espreitar a Natureza e rastejar, o quanto podem a Razão e os Sentidos corporais, mistérios infinitos..."

Êle surpreendera e relacionara as realidades daquela estupenda síntese do Gênese, que é a Ilha de Marajó, no arquipélago que lhe absorveu o nome tupí, mas admitia que, para além dessas realidades, havia mistérios infinitos... mistérios que a ciência, no seu evoluir, desvendaria certamente.

A memória que dedicou a essa viagem não teve ainda em nosso tempo a divulgação que lhe seria um prêmio e para nós uma utilidade, principalmente quando nos propomos encarar tôdas as realidades e todos os chamados mistérios da Amazônia. Nela não encontraríamos apenas um estudo histórico-fisiográfico, mas um espelho de civilização, um autêntico espelho, de uma grandiosidade e de uma limpidez que só um Pierre Monbeig, já o afirmamos de uma feita, poderia definir à luz dos modernos processos da geografia e à luz dos modernos conceitos da ecologia social.

Intriga-nos não haver Emilio Goeldi, no seu panegírico ao Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, votado carinho especial à alu-

---

(5) Relativamente aos campos de Marajó a opinião de Vicente Chermont de Miranda é assim expressa:

"Na ilha de Marajó encontram-se campos quase isentos de carrapatos: são os baixos, lavrados e limpos, geralmente centrais. Em oposição a êstes possuimos algumas zonas infestadíssimas pelo ixodo. São os pastos junto aos igarapés, orlados de mato, os pastos cobertos e aquêles onde as pastagens alternam com numerosas reboladas de arvoredo basto."

dida memória sôbre Marajó, porque êle, também, a poderia louvar com maior autoridade do que nós.

Em pleno equador o arquipélago a que pertence essa Ilha, nas suas formas exteriores, no conteúdo do seu destino, estava, tal qual ainda agora o verificamos, na subordinação de leis rigorosas e complexas; essas leis, no entanto, poderiam ser conduzidas e modificadas pelas mãos do homem — consoante a civilização que se impuzesse — para a dinâmica da sua economia, para o fundamento de uma sociedade melhor, para o bem estar e levantamento cultural de tôdas as classes ali reunidas, para o equilíbrio das suas relações biológicas com os sêres e as coisas que a Natureza lhe ofertou.

Alguns escorços da sua fisiografia, necessàriamente, precisam ser conhecidos ou reconstituídos.

Não devem ser menos os que se referem ao elemento humano e aos dos sêres, plantas e animais que o cercam; e tão pouco os que dizem respeito aos problemas que nasceram da sua conquista e de sua exploração e estão sendo reclamados pelo seu próprio desttio. E é o que examinaremos, páginas adiante.

CAPÍTULO III

ANTE-VISÃO CIENTIFICA

No panorama físico da Ilha de Marajó foram os rios, certamente, os motivos mais empolgantes, mais movimentados, mais vivos das emoções, primeiro, e, depois, dos estudos de Alexandre Rodrigues Ferreira. (Vêr Nota 2)

E isso porque, a nosso ver, em semelhante região amazônica, também é a água-doce que supera a água-salgada e a própria terra até — êsses dois outros biociclos em que se divide a biosfera, segundo o ensina Pierre Dangereau.

Banham-lhe o litoral as águas do Amazonas e as do Tocantins, mas são as águas de vários cursos que lhe irrigam e adubam o solo quaternário, cuja textura e estrutura ainda não haviam, até então, encontrado um Hartt ou um Katzer para as determinar.

O naturalista subiu por essas águas fluviais, como o sabemos, para identificar e enumerar os rios que elas formavam, e, principalmente, para ter contacto com a terra nas suas configurações de barranco, de várzea, de restinga, de baixa, de atoleiro, de mondongo. E para que, aos caprichos das suas correntezas, ácima dos seus meandros e estirões, pudesse abranger os aspectos das campinas, dos tesos, dos capões, das *ilhas-de-mato*, dos pirizais, das florestas que os marginavam. (Vêr Nota 3).

Subiu o Arari em canoa, ao impulso de remadas vigorosas dos índios afeitos à monotonia enervante das sinuosidades que o singularizavam. E foi sondando, aqui e acolá, para lhe apontar a navegabilidade, êsse rio que êle quisera reto, visto que, segundo um dos seus biógrafos atuais, mais lhe copiaria a feição moral do caráter.

Aos horizontes quase oceânicos das campinas e dos lavrados se opunham as curvas fechadas dêsse rio, irritando o viajante an-

sioso por chegar ao lago Arari para herborizar nas terras que o cercam e coletar os peixes que o povoam.

Entretanto, se na rêde hidrográfica que lhe foi dado apreciar, numerosos seriam os rios com os aspectos do Arari, dêste lhe teriam dito que, no inverno, suas águas corriam em duas direções, o que era, sem dúvida, tão singular como aquêle Tieté da Capitania de São Vicente, dessedentando bandeirantes, como se lhes quisesse acompanhar a epopéia da aventura.

Ao Arari, porém, se avantajava em curso o Anajás, nascido nas campinas a O do Lago.

Oriundos do mesmo ventre líquido, o Arari seguia sempre na direção do S e o Anajás seguia na direção do O, mais volumoso, mais profundo, menos irriquieto.

Das chuvas torrenciais que durante os meses de invernia se alastravam sôbre a Ilha Grande de Joannes, e das águas dêsses rios e de outros de menor porte e menor profundidade (como o Tártarugas, o Ganhoão, o Arapixi, o Mocoões, o Cururu) provinham o encanto e a utilidade das campinas que as recebiam. Ricas pastastagens naturais as revestiam, apontando-as à indústria pastoril ali iniciada pelos Mercedários, segundo uns, que teriam trazidos gado vacum e cavalar de Cabo Verde, em 1644, ou, segundo outros, por um dos avós do memorialista Luiz Calandrini da Silva Pacheco, o grande senhor de terras e de gados que foi Francisco Rodrigues Pereira Caldeireiro. (6)

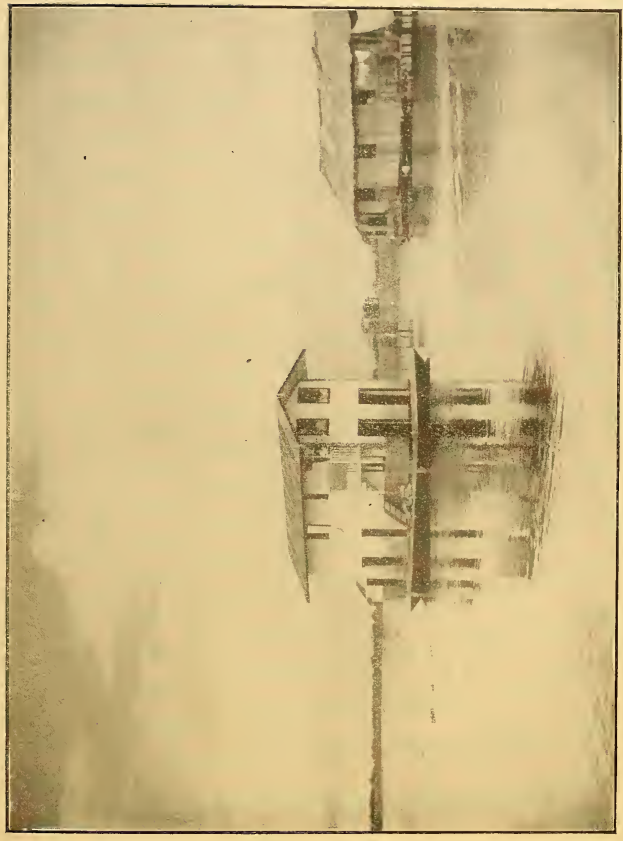
Alexandre Rodrigues Ferreira viu essa possibilidade e criticou severamente o sistema de exploração dos rebanhos como criticaria o da exploração da terra e o das águas daquele rio "mais compli-

---

(6) Com referência aos primeiros introdutores de gados na ilha de Marajó, escreve Manoel Barata que a criação de gado no Estado do Pará se fêz em 1644, gado alojado nos "quintais das casas suburbanas e nas herdades circunvizinhas." E todo êsse gado procedeu de Cabo Verde. Ver: "ANTIGA PRODUÇÃO e EXPORTAÇÃO DO PARÁ."

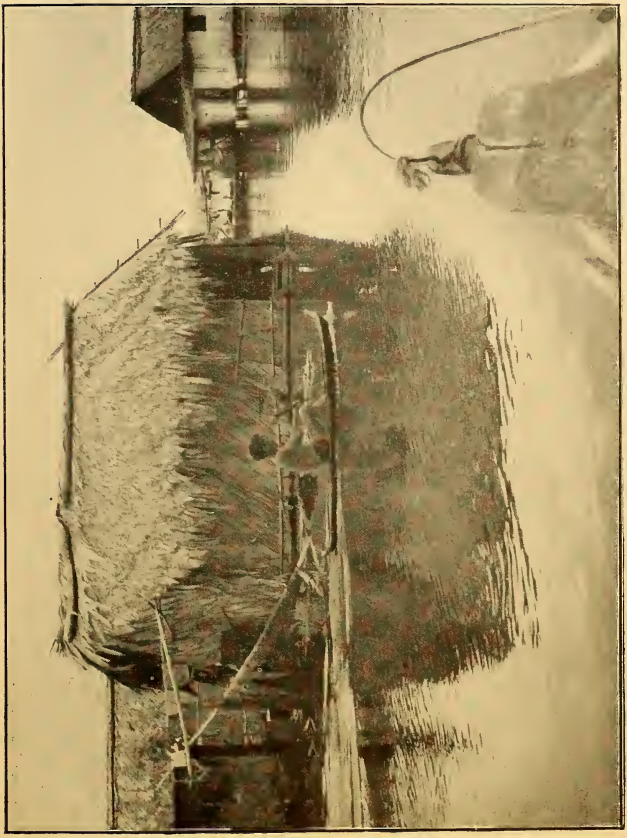
Baena escreveu que os Religiosos Mercedarios "foram os primeiros estabelecedores nesta ilha (de Marajó) de fazendas de gado vacum e cavalar."

Mas temos de considerar, principalmente, esta opinião de Manoel Barata, baseada em depoimento de Alexandre Rodrigues Ferreira: "Francisco Rodrigues Pereira — o vilão — português e oficial de carpinteiro, muito conhecido em Belém, fundou em 1680 a primeira fazenda de gado vacum de Marajó no logar Amaniutuba — Algodoal — à margem esquerda, perto da foz do Arary."

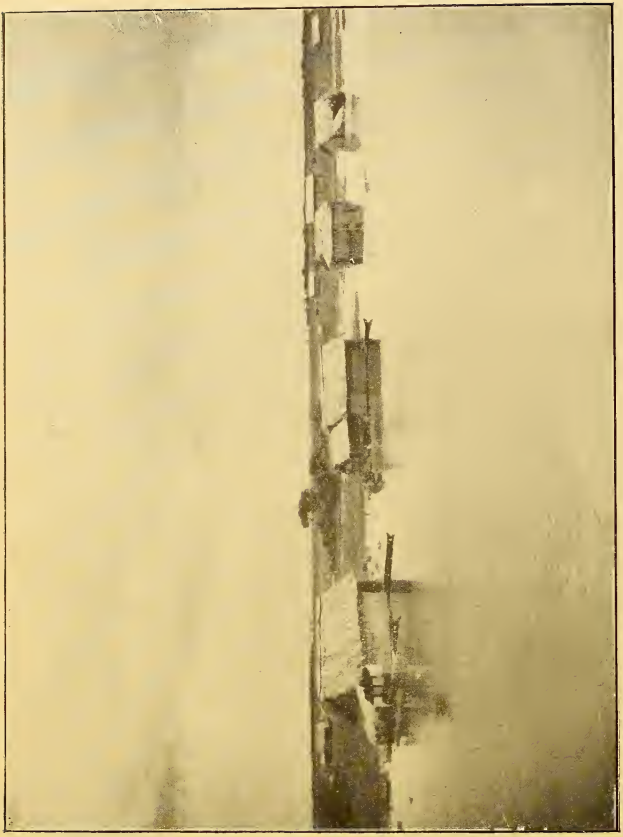


Tipo de casa flutuante, tôda de madeira, na bôca do Anajás

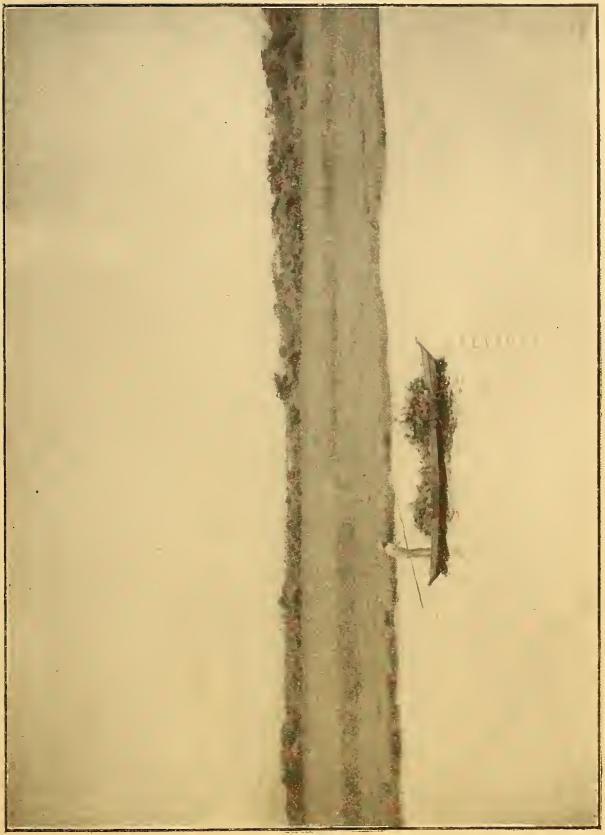
A povoação de Genipapo sôbre um lençol dágua



Não há mais caminhos nem campo na povoação de Genipapo

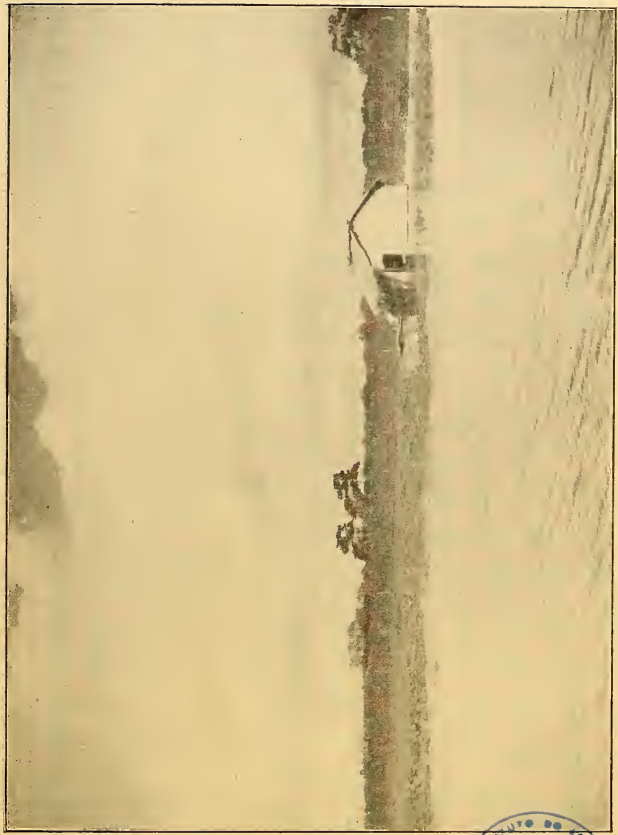


Alguns pescadores, porém, permanecem com as suas famílias nas barrocas inundadas.



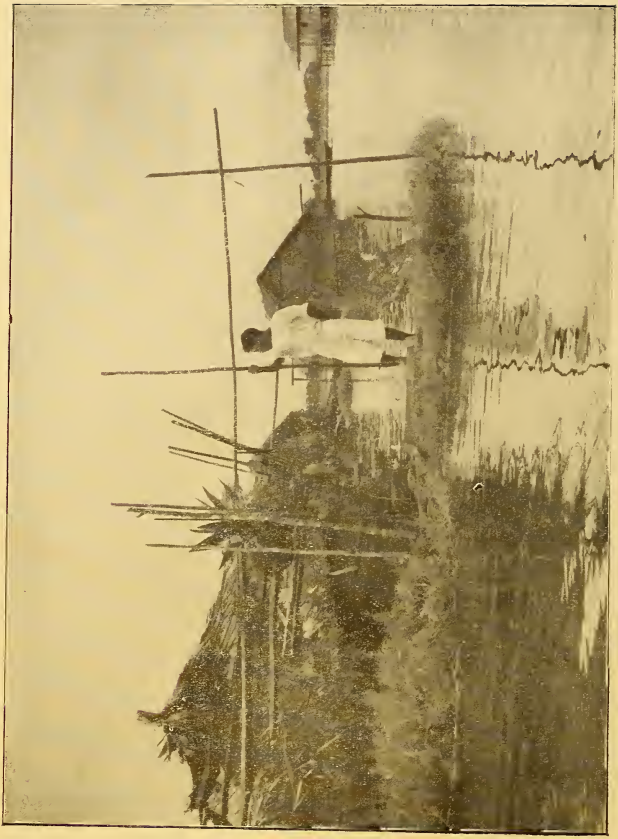
Conduzindo ramas e capim canarana para alimentar o gado

Um boi de sela e dois bois de carga, arrastando uma canoa, num campo alagado

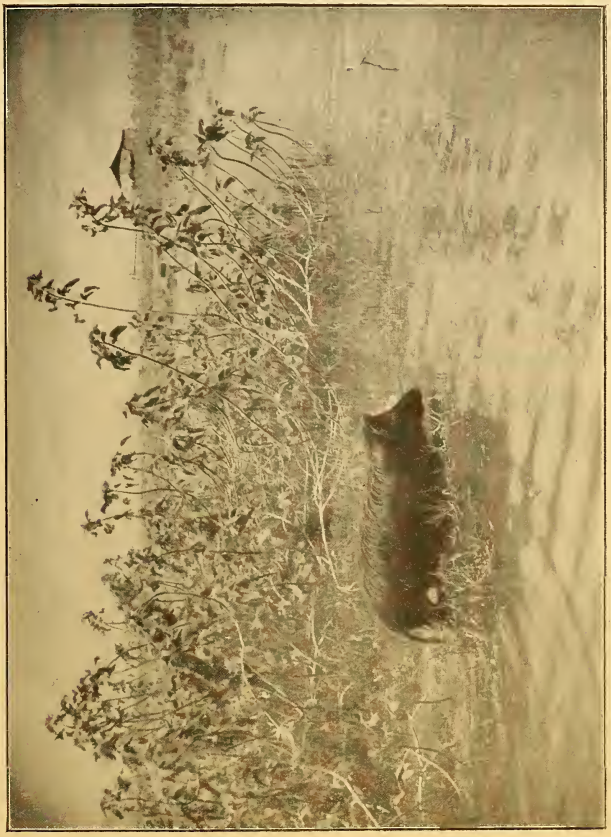


A familia dos pescadores é obrigada a abandonar a barraca invadida pelas águas

BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE AÇUCAR E DO ALCOOL
Nº

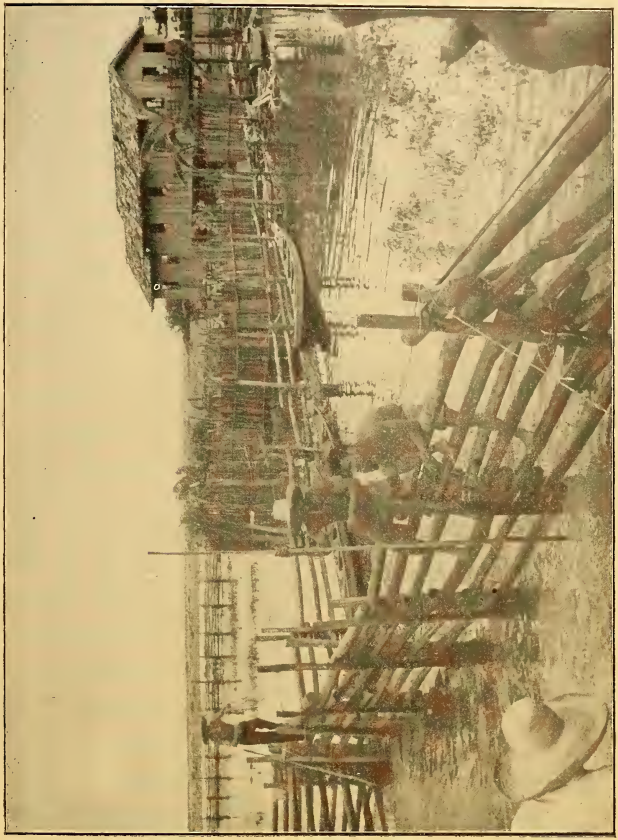


A água invadindo a barraca

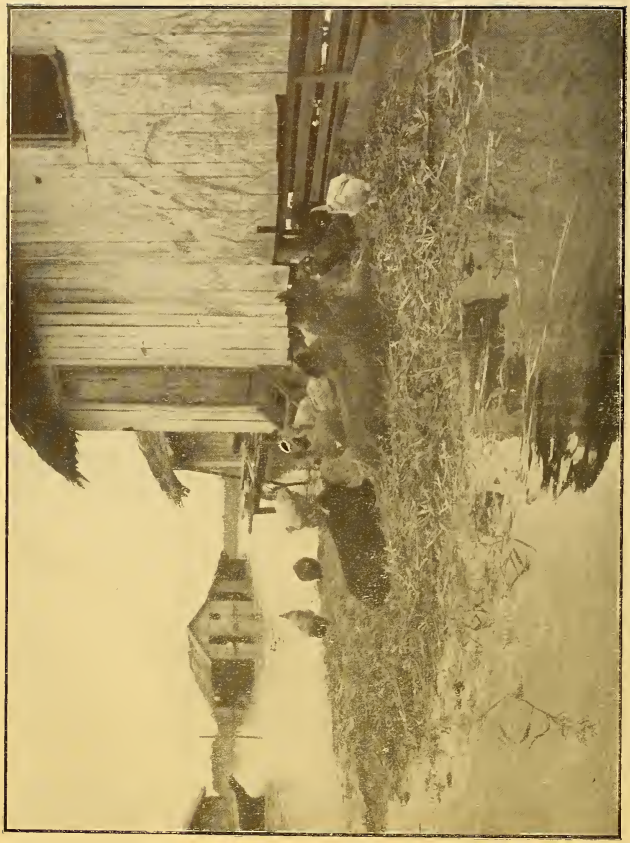


Um porco ilhado

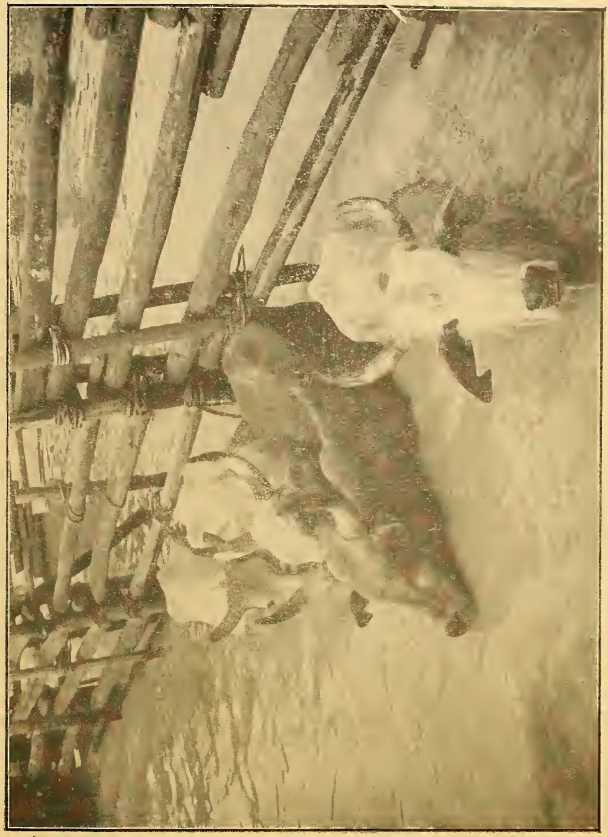
Aspecto de um curral inundado



Outro aspecto de um curral inundado



Numa nesga de terreno, em volta da casa, a criação doméstica sobrevive



O gado, prêso nos currais, vai emagrecendo e morre à falta de pasto

E o gado morre à mingua, nas fazendas onde não há «tezos»

cado com voltas e rodeios, que espero ver" e daquele lago que era a perspectiva mais galante de ver posta ante seus olhos.

Os campos se estavam despovoando, já porque a matança era desordenada, já porque, dando os fazendeiros preferência aos couros, matavam os animais que poderiam servir de reprodutores, já porque dispensavam ao gado a ser abatido, para consumo em Belém, o mais desumano tratamento. E assim despovoavam-se os campos sob um sistema econômico destrutivo e rotineiro, e a economia das águas, na faina dos chamados *pesqueiros reais* de Joannes, era idênticamente conduzida.

Vinte e dois anos, — esclareceria Ladislau Monteiro Baena, em sua Corografia da Província do Pará — isto é, na Páscoa de 1726, dada a multiplicação do gado marajoara, "começara-se a vender carne de vaca em açougue na cidade, e passou a haver grande extração de carnes enxercadas e moxamas, e grande aumento nas rendas do Estado pelo dízimo do gado".

Na memória de Alexandre Rodrigues Ferreira sôbre a Ilha Grande de Joannes, — embora escrita ela às pressas, não indo a mais de trinta e sete páginas, se não nos enganamos, o manuscrito existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e consultado ainda recentemente, — admira a justeza, a severidade da interpretação dos factos científicos que se lhe apresentaram, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista bio-geográfico. Estudando a importância daquelas rêdes hidrográficas, com representantes do tipo do Arari e do Anajás, não lhe viu apenas a moldura das margens, a sinuosidade dos seus movimentos, mas as suas relações com o homem, com a flora e a fauna que aquêle fôra chamado a explorar.

Antecipa-se êsse naturalista, assim, aos modernos mestres da ecologia humana, mostrando-nos a participação de todos os fatôres de vida e de economia na exploração que se estava iniciando dessa Ilha, exploração que, com os seus erros, se estenderia às demais ilhas do arquipélago, no decorrer do tempo. Como um biólogo diante da luta pela existência, êle pudera compreender os aspectos mais importantes da dinâmica, não só do homem como do animal e da planta, da terra e das águas, naquele magestoso cenário.

Podemos afirmar que se deve à sua autoridade o registro dêsse importantíssimo momento da luta pela existência de sêres nativos

e de sêres importados para aquela paisagem geográfica. As alternativas dessa luta ali estão expressas nas iniciativas e na falta de metodos racionais, capazes de objetivá-los no sentido do bem estar e da riqueza da sociedade que deveria estabelecer-se na Ilha.

Alexandre R. Ferreira alinhou e examinou estatísticas referentes à lavoura, ao pastoreio e à pesca, com o mesmo escrúpulo pôsto no examinar êste ou aquêle fenômeno social, êste ou aquêle "mistério" de uma natureza em evolução.

Com os coeficientes de formação e de destruição da vida humana, da vida animal e da vida vegetal, o naturalista conseguiu antever o destino da imensa Província em que a Ilha poderia constituir-se.

Dever-se-á considerar, pois, a referida memória, como o primeiro, o mais autorizado ensaio de morfologia e ecologia evolucionista na Amazônia, donde nos é imperioso partir para a sua valorização econômica atual, porque ali estão expressas algumas das mais importantes questões dêsse mundo tão ìntimamente ligado à evolução do Brasil, à própria evolução do universo.

As experimentações iniciais para o estabelecimento da indústria pastoril na Amazônia foram precedidas nessa Ilha, havendo a história registrado os seus sucessos e os seus fracassos.

Foi, porém, um naturalista da estatura cultural de Alexandre Rodrigues Ferreira que lhes compreendeu as causas e as definiu, como definiu a importância dos cursos dágua, dos lagos e das baixas que visitou.

Ressalta, de pronto, o valor não só de dados estatísticos e de notícias históricas, mas de fatos biológicos já assinalados e por assinalar, enfim, de uma série de estudos, de caráter fundamentalmente científico e fundamentalmente técnico.

Não foram feitas, então, pelo colonizador luso à luz dessas exigências indispensáveis, investigações acêrca da naturalidade e da mortalidade das espécies, nativas e importadas, de plantas e de animais, na paisagem da Ilha, por exemplo. E não foram radicais as medidas visadas com a Provisão da 27 de outubro de 1702 que, segundo Baena, determinou aos moradores do Pará "que transmutassem das roças o seu gado vacum e cavalar".

E em vão, diante dos "fazendeiros com a sua desmedida ambição de marcar com o seu ferrete tôdas as reses que poderão arrebanhar", foi lançado o Aviso de 13 de Junho de 1765 da Secretaria de Estado dos Negócios Transmarinos que "estatuiu uma

Inspeção Geral e perpétua das fazendas de criação debaixo de um sistema acomodado *às singulares circunstâncias da ilha*".

Continuara a declaração falsa ou a sonegação do número exato de reses possuídas, para fugir aos dízimos; os roubos de gado não cessavam de ocorrer, de modo que isso patenteava, de um lado, a desonestidade dos fazendeiros da Ilha, de outro, a precariedade da exploração dêsses rebanhos em favor dos mesmos e do próprio Estado, lesado nas suas arrecadações como o era a população da cidade no seu bem estar.

Qualquer orientação, portanto, que se imponha atualmente, — decorridos cêrca de três séculos dêsses fenômenos de interdependência da vida humana, da vida vegetal, da vida animal, com êsse meio amazônico — deverá não desprezar aquelas alternativas da luta pela existência, da evolução social e econômica dessa ilha, cujos reflexos sôbre as demais, que constituem o arquipélago marajoara, as estenderam aos processos de vida, às fontes mesmo da sua economia e da sua sociologia.

Ora, tendo-se em vista a valorização econômica da Amazônia, impõe-se aos que dela estão incumbidos, como se vê, desde já, o conhecimento dos fatos apontados por quem, seguindo os caminhos de investigação abertos ao gênio de um Alexandre Rodrigues Ferreira, terá de orientar a direção que essa providência administrativa está reclamando.

A extensão da Ilha Grande de Marajó (47.964 quilômetros quadrados de superfície) superior à da Dinamarca, à da Suiça e à da Belgica; a extensão da ilha de Caviana, com 4.963 quilômetros quadrados e a da Mexiana, com 1.534 quilômttros quadrados; os medíocres relevos da fisiografia dêsses *germes de províncias;* as suas extensíssimas depressões; a complexidade dos seus cursos dágua e dos seus lagos e baixas; o revestimento dêsses territórios em ser; o pitoresco das suas paisagens, tudo isso, pode continuar provocando deslumbramento e louvações

Teremos de pensar, entretanto, objetivamente, como o grande naturalista brasileiro, de estudar, objetivamente, como êle, a precisa direção que a sua economia e a sua sociologia estão reclamando, ao rítmo daquelas alternativas da sua evolução, que a luta pela existência magnificamente exprime.

De outro modo só estaríamos concorrendo para a eternização da rotina, para o esgotamento e para a erosão das terras, para a

dilapidação das fontes de vida que lhe são peculiares, que a natureza lhe ofertou, que os nossos antepassados intentaram explorar, sem os recursos, é certo, que a ciência e a técnica nos asseguram.

Examinemos, por exemplo, entre outros problemas dessa Ilha Grande de Marajó e do arquipélago que lhe tomou o nome, os que dizem respeito à exploração da pecuária, à exploração das suas águas interiores, à exploração dos seus seringais nativos, nas suas relações com os problemas que se interligam à luta pela existência do homem e dos outros sêres de que está dependendo a nossa evolução política, econômica e social. (Vêr Nota 4)

CAPÍTULO IV

FORMAÇÃO DOS REBANHOS

De um país como Portugal, cuja evolução histórica se processou em ambiente geográfico inteiramente diverso do que constitui o arquipélago de Marajó, procederam os animais domésticos — bovinos, ovinos, caprinos, etc., etc. — que ali já representavam um índice de riqueza, decorrendo-lhes a importância do reconhecido valor alimentar.

Sua posição física no continente europeu, sua geologia, sua climatologia, sua flora e sua fauna lhe davam uma característica distinta da dessa Ilha Grande de Marajó e das que se lhe juntando à embocadura do Amazonas formariam o arquipélago que tem o seu nome.

Por essa razão, até os seus fenômenos políticos, sociais, econômicos e culturais estavam ligados à sua geografia, estruturando-se, fundindo-se nessa "coisa complexa" que Vidal de la Blache diz resultar do "conjunto de um grande número de traços e da maneira por que êles se combinam e modificam entre si".

Demais, sua posição política na península ibérica, era lado a lado do mar, e as suas fronteiras naturais eram os rios.

No entanto, a posição do arquipélago de Marajó era no Equador, à embocadura de um rio equatorial, sendo as suas fronteiras naturais, em sua maior extensão, estabelecidas por um sem-número de outros rios, cada qual mais ou menos importante.

Não era, porém, a terra lusa *"le règne du boeuf"* ou, mais exatamente, dos bovídeos, na expressão de outro geógrafo; êsses, porém, tanto como os eqüídeos, estavam em estreita conexão com o fator humano. E dêles se serviria o povoador do sul, do nordeste e do extremo norte, como elemento de conquista da terra, de do-

minação do índio, de fixação do colono, num movimento mais largo que o de um simples fenômeno de transumância. (7)

À exploração do solo naquelas terras de conquista teria o português de aliar os seus animais domésticos, assim que nelas se fixasse, num regime patriarcal, sedentário e prolífico, mas era imperioso que, de princípio, fôssem os bovinos abrindo caminho aos seus passos e remetidas.

As etapas de sua evolução se processariam, por isso, entre outras, pela "*idade do couro*", tão rigorosamente reconstituída pelo gênio de Capistrano de Abreu.

Nem faltou à paisagem marajoara ao lado da gadaria, aquêle rebanho *sem terra e sem liberdade* de negros-escravos, mandados buscar a todos os quadrantes d'África, para substituir os índios-escravos, cuja rebeldia nunca foi maior, nem tão pouco menor que a daqueles. (Ver Nota 5).

Vieram-nos, pois, de condições ecológicas diversas, animais diversos dos que aqui existiam em estado selvagem, porque o índio só os domesticaria em número insignificante, visto que nenhuma das nossas espécies se encorporaria ao seu nomadismo, como um elemento de vida, de aliança, siquer, nas formas de atividades que desenvolvia.

E o que os portuguêses trouxeram para a América foi gado alentejano e barrosão, em cujas características nem sempre os zootecnistas, no futuro, sentiriam valores idênticos aos de outras raças, as indiscutíveis raças do continente europeu.

À rusticidade dêsses bovinos, vindo do continente ou das ilhas açorianas, se deveria desde logo atribuir o seu comportamento ao longo do processo de aclimatação a que foram submetidos, processo tanto mais perigoso quanto estranho a qualquer orienta-

---

(7) Caio Prado anteviu o destino da ilha de Marajó, quando escreveu:" A ilha de Joannes (hoje Marajó), será sua zona tributária (do grande rio Pará) fornecedora de carne que provem dos rebanhos do único território favorável."

O escritor paulista esqueceu-se dos campos do Araguary, no Território do Amapá, e os do alto Tapajós, do Erepecu, e de Obidos, que ainda não foram devidamente aproveitados, quando não, todos êles, para a criação de bovinos, pelo menos para criação de caprinos e suinos, pois são dominados por imensas associações de palmeiras como o buriti e o tucumã e ficam a cavaleiro de enchentes, com colinas e tesos pedregosos, em grandes trechos da sua superfície.

ção científica, visto que a ciência zootécnica não nascera e mal se prenunciava o aparecimento e o domínio de uma ciência como a Genética, ciência da "hereditariedade e da variabilidade", a única ciência biológica que, na expressão de Carlo Juci, "conseguia emular com as ciências físicas, formulando em têrmos matemáticos leis gerais válidas para todos os caracteres anatômicos e funcionais".

Gado pequeno, de amplas galhas, de mesquinha precocidade, com insignificante rendimento em carne e em leite, as vacas alentejanas e barrozãs poderiam multiplicar-se ali no Maranhão melhor do que no país "donde sam oriundas; mas nem melhores de volume; nem de sabor a sua carne..." diria um Aires de Casal.

E isso aconteceria menos pelo tratamento que lhes dispensassem do que por fôrça dalguma das suas características, quer alí, quer na Ilha Grande de Marajó.

A diferença de elementos vegetais que entravam na sua alimentação, com valores qualitativos mal definidos, era bastante considerável, predominando a forragem verde sôbre a forragem sêca. E épocas havia, durante as inundações e as grandes estiagens, em (8) que os animais estariam sujeitos a um regime obrigatório de jejum. Além de que, criado extensivamente, o gado bovino (e o cavalar, do mesmo modo) estava à mercê da consagüinidade contínua, multiplicando-se livremente.

Sabendo-se quanto influi, na manutenção de determinadas características êste ou aquêle regime dietético, bem se poderá abranger as conseqüências das inundações e das estiagens, pesando sôbre os pastos, à proporção que êsses animais se tornaram mais numerosos. A fome influiria, por exemplo, quer na produtibilidade do rebanho, quer na sua sanidade, evidenciando-se, assim, a interrelação dos indivíduos que o compunham com o meio ecológico.

---

(8) Em Vicente Chermont encontramos a descrição seguinte; "Em Marajó, durante o estio, forte vento nordeste relativamente sêco, evaporante em alto grau, o calor de 32 graus contígrados à sombra, e o sol a escaldar o corpo, obrigam tanto o homem quanto o gado a beber muita água mesmo em condições normais: imagina-se, portanto, que desordem não provocará a falta dágua numa rez que percorre, a passo ou meio trote, 25 a 30 quilômetros pelo sol, pela sufocante poeira, sem beber, e, ainda, depois de um dia assim passado, ficar fechado a noite inteira no curral nas angustiosas ânsias de uma sêde horrorosa."

As determinantes dessa lei de tamanha rigorosidade não eram, então, suficientemente conhecidas, devendo-se à era moderna da experimentação os dados biológicos e estatísticos que nos levam a criar e a defender determinada espécie, em condições embora hostis, por mais primitivas.

O gado alentejano e o barrozão aqui introduzidos, chegariam, assim, até nós, empobrecidos das suas características funcionais, que só o seu meio e nêle, especialmente, o regime alimentar, asseguravam.

Àquela época não se enunciara ainda o axioma *"Dize-me o que comes e dir-te-ei quanto vales"*, que os zootecnistas atuais criaram, mas os fenômenos responsáveis pela depreciação dos rebanhos já poderiam ser registados nos campos de Marajó, e, conseqüentemente, nos campos de ilhas que, como a Caviana e a Mexiana, lhe compnham o arquipélago.

Consignou-se daí, na história da formação dos rebanhos dessas ilhas, o instante excepcional do seu crescimento e pouco depois a curva que representaria a sua redução numérica e qualitativa.

Vem de séculos, pois, a depreciação do rebanho bovino na Ilha Grande de Marajó, o mesmo havendo acontecido com o rebanho eqüino, êste perseguido, primeiro, pelos criminosos processos de uma economia destrutiva que pesou sôbre êle, e depois por zoonozes, dentre as quais sobresairia uma tripanossomíase arrasadora: o mal-de-cadeiras.

Temos de assinalar, entretanto, nessa história, mais um fator dêsse empobrecimento e dessa desvalorização zootécnica: o trabalho escravo. (9) (Vêr Nota 5).

---

(9) Vicente Chermont de Miranda, em seu GLOSSÁRIO PARAENSE —, 1.905 PARÁ, assim define o criador:

"CRIADOR.s.m. Pequeno fazendeiro.Syn. O fazendeiro deve possuir mais de cem hectares de pastagens pelo Regulamento rural de 1893, e gado em numero superior a 50 rezes femeas; tem tambem titulo de marca e signal concedido pelo Governo do Estado. O criador é proprietário de um pequeno campo, ou cria em terras alheias, com o consentimento do dono destas; seu gadinho não vae além de poucas dezenas de cabeças: só pode usar de marca a fogo que vulgarmente dão o nome de divisa, concedida pela Intendencia do Municipio, não lhe sendo permittido assignalar o seo gado, que fica orelhudo; não é titulado." Com a subdivisão de certas propriedades e imposição de novas Leis e Regulamentos a caraterização do criador e do fazendeiro sofreu certa modificação.

Os criadores de gado vacum eram na Ilha do tipo de outros criadores que fundaram, com os missionários, a chamada obra civilizadora dos currais. Ignorantes e sedentários, limitavam-se a imitar o gado no reproduzir-se, padreando, indistintamente, fêmeas índias e fêmeas africanas.

Seus vaqueiros e seus feitores eram procedentes de um regime escravocrata, de condições de trabalho espoliativas e desmoralizantes que nada tinha de feudal, (10) já naqueles tempos, porque não havia compromissos recíprocos determinando um equilíbrio social entre o senhor e o servo.

E à ignorância dêsses auxiliares não se poderia, certamente, buscar sistemas racionais de exploração e valorização dos rebanhos acontecendo, portanto, que um escravo valesse, por vêzes, menos que um animal, que quase nada valia então, como é fácil varificar-se através da leitura de inventários, ou que ambos, escravo e animal, só valessem pela importância social que asseguravam ao seu senhor e dono. Sem êsses sistemas em que, modernamente, se baseia a exploração dos rebanhos, sem gente livre, sem recursos materiais que permitissem a formação de pastagens, com espécies nativas ou com espécies exóticas, enquanto durou essa exploração extensiva, anti-econômica e anti-social do rebanho de bovinos e do rebanho humano, é claro que a gadaria não pôde atingir a justa situação de riqueza individual, de bem estar coletivo, de fortuna pública, — para a qual deve ser conduzida em tôdas as sociedades livres, em tôdas as áreas culturais evoluídas num sentido verdadeiramente democrático, — e muito menos o homem, na sua expressão de trabalhador livre.

* * *

Como à altura de 1564 já registrara Ayres Maldonado, ao descrever o estabelecimento do pastoreio nos campos dos Goitacases, também índios, das tribos Nheengaibas, Aruãs, Sacacas, Ana-

---

(10) Desmond Holdridge, abrangendo todos os aspectos dessa condição humana, pôde defini-la como a *social anachronism" — a feudal society operating successfully today and paying dividends — against a strange background."* E exemplifica para melhor esclarecer o seu conceito: *"It is feudal in the side of the estates, in the absolute authority of the landowners, in the independence of each ranch from the rest of the world. It's very modern, on the other hand, in its mortgages and it's Co-operative."*

jás, Maruanás, Mapuazes e outras, foram os mais eficientes *curraleiros* dos missionários e colonos lusos nas dilatadas campinas da Ilha. E' verdade que não tinham capacidade de domesticação de animais e plantas nativas, capacidade peculiar à gente do Peru, por exemplo, que garantiu, nos vales, mesetas e serras andinas, um tipo original de pastoreio com cuyes, llamas e alpacas, e que estendeu, para além das Américas, os produtos de uma agricultura de consideravel significação econômica: com o milho, a batata, a quinoa e a coca ,figurando em primeira plana ao lado de excelentes frutas.

Mas para isso muito concorreram a índole afetiva e dedicada, a coragem e a inteligência daqueles índios marajoáras, cuidando, em base verdadeiramente humana, de rebanhos de animais bovinos, eqüinos, suínos, além de aves dos remotos campos da Península.

Deu-se, aliás, ao nomadismo dos índios uma direção racional e benéfica à terra e às formas de atividade econômica exercida sôbre os seus aspectos ecológicos e acorde com o espírito utilitarista do colonizador. Com o português aprenderam os índios de Marajá a trabalhar a gadaria amansando-a, pastoreando-a e rodeando-a na época da *ferra* e da *apartação*, aprendendo, quase ao mesmo tempo, ofícios de seleiro, ferreiro, carpinteiro, que lhes garantissem, principalmente, tudo o que fôsse necessário á sua cavalgadura.

A natureza geológica e botânica da Ilha, — que era o ambiente das suas façanhas de centauro, — entretanto, não lhes impôs um trajo de certa teatralidade semelhante ao do vaqueiro nordestino, com chapeu de couro, gibão, guarda-peito etc., tôdas as peças, enfim, que o constituem.

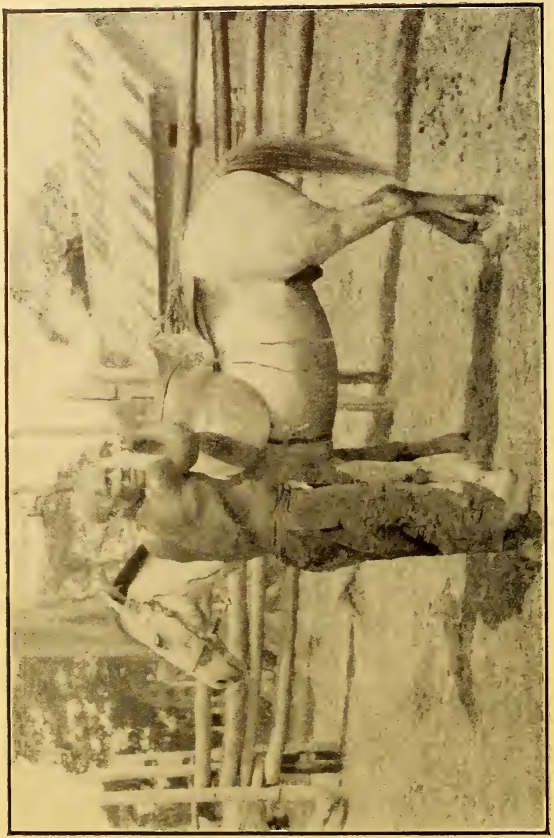
A sua figura forte, mas mediana, de vaqueiro, se cobriria contra a canícula com um chapelão de murumuru ou de cipó-titica, de abas largas e copa quase quadrada, admiràvelmente trançado como os demais produtos da espartaria indígena, que ainda hoje se fabricam em Abaeté.

Uma camisa lhe vestiria o tronco, sendo enfeitada, no colarinho, peito e punhos, com fitilho português de desenhos graciosos.

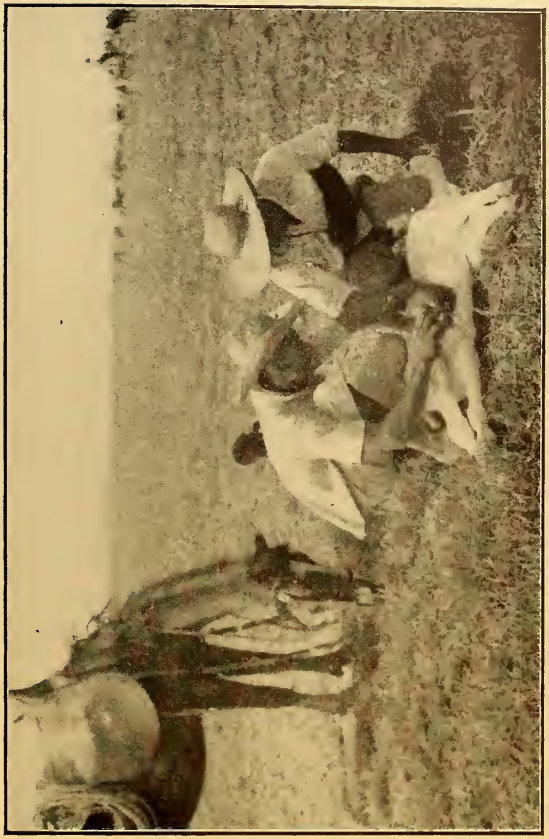
Por fim, a *baeta* — que outrora era importada do Reino e, mais tarde, da Inglaterra, já sendo substituída hoje por um produto de São Paulo e do Riio Grande do Sul, — o abrigaria, no inverno, da chuva e da friagem, pondo a côr mais alacre, como o lenço dos maragatos, na paisagem campestre, na linha enevoada dos horizontes.

Jovem vaqueiro marajoára, descendente de africanos, amansador de potros

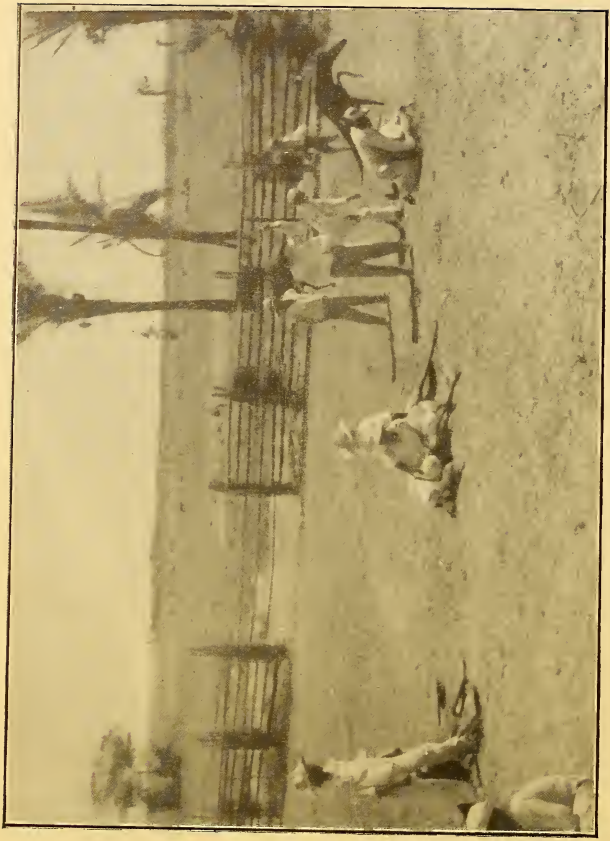
Um vaqueiro marajoára mostra a maneira típica de apoiar-se nos estribos



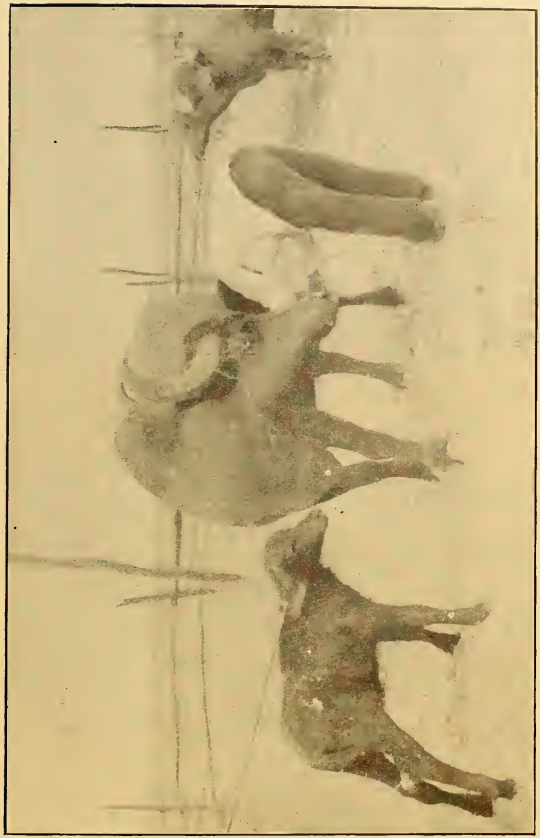
Velho vaqueiro de origem africana.



Um vaqueiro curando um bezerro



Ferrando e assinalando potros dos campos marajoáras



Os búfalos nem sempre são bravos. Eis aí uma vaca que se deixa ordenhar passivamente

Búfalos mansos, de uma fazenda, nas proximidades de Soure (Ilha de Marajó)

Uma filha de fazendeiro marajoara cavalgando um búfalo manso

Búfalos, da raça Gaffarabadi, descendentes de reprodutores importados diretamente da Índia pelo Snr. Manoel Prata, de Minas Gerais, e levados para Fordlândia (Rio Tapajós).

Lote de búfalos em Fordlândia (Rio Tapajós)

Porque o tom ferruginoso ou negro das calças, tintas na golda do muruci, ficava anulado pelo tom flamante da *baeta*, pela despretenciosidade das linhas do seu corte.

Tudo muito pobre até, senão excessivamente simples.

Noutra região pastoril da Amazônia — os campos do atual Território do Rio Branco — o trajo do vaqueiro imita o do nordestino e o do gaúcho na imponência da *véstia* ou no garbo da figura; e a sela e os arreios são caprichosos e de grande valor, com peças de prata, fivelas e argolas, que denunciam as posses do fazendeiro ou do vaqueiro. Nem lhe falta nos pés uma sandália de couro de veado galheiro, de trançado bonito denominado *perequeté* ou *prequeté*, e, desde longa data, copiada do índio.

O vaqueiro marajoara, invariàvelmente descalço como em geral a maioria dos índios da região amazônica, prende ao calcanhar, apenas, uma espora, com a originalidade de larga roseta dentada que tilinta pelo campo a fora enquanto o cavaleiro se apoia nos pequenos estribos com as extremidades de tres dedos de cada pé.

Quanto às selas e aos arreios, êsses tiveram de ser sólidos e rústicos, sem excessivas exterioridades de enfeites e de côres, visto que os atoleiros, as baixas, os chavascais, os mondongos e os igarapés fàcilmente os apodreceriam, inutilizando-os, tanto na época dos aguaceiros tropicais como na época das estiagens prolongadas.

À parte a faca ou pequeno terçado, que leva sempre consigo para ageitar uma correia, extrair um espinho ou carnear uma rês, não usa nenhuma arma de fogo, e, quando a possui, é uma velha *lazarina* de carregar pela bôca, principalmente empregada para passarinhar....

Essa simplicidade do tipo de vaqueiro, em tôda a extensão da Ilha, denuncia a sua origem indígena e como que o distancía, nas suas atividades e nessas mesmas origens, do vaqueiro nordestino e do vaqueiro gaúcho.

Contudo, é preciso frequentar-lhes a sociedade onde tiveram berço e formação para que se verifique que lhes são comuns as mesmas virtudes — herança, não apenas de ginetes beduínos ou de cruzados peninsulares, mas da gente ameríndia que palmilhou sertões, escalou serranias e cavalgou, através de planícies e lavrados, com aquêle sentimento de *libertad sin dictadura,* de que nos fala George Altman numa página recente sôbre Pablo Casals.

° ° °

Quando o negro foi introduzido na Ilha de Marajó e nas demais ilhas que barram a entrada do Amazonas, logo se irmanou nas mesmas vicissititudes e formas de trabalho, de luta e de sofrimento. Porque o vaqueiro índio, *descido* das malocas longinquas, e o vaqueiro negro, procedente em grande parte de centros de gadaria do Continente africano, tinham um destino social comum: o de escravos, a serviço de colonos, mercenários, jesuítas e oficiais de El-Rei de Portugal.

Com seu temperamento ardente e sucessivo, o negro deveria ter aberto clareiras de harmonia e de paz na amargura dêsse destino, com os ritmos das suas danças e os cânticos dos seus festejos, de larga expressão religiosa e, ao mesmo tempo, de profunda sensualidade.

Fixar êsse encontro e, posteriormente, a assimilação mútua de sentimentos e de experiências dêsses tipos de vaqueiros, seria um trabalho de pesquisa histórica ou de sondagem psicológica dos mais atraentes para os estudiosos da formação da sociedade na Amazônia.

Só assim poderiamos confrontar dados antropogeográficos e cronológicos que esclarecessem certos erros, ainda hoje responsáveis pelas crises econômicas, sociais, políticas e administrativas que se têm abatido sôbre essa região.

* * *

Quer nos parecer, por exemplo, que antes da emancipação dos escravos e depois da proclamação da República, os descendentes dos indígenas teriam abandonado o pastoreio pela agricultura em massa, porque nos inventários que consultamos em Arariúna e em Soure, como tambem nas relações dos dízimos e matrículas dos índios, êstes figuram em número superior ao de escravos africanos.

Mais robustos e mais diligentes que os índios, os negros se foram aferrando às atividades pastoris, embora também muitos se empregassem nas *fábricas* de açúcar e aguardante, na abertura de rios e canais e limpeza de igarapés, obstruídos pelas associações de plantas flutuantes, gramíneas e ninfeáceas.

Num trabalho apresentado ao X.º Congresso Brasileiro de Geografia sob o título de *Negros Escravos na Amazônia* (Na Ilha de Marajó), escrevemos: Também os negros escravos, como os açorianos ou outros indivíduos da Metrópole, não foram encaminhados

para a Ilha no zêlo de atender-se às exigências apenas do pastoreio, e sim, primeiro, para a lavoura. Os índios acabaram por afastá-los dos seus *putiruns,* alegres e movimentados, nas roças imensas.

E êles se acomodaram de todo à vida pastoril, seduzidos pela paisagem, pela existência livre nas fazendas, pelas aventuras no lombo da cavalhada.

Pode-se dizer que o meio lhes ganhara a alma e os músculos. Porque há no negro, como no índio — sendo isso, afirma-se, um índice de indivíduos em pleno desenvolvimento cultural — uma admirável capacidade para lidar com os animais domésticos, bovinos e caprinos, principalmente, sendo que essa capacidade, nos de origem mussulmi, elege os eqüinos.

Se admirável é o seu desassombro frente às feras nos pântanos e selvas de sua terra, mais admirável é a sua solicitude pelos animais que o acompanham em qualquer estádio da sua evolução. Rivalizou, por isso, com o índio nos currais e campos onde o govêrno colonial ensaiou e estabeleceu, por fim, o pastoreio."

* * *

Índios e negros que se entregaram às atividades de vaqueiros, de princípio, viviam ao redor da habitação do senhor de escravos e grande latifundiário, em barracas palafitas como a dêste, porém sem o confôrto e os traços da arquitetura colonial — o que sòmente se foi verificando com a utilização de tijolos, ladrilhos, telhas e madeira, todo o material de construção mais apropriado àquelas iniciativas . As coberturas e as paredes dessas casas eram de palha de tucum e de outras palmeiras; o soalho era de paxiúba. A rêde era ali o principal móvel e o cavaquinho o seu complemento sonoro, quando não dócil, como a companheira.

Telhas de cavaco vieram mais tarde, mas não ofereciam grande duração sob os fortes aguaceiros e os tremendos vendavais que se abatiam sôbre a Ilha. As barracas e *casas de girau* ou palafitas (as *pernas-de-pau,* como as cham no sul do Brasil), assim eram construídas, dada a freqüência das inundações e a necessidade de acomodar, sob o soalho, as selas, os arreios, o cherel, os laços e instrumentos usados na agricultura rudimentar.

Taperas e ruínas dessas habitações seculares mostram ainda hoje que foram erguidas sôbre *tesos-de-índios* — e mesmo antigos cemitérios ou *mounds,* com uma cerâmica que deu à Arqueologia

amazônica renome e interêsse científico só ultrapassados, depois, pela cerâmica de Santarém.

À proporção que os campos se foram povoando de gado grosso (11) e grandes cavalhadaas, veiu a necessidade de fundar-se, além do chamado *corpo de fazenda* um certo número de *retiros* e de multiplicar-se os currais, que tinham destinos específicos.

Os currais, desde o início do pastoreio na Ilha, deveriam ser seguramente, como os que ali conhecemos e são descritos por Vicente Chermont de Miranda neste verbete do seu *GLOSSÁRIO PARAENSE* (1905): "*Curral.* s.m. Cercado de fórma especial destinado a conter ou guardar os gados. O *curral* compõe-se de quatro paredes formando um quadrado ou um parallelogrammo. Os *currais* das grandes fazendas são divididos em três compartimentos: o *curral* de receber, o *curral* de metter, o *curral* de laçar. A vaquejada é toda agglomerada no *curral* de metter, de onde entra por fornadas, no *curral* de laçar, onde é o gado ferrado, assignalado ou castrado; d'ahi passa para o *curral* de receber. Acabado o trabalho, abrem-se as porteiras internas para, dando mais espaço ao gado, não deixal-o acunhado.

Cada parede é composta de lances de doze palmos cada um, cada lance é de cinco a seis achões horizontaes, entre quatro, dois por banda verticaes enterrados solidamente fazendo officio de esteios."

* * *

Essa evolução dos centros pastoris de Marajó marca a transformação gradual da habitação do fazendeiro e da barraca ou *tapiri* do vaqueiro, sendo que, à sombra de capelas ou de igrejas construídas pelos missionários, se foram desfazendo e desaparecendo algumas propriedades pastoris e agrícolas, em pleno campo ou às margens dos rios, quando, outras vêzes, as fazendas não absorveram os patrimônios dos oragos.

---

(11) Vicente Chermont de Miranda, na obra que escreveu sôbre peculiaridades de Marajó, nos fala no CORPO da FAZENDA, definindo-o: "Estabelecimento principal de uma grande fazenda onde mora o proprietario ou o administrador e onde commumente existe mais gado. Uma grande fazenda se compõe do *corpo da fazenda,* de fazendas secundárias e de retiros."

Uma concepção mais ampla de confôrto e de higiene, fêz surgir dos campos, mediocremente, grandes casarões senhoriais, mas nunca a chamada *Casa Grande* do Nordeste e a *Senzala*. De maneira que, ainda hoje, o tipo dominante de construção é o *chalet* de madeira ou o *sobrado* ou a casa baixa, vasta, de largas varandas ao redor. Mas existem propriedades como a dos Penas, dos Boulhosas, dos Lobatos, dos Chermonts, dos Acatauassús e dos Mirandas marcando uma influência moderna da habitação de outros senhores de terras e gados em certas paisagens rurais do Brasil. No entanto pouco fizeram em favor do ensino.

Apenas os proprietários da Fazenda Giva, em Maguari, cuidaram da educação dos filhos dos vaqueiros em proporções merecedoras de admiração e referência, pois ali mantêm escolas primárias para ambos os sexos.

* * *

Pode-se concluir daí o que eram as instalações para o gado, currais para vacas com cria, *chiqueiros* para bezerros a coberto das chuvas torrenciais e da perseguição dos morcegos.

Banheiros carrapaticidas, aguadas puras, cercados com pastagem artificial, tudo isso tem sido ensaiado, mas logo posto de lado, em sucessivos fracassos.

* * *

Um escritor da projeção de Dalcídio Jurandyr, em dois romances típicos da Ilha onde nasceu, fixou os dramas e as comédias que ressumam de todos os conflitos da terra e da gente marojoara.

Como em Desmond Holdridge, vamos encontrar na obra do escritor paraense as características antropogeográficas de uma das áreas mais discutidas da Amazônia, características capazes de completar as observações e as conclusões dos homens de ciência que a percorreram e estudaram, pois denunciam conflitos de classes (1) e o abandono em que se encontram as suas fontes naturais de vida.

* * *

(12) Aliás, Desmond Holdridge denunciou amplamente êsses conflitos em *The Death of a common man*, pois os verificara desde os contrafortes do Roraima — Paracaima à embocadura do Amazonas.

Essa contribuição do indígena, na heroismo e na vulgaridade da sua vida de vaqueiro, ainda hoje estua na tradição que legou aos seus continuadores e da qual a porção mais viva, mais característica é a sua linguagem. Porque, largo tempo, a maioria dos elementos dessa linguagem foi tupi (e não negra nem lusa, conforme o demonstrou Vicente Chermont de Miranda, em seu *GLOSSÁRIO PARAENSE*) e porque, também, em cada vocábulo dela oriundo, estava aquela *innere Form* ou *forma interior* de Alexandre Humboldt, citado por A. Benvenuto Terracini, e definida como "o ângulo visual donde a pessoa que fala vê e exprime a realidade que a rodeia."

A realidade da paisagem campestre de Marajó teve no índio o seu primeiro definidor: o mais abalizado, o mais preciso, o mais sutil e o mais lógico.

E isso se verifica a começar pela denominação da sua Ilha, com os acidentes topográficos, as plantas e os sêres que lhe são peculiares; e daí, estendendo-se às suas comidas, utensílios domésticos, armas de guerra, aparelhos de pesca e de caça, até às manifestações mais profundas da sua psiquê.

Não queremos dizer, entretanto, que o índio deixasse de incorporar, voluntária ou constrangidamente, a essa linguagem, os vocábulos e a fraseologia do português, relativas aos sêres e às coisas que o conquistador trouxera consigo para aquêle meio insular, desértico e misterioso.

Contudo, para evidenciar certas reações do índio ante a imposição que lhe foi feita ou a que se antecipou, basta lembrarmos a sua atitude ante a estranha geometria dos currais, aceitando-a, sem discussão, mas impondo ao complemento daqueles moirões "dispostos em quadrados e paralelogramos," que é um "cercado de madeira, à margem de um rio ou igarapé navegável," a denominação tupi de *caiçara*, visto lhe haver abrangido a forma e a utilidade.

Com u'a manga e uma sala, aquêle complemento do curral, descrito posteriormente por Vicente Chermont de Miranda, era assim como um tapume que obrigasse o gado — tal qual acontece num cacuri, com os peixes, — a tomar a direção que se entendesse.

* * *

Na evolução dessa linguagem, mesmo quando o português alcançou sôbre o tupi e o africano uma predominância histórico-

social mais ampla, as expressões e os vocábulos indígenas não foram anulados nem banidos dos festejos populares, das ceremônias religiosas, como o *sahíré*, dos rodeios, dos bailes, entre as figurações do catimbó, do lundum e do *baião*.

Ainda hoje na Ilha do Marajó, para se beber o último leite da ordenha, temos de pedir a um vaqueiro *tipuca;* e bem raras caboclas ignoram o valor idílico dessa expressão: *fazer tucura*, isto é, trocar beijos curtos e repetidos...

* * *

Se, a rigor, devemos atribuir grande importância e significado à periodicidade das inundações e a outros fatores ecológicos, de uma aterrorizante geografia, — a geografia das calamidades — importância e significado menos expressivos não devemos recusar às formas primárias de exploração da terra e do homem, nas suas relações com a formação e o aproveitamento da riqueza que determinadas espécies de animais domésticos representam. A êstes, talvez mais do que àqueles fatores, caberia o retardamento da expansão, a depreciação, enfim, duma fonte natural de vida, assim atentemos para as circunstâncias que a história econômica do arquipélago marajoara e a sua história social, igualmente, registram.

* * *

No que concerne à substituição das espécies domésticas procedentes de Portugal, por outras que, como os seus bovinos, dentro de condições ecológicas adversas perderam as suas características e tiveram deturpadas a sua morfologia e a sua fisiologia, poder-se-ia ter pensado, logo que a ciência zootécnica se foi firmando na Europa, na formação de uma raça bovina capaz de "superar a resistência ao meio", de que nos fala R. Chapman, dos Estados Unidos, citado por Severtzov, na sua DINÂMICA DE LA POBLACIÓN ANIMAL.

Mas dever-se-ia pensar, paralelamente, desde que pleiteamos nossa independência política, na reabilitação social do vaqueiro da Amazônia pela reestruturação do seu caráter e da sua inteligência, pela definição de seus direitos de trabalhador livre numa terra livre.

Na paisagem física do arquipélago de Marajó a conexão do homem e dos sêres que êle explora é determinada por essa lei que, desrespeitada como tem sido, deixou de impô-lo, econômica e socialmente, quer por fôrça da eternização da rotina, quer por fôrça da incapacidade político-administrativa que assinalou o domínio de suas terras pelo colonizador, primeiro, e, a seguir, pelos seus herdeiros.

É claro que, considerando-lhe a história, o destino econômico, social e político, nesta hora em que tanto se fala na valorização de suas possibilidades — e entre elas até na do petróleo e na do manganês — cogitemos de formar, racionalmente, os seus rebanhos e valorizá-los pelos processos que a ciência e a técnica determinam com indiscutível segurança.

E, de certo, não haverá quem disso discorde, reconhecendo que não é apenas ao pecuarista, como indivíduo, mas ao Estado, como poder, que compete obra de tamanho vulto, maxime quando consideramos que êste arquipélago é, na área geográfica de fome estabelecida por Josué de Castro para a Amazônia, uma das quadras de mais trágica e de mais impressionante significação. (Vêr Nota 6).

Sua população ainda não atingiu um índice demográfico à altura da sua extensão territorial, não sòmente por fatores negativos da sua ecologia, mas por fatores dessa calamidade que a domina desde os primeiros dias de sua conquista e povoamento.

E o mesmo se verificou em relação aos seus rebanhos.

Em face ainda dêsse problema, resta-nos examinar, mais adiante, a significação econômica e a exploração extensiva das suas águas.

CAPÍTULO V

EXPLORAÇÃO DAS ÁGUAS

Cita-se, freqüentemente, o Japão como o país de precocidade demográfica mais típica do mundo. Os grupos humanos dêsse arquipélago asiático ultrapassam os das Ilhas Britânicas, com uma densidade de 181 habitantes por quilômetro quadrado.

Concorreram para semelhante fato as pescarias ao longo das costas daquelas ilhas, atribuindo-se à exploração secular e sistemática do Pacífico o "desenvolvimento material e moral" do povo nipônico.

Tal exemplo, como se vê, serve para ilustrar de igual modo os temas históricos e geográficos, os temas sociais e econômicos da nação japonêsa.

Não vemos por que deixar de fazer-se aqui, pois, essa citação, que, por assim dizer, já se tornou clássica: entretanto, mais ilustrativo nos pareceu sempre o caso de Portugal, apontado algumas vêzes, porém com oportunidade, pelos estudiosos dos fenômenos históricos e dos problemas geo-econômicos que lhe estão ligados à formação. (Ver Nota 7)

Sua posição na península ibérica, entre o Atlântico, o Mediterrâneo e os Pirineus; seu perfil fisiográfico, recortado em baias, enseadas, póvoas, angras e cabos; seu clima variado, rigoroso ali e temperado e chuvoso aqui; seus oitocentos quilômetros de costas marítimas; seus rios pobres, com pequena extensão navegável, através da planície que irrigam e oriundos, em sua maior parte, das serras de Albarracin e Urbion, na Espanha, e dos montes Cantabros, na Galiza; a área inexpressiva das suas lagoas biològicamente sem grande significação; tudo isso lhe condicionou o destino histórico e social, e, além da sua precocidade demográfica, sua evolução econômica.

Na Idade Média, vindo pelo Douro a baixo, sabe-se, sua população esbarra com o Atlântico; e — como o Japão o foi, pelo Pacífico, e outras nações o foram, por outros mares — a *Lusitânia* se lhe abandona fascinada.

Então, de 1385 a 1580, o mar — *estrada* e *campo de pesca* na expressão de Jean Brunhes, — deixou que as expedições audazes de Portugal por êle se aventurassem.

Pelos séculos a fora isso garantia ao seu povo, em seu território e em alguns que conquistou, sadio e farto alimento, envejável e segura condição econômica.

O descobrimento do Brasil, do outro lado do Atlântico, e, depois, o do arquipélago de Marajó, se inscreveram no ciclo dessas expedições e na glória das epopeias que a gente lusa nelas viveu.

Mas, ao apossar-se das terras do continente e das ilhas que formam o grande arquipélago amazônico, viram os descobridores que tanto o mar como os rios tinham ali a sua economia expressa numa fabulosa piscosidade, com grupo zoológico até comum às águas que banhavam as costas de Portugal.

A ictio-fauna da água-salgada e a da água-doce eram variadíssimas e de grande valor dietético e econômico, havendo espécies (os chamados peixes anádromos) que tanto se acomodavam à esta como àquela, desfrutando as condições físico-químicas e biológicas peculiares ao meio líquido onde viviam.

Os índios as haviam denominado segundo o próprio linguajar fixando-lhes, por vêzes, só na exatidão de um vocábulo, as carecterísticas morfológicas ou os hábitos biológicos, como o faria o melhor sistemata, no conhecido conceito de Barbosa Rodrigues.

Eram, entre outras, o aruaná, o acará, o aracu, o bacu, o cuiúcuiu, a curiman, a gurijuba, a jatuarana, o jandiá, o jaraqui, o mapará, o jau, o mandubé, o tamoatá, o apaiari, o pacutinga, a ipirapema, a piranha, a piramutuba, o pacu, o piráiupeua, a piratiquera, a piraíba e o pirarucu (que, com a pirapema, são os três mais volumosos peixes da Amazônia), o tambaqui, peixe eminentemente frugívoro, a pirapitinga, a sardinha papuda, o anujá, o bagre. (Ver Nota 8).

Ictiófagos, os índios Nheengaíba, Aruãs, Maruacás, Sacacas e outros encontravam nesses peixes alimento diário e saboroso, aglomerando-se no centro e no litoral das ilhas do arquipélago marajoara, estimulando, com êle, a precocidade demográfica, que, in-

concebìvelmente, não se elevou aos quadros das populações dos arquipélagos asiáticos, embora Bettendorff e outros jesuítas os considerassem numerosos e prolíferos.

Tartarugas, tubarões, botos, caranguejos, siris, ostras, camarões, turus, sêres de todos os portes e de hábitos os mais estranhos eram pescados por aquêles índios que empregavam nisso processos variados, embora primitivos, tais como o de recorrer a plantas entorpecentes, e à batição, quando eram insuficientes os jiquis e os paris.

Um sirênio, o peixe-boi, que os portuguêses, desde os primeiros dias da Conquista do Brasil assim haviam apelidado, atentos às suas formas e aos seus hábitos, pastava nos rios e nos lagos como um bovino, e era encontrado, amamentando o filho, à embocadura dêsse rios, entre as plantas submersas e flutuantes dos lagos por êles formados.

Assim, os louvores que um cronista encaminhava, do Maranhão à capital do Reino, abrangia, no seu colorido e no seu arrebatamento, os peixes e outros sêres do arquipélago marajoara, porque eram, também, comuns tanto às costas da então capitania como às águas interiores que lhe refrescavam as terras.

A Alexandre Rodrigues Ferreira caberia futuramente a prioridade da identificação científica do peixe-boi. E a Agassiz, Eigemann, Goeldi, Starks, Alipio Miranda Ribeiro e a Henny W Fowler, caberia a prioridade de identificar as mais valiosas, abundantes ou mais raras espécies do mundo litorâneo, fluvial e lacustre do arquipélago.

Estudando-se os aspectos da exploração dêsse mundo, de tamanha amplitude e tão admiràveis possibilidades econômicas, logo se patenteiam os modos de utilizar — além da sua contribuição como alimento do índio e do colono — as espécies acima enumeradas, principalmente.

As tartarugas e os peixes-bois não só davam carne ao homem; seu azeite seria empregado na iluminação individual e das vilas e cidades que se iam erguendo.

E, — segundo informa Jorge Hurley no seu trabalho ainda inédito, sôbre Marajó, — quando as tartarugas e os peixes-bois entraram a escassear, os marojaras fizeram azeite de jacaré.

Pescador por excelência, o homem das costas de Portugal, para captura do pescado, foi introduzindo os processos e os instrumentos de pesca utilizados no Reino; no entanto, muitos dos processos

inventados e utilizados pelos índios seriam aceitos, na íntegra, ou modificados, apenas, pelos portuguêses.

Porque os homens das tribos do arquipélago marajoara e, em geral, da Amazônia, não eram sòmente remadores e pilotos, mas canoeiros, caçadores e pescadores, igualmente, atilados e hábeis.

* * *

Realmente, à semelhança de todos os povos da costa do Brasil, os da Ilha de Marajó, às margens dos seus lagos e rios, eram, em verdade, legítimos pescadores, embora coletassem frutos e caçassem também.

Estando, do ponto de vista cultural, portanto, dentro do ciclo austronesoide, utilizavam anzóis, arpões, zagáias e *jatecás*, além de arco e flecha para atender aos imperativos da própria subsistência. Empregavam iscas — minhocas, insectos e frutos — que sabiam ser da preferência desta ou daquela espécie. Construiam *paris, cacuris*, e tapagens de talas de bambus, de ramos verdes e troncos, ao longo e à boca dos igarapés, aproveitando o fluxo e o refluxo das marés. Teciam covos, rupichéis, rêdes e puçás. E se nada disso tinham à mão, por qualquer circunstância, recorriam a plantas íctio-tóxicas para tinguijar as águas e matar os peixes de superfície e de profundidade. Faziam batição, tangendo os cardumes para as enseadas rasas, onde fácil era pegar os peixes com paneiros, apenas, ou à mão, quando saltavam em terra.

Essa atividade era individual ou coletiva, exercida, simplesmente, das margens dos lagos e rios, ou sôbre ubás, de fácil manejo.

Nos primeiros dias da colonização da Ilha o índio foi, indiferentemente, pescador, canoeiro e vaqueiro. À proporção que a índole utilitária do português foi influindo nos sistemas de pesca do índio, êsse ou se fêz só pescador ou escolheu a atividade de canoeiro, (13) não sendo de estranhar que, para definição de aptidões, interferisse o missionário, afim de assegurar maiores proventos na exploração das riquezas dos lagos e rios marajoaras.

---

(13) Igara, Igaruçu, Igaram.

Êsse deve ter sido o instante social em que duas classes — coincidindo num indivíduo só, até então — se definissem no seio da indiada, com choques freqüentes entre si, evitados ou anulados a chicotes e a vergastadas pelos colonos e pelos missionários, muitos dêles tão despóticos como os seus companheiros das Reduções do Paraguai, fundadores (em 1610-1768) da malograda República Comunista Cristã dos Guaranis.

Para estimular a produção do pescado, por exemplo, do indivíduo ou do grupo, os colonos e os missionários entraram a distribuir entre os pescadores, primeiro, a aguardante do Reino e depois, com o estabelecimento das *fábricas de açúcar*, a cachaça!

E êsses mesmos missionários atribuiram depois aos pescadores indígenas, o vício da bebida, como uma enfermidade social incontrariável, e todos os desregramentos da concupiscência, estimulados pela própria aguardente ou pela cachaça!

* * *

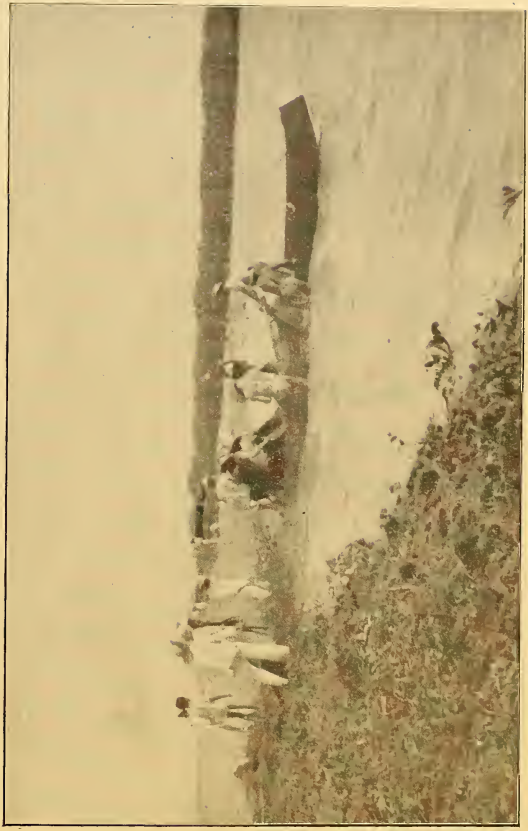
Intriga-nos não haver o colono português, à falta de braços, ocupado as mulheres indígenes, — como o faziam em suas angras e póvoas — em certos serviços ligados à pesca.

Em nenhuma relação de pagamento de pescadores que consultamos, aparece o nome de uma índia e a descrição do que se lhe deveria ter pago em fazenda e dinheiro.

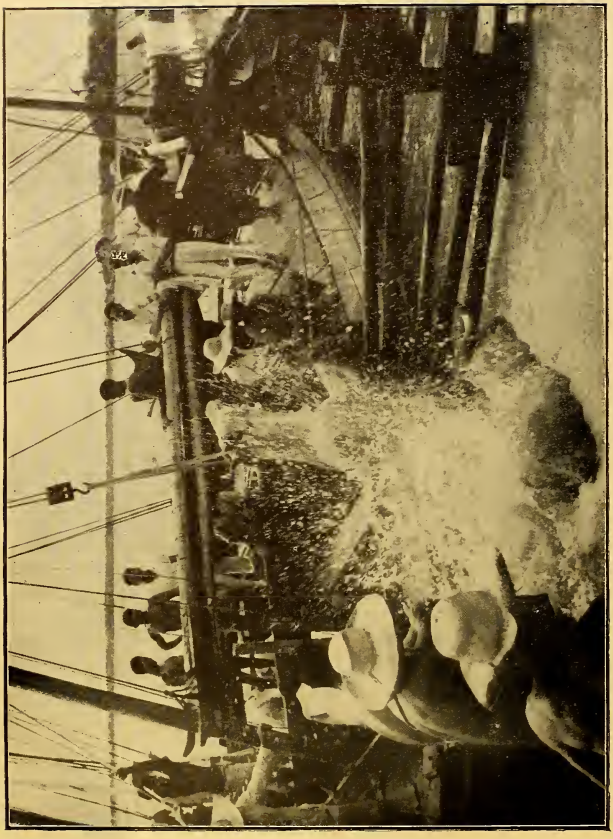
Descendentes das imemoriais oleiras que legaram à Arqueologia as preciosas peças existentes no Museu Paraense Emilio Goeldi e noutros, elas deveriam ter continuado a fabricar louças de uso doméstico e a revelar aos portuguêses os matizes da sua cozinha, onde o peixe tinha especial prioridade, pois era a base da alimentação da indiada.

Não pôde dominar inteiramente, por essa razão, a cozinha portuguêsa, visto que os colonos se foram afazendo à cozinha índígena com os seus peixes moqueados e cozidos no tucupi, com as suas poquecas adubadas a pimenta, com a farinha-de-peixe (*pirácui*) que lhes engrossava o caldo das peixadas.

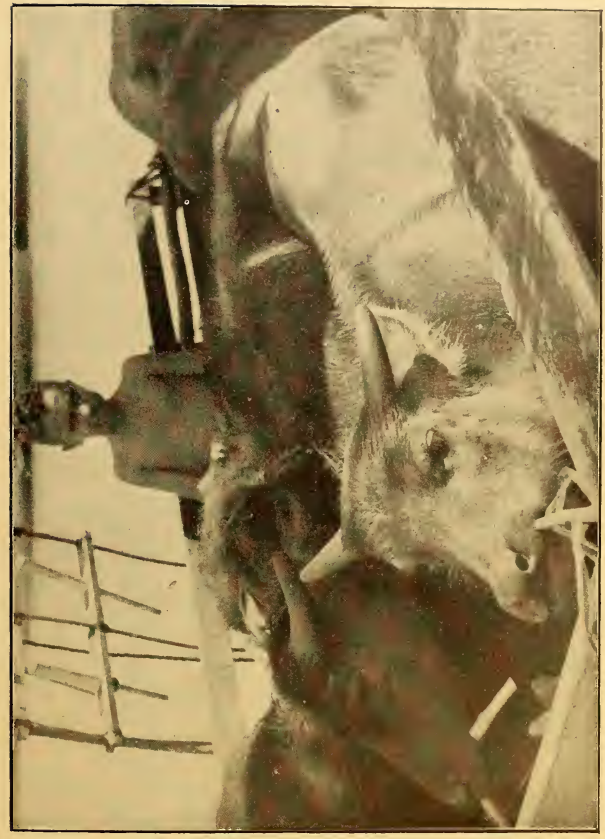
Então, com o estabelecimento do pastoreio, cuidaram os portuguêses de organizar em vários pontos do arquipélago, os chama-



Um lance de rêde de arrasto, num dos lagos da Ilha de Marajó



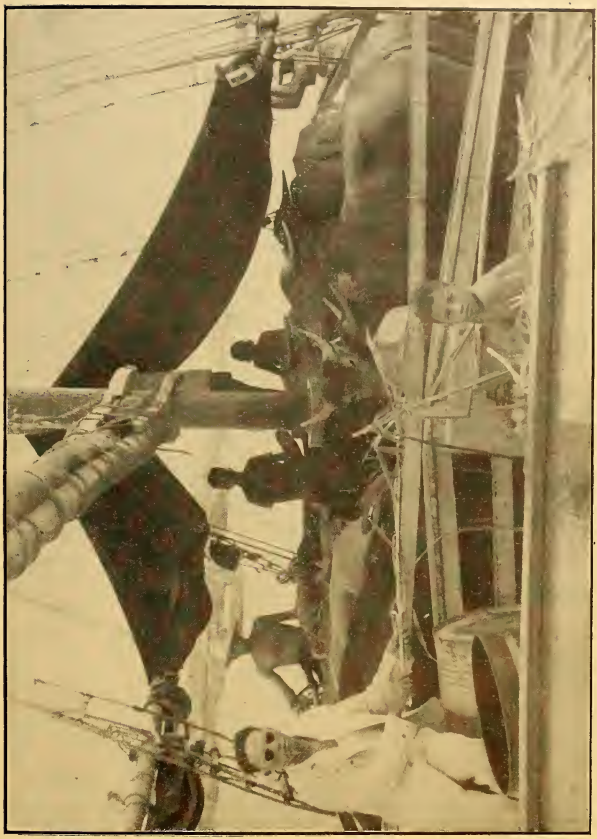
O embarque de uma rês, suspensa pelos chifres



O mesmo lote, no barco «São Bento» transportado de Soure, para a Estação Experimental de Çacaual Grande, à margem do Rio Amazonas

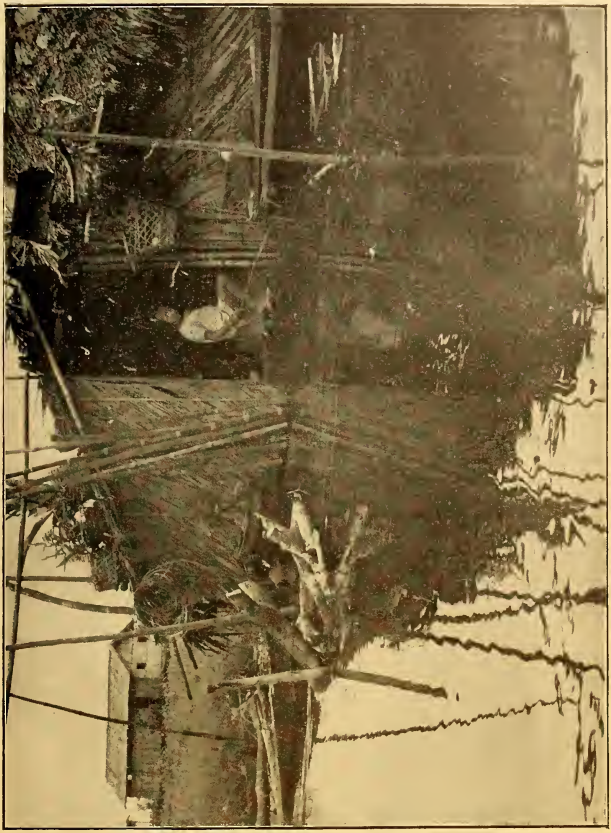
Um geleiro com pescadores e canoeiros no pôrto de Genipapo (Arari)

Um vendedor ambulante de pescado, na cidade de Soure



Búfalos de Soure, no barco «São Bento», destinados à Estação Experimental de Cacaual Grande, do Instituto Agronômico do Norte

Barraca de pescadores no Lago Arari (Ilha de Marajó) Pará



E pode-se pescar mesmo de casa...

O laço do vaqueiro marajoara também serve para caçar jacarés

Um jacaré-tinga destinado ao mercado de Belém

«Entaniçando», isto é, amarrando com cipó, um exemplar de jacaré destinado ao mercado em Belém

dos PESQUEIROS REAIS, pois que na Carta Real que D. Afonso, Rei de Portugal, subscreveu em favor de Antônio de Souza Macedo, donatário da Ilha Grande de Joannes, já se lhe garantira a 23 de dezembro de 1665, "meya dizima do pescado da dita Ilha que he de vinte peixe hum... a qual meya dizima será do pescado que se matar em toda a Ilha".

Preciosos códices — existentes no Arquivo da Biblioteca Pública de Belém, e naquele de que nos dá notícia Jorge Hurley, que o consultou no Instituto Histórico e Geográfico do Pará — nos informam minuciosamente acêrca de tudo quanto se relacionava então com a vida dos PESQUEIROS REAIS.

Podemos afirmar que êsses estabelecimentos não foram fundados sob um critério superior ao que caracteriza àquele tempo a economia destrutiva das águas fluviais de tôda a Colônia.

Fundados desde 1665, para sustento das tropas, para rancho das tripulações dos barcos do Govêrno da Metrópole, para avolumar as cifras da exportação que se encaminhava ao Reino, êsses pesqueiros tiveram existência próspera, algumas vêzes, sem dúvida, alternando-se mais freqüentemente com grandes crises e imprevistos colapsos.

Nessa forma de exploração econômica aparece — para a emperrar, desmoralizar e aniquilar — o trabalho escravo, dos índios, antes, dos negros e dos brancos, depois, como veremos a seguir.

Outras causas — tal a ignorância da biologia dos sêres aquáticos de Marajó e a carência de uma organização industrial e comercial correspondente às singularidades do meio marajoara e da sociedade que neles se estava formando — poderiam ser responsabilizadas pelos fracassos, mas convém não esquecer que o trabalho escravo teria nisso a maior significação. Porque as fôrças que aglomeram homens para exploração de seus semelhantes podem dar, por momentos, uma ilusão de equilíbrio social e econômico, mas acabarão por desmoralizar e aniquilar tôda e qualquer instituição que as utilize. (Ver Nota 9).

Examinamos, posteriormente, aquêles períodos dessa exploração, compreendidos entre 1665, 1776 e 1798, e, a seguir, os que vão de 1815 a 1824, abrangendo outros pesqueiros, além dos de Joannes, o de Vila Franca, no Baixo Amazonas, por exemplo.

E nesses documentos encontramos definidos, relacionados — e criticados, inúmeras vêzes — todos os males técnicos e sociais, todos os desajustamentos e injustiças que não deram ao arquipélago de Marajó, principalmente à Ilha Grande, a precocidade demográfica, a plenitude cultural dos arquipélagos asiáticos, nem concorreram para que a sua economia deitasse alicerces que póvoas e angras, habitadas por gente simples e rústica, lograram estabelecer no continente e nas Ilhas dos Açores.

O consumo do pescado, também, à proporção que os rebanhos bovinos prosperavam, fôra declinando vertiginosamente; a faina pesqueira se arrastava, aos tropeços, de crise em crise; e a exportação para o Reino se transformara na expressão indefinível de um mesquinho comércio local. Dados estatísticos remotos poderiam ser aproveitados num gráfico eloqüente para representação do que foi essa iniciativa do colonizador luso na Amazonia, justamente num meio que reunia as condições mais reclamadas pela biologia dos grupos animais que lhe são peculiares. Não seriam, porém tão expressivos, tão eloqüentes como certas informações desassombradas ou tímidas de alguns funcionários dos chamados PESQUEIROS REAIS, apontando os fatores do fracasso que essa exploração destrutiva das águas marajoaras determinou.

Nelas ressaltam as que se referem ao trabalho escravo, às formas de pagamento de índios e negros — escravos aproveitados nas diversas fases da atividade pesqueira da Ilha Grande de Joannes e, para além dela, no lago de Vila Franca, no lago do Rei, ou nas águas do Rio Madeira.

Foram de tal maneira imorais, atentatórias à dignidade humana, caracterìsticamente criminosas, no seu duplo empenho de explorar o homem e saquear a natureza, que os seus efeitos ainda hoje se refletem nos aspectos sociais e nos dados econômicos da atividade pesqueira no arquipélago de Marajó.

Indo numa vigilenga à costa negra do Amapá para acompanhar a pesca da gurijuba que ali anualmente se realiza; parando na Ilha das Flechas para estudar o tipo de comunidade que é a dos pescadores lá fixados; parando à entrada ou em pleno lago Arari para focar as fisionomias humanas que, durante tôda a safra, se empenham no mais anti-econômico e brutal sistema de exploração

de suas águas, êsses aspectos se nos mostram tão latentes que não se faz necessário compreender que êles nos vêm de um passado de atividades escravocratas, de espoliação dos direitos mais simples do homem marajoara.

Tremenda é ainda a ignorância das possibilidade que as águas marajoaras encerram; nenhuma organização comercial e industrial as está pondo em equação; nenhuma assistência científica e nenhuma orientação técnica estão conduzindo pescadores analfabetos, famintos e doentes nesse desgaste diário de reservas físicas e de patrimônio moral.

* * *

Habitando, hoje, — como, outróra, os indígenas — casas palafitas, à entrada do lago Arari, nas povoações Genipapo e Santa Cruz, centenas de pescadores ali se entregam, por ocasião da safra de pescado, a diversos tipos de pesca. Uma delas merece aqui ligeira descrição embora seja a mais importante de tôdas.

Às primeiras horas da madrugada, em embarcações próprias ou dêste ou daquele patrão, em pleno lago, realizam uma das mais movimentadas, perigosas e temerárias pescarias que conhecemos — misto de batição e cêrco. Seminus, cavalgando caibros de madeira, leve, flutuante, estendem-se a igual distância numa formação triangular, afim de, ora impelindo os caibros para a frente, utilizando a mão esquerda e os pés, ora batendo a água, à direita e à esquerda, com o *gancho* — barra curta e maneira, de ferro — no esfôrço de juntar e encaminhar o peixe na direção da rêde, estendida em sítio de pouca profundidade, propício à despesca. Orienta-os, na escuridão da noite, apenas a luz de grandes lamparinas amarradas nas extremidades de dois calões.

Nessa pescaria é freqüente ser um pescador vítima das piranhas que o mutilam e ameaçam devorá-lo quando o não retiram logo dágua, sangrando.

Comparável, em perigo e acidentes, a essa pesca, nós conhecemos somente a da gurijuba, na costa do Território do Amapá; entre os cabos Norte e Orange, pois contra ela se levantam o mar e o vento noite e dia.

Desassistidos por uma organização cooperativa idônea, em bases verdadeiramente sociais e econômicas; sujeitos a crises de tôda ordem das suas precárias colônias, crises oriundas dos desentendimentos e dos choques de ambições dos dirigentes da própria Confederação Geral dos Pescadores do Brasil; escravizados e parasitados por indivíduos solertes que lhes financiam o trabalho a juros de onzeneiro insaciável, os pescadores marajoaras arrastam uma existência miserável na sua maioria, arruinados pelo álcool e pela *diamba* ou *dirijo*.

Confinados em terras que não lhes pertencem, junto com os filhos e a mulher, principalmente no período calamitoso das enchentes do Amazonas e do Tocantins, os pescadores de todos os ângulos da Ilha Grande de Marajó passam sombrios meses de fome e frio, largados das instituições que deveriam ampará-los. E se, nessa contingência, recorrem ao crédito, matreiramente concedido pelos comerciantes e *geleiros*, cujos negócios se apoiam na produção do pescado, na futura safra, mais acrescida se lhe torna a miséria e mais largados de Deus e dos homens se encontram á margem dos rios e lagos piscosíssimos da ilha, ou são avistados, de arribada, varridos à bala por fazendeiros e criadores, assombrados com a continuação do roubo de gado, que lhes é invariavelmente atribuído.

* * *

Os indígenas de Marajó nasceram num ambiente geográfico cujos lagos e baias tinham horizontes infinitos como a pampa argentina, a savana venezuelana, o lavrado rio-branquense e os seus próprios campos. E desde criança se afeiçoavam à vida aventurosa e erradia de canoeiros, em frágeis embarcações, porque não se admitiria deixassem de o ser quando viviam mais sôbre as águas do que às suas margens.

O exercício quotidiano, individual ou coletivo, da pesca — para não nos referirmos às empreitadas guerreiras — lhes deu uma têmpera idêntica à dos melhores e mais destemidos marujos de todos os mares. Êles foram assim, antigamente: pilotos, remadores, tripulantes, além de construtores de embarcações, *igarités* ou *maratins*, capazes de afrontar vagalhões, banzeiros e temporais. E

tanto conduziam, sob as arvores e os arbustos de um igapó, o casco maneiro, como, ao longo do litoral da Ilha, a canoa possante.

* * *

Seus descendentes, os caboclos canoeiros dos mais distantes centros da Ilha, continuam o mesmo destino.

Mas é preciso ir-se de Belém a Soure, a Chaves ou ao Amapá, confiado à habilidade, à experiência e aos conhecimentos primitivos de náutica dêsses canoeiros, para que se sinta que admiráveis virtudes e privilegiados sentidos têm os descendentes dos Aruãs, Sacacas, Maruanás, Nheengaíbas e Igaraunas.

Com a introdução de motores de explosão, de barcos a vapor, que transportam gado e peixe, da Ilha para o Continente, moços de-leme, rudes marujos se fizeram motoristas, choferes e mecânicos, neles trabalhando, com o mesmo empenho e desassombro revelados nas vigilengas, nos hiates e barcos de vela. (*)

Nem se amedrontam o montar o cabo Maguarí, o cabo Norte ou o cabo Orange, nem se desorientam frente à ameaça da pororoca, no Araguari, e os rabos-de-ciclone na baia de Curralinho ou na baia do Sol.

Outróra, como hoje, encontramos na maioria dos descendentes dos índios de Marajó, resumindo-lhes a energia, a inteligência e a coragem, o vaqueiro, o pescador e o canoeiro.

(*) Nos navios da SNAPPP, que atendem ao transporte de passageiros nos rios dos Estados do Pará e Amazonas, taifeiros, marujos, maquinistas e mesmo oficiais são, na sua maioria, de origem indígena.

No "Presidente Vargas", que faz, semanalmente, uma viagem de recreio de Belém a Soure, na Ilha de Marajó, pode facilmente ser verificado o que estamos afirmando.

CAPÍTULO VI

BORRACHA DA ILHA

Vejamos, agora, que aspectos sociais e econômicos nos oferece uma outra forma de exploração da natureza e aproveitamento do trabalho humano — a dos seringais dêsse arquipélago cujo destino pretendemos pôr em evidência.

Já foram enumerados e discutidos por economistas e sociólogos os chamados contrastes de terra e homem na Amazônia, para que ousemos repetí-los aqui. É que divergimos, em geral, dos autores de tais conceitos, nem sempre fundamentados nas ciências, eminentemente objectivas, podendo-se, aliás, apontar certos preconceitos políticos, raciais e religiosos até que lhes deram origem.

À ecologia social é que caberia, com o tempo, apreciar seguramente êsses contrastes e esclarecer as suas relações entre a terra e o homem, porque, como o ensina Donald Pierson, por exemplo, essa ciência é mais relacionada "com a *Ecologia animal* e a *Ecologia vegetal*, bem como com a Biologia".

Ora, os autores daqueles conceitos são, na sua maior parte, anteriores ao desenvolvimento definitivo, em moldes científicos, da disciplina em apreço. Mesmo assim, temos de admirar, não apenas a maneira por que êsses conceitos foram expressos, mas o seu próprio conteúdo, visto que, apresentada agora sob um envólucro grosseiro e áspero, aqui está uma semente em germinação, e apresentada ali, sob outro envólucro, colorido e delicado, está a massa de um fruto insípido e vulgar.

Revendo, então, os factos da história econômica da Amazônia é que essa verdade se nos evidencia na sua inteireza e realidade. Primeiramente no que diz respeito ao homem e a uma espécie vegetal — a serigueira — cuja exploração anti-econômica, há quase

um século atinge por igual o homem e a terra naquilo que é para ambos um patrimônio: ao homem, escravizando-o, desmoralizando-o; à terra, saqueando-a, empobrecendo-a. Tal é a interdependência do homem e daquele vegetal que, embora senhor de um autêntico espírito de analista, ao sábio, muitas vêzes, acontecerá recorrer a uma imagem que a represente com a fôrça de um belo e trágico símbolo da vida, na paisagem equatorial da Amazônia. (Vêr Nota 10).

Daí, estudando as relações do homem e da seringueira no arquipélago de Marajó, termos chegado à evidência de que essas relações são tão estreitas, tão íntimas, tão profundas que o homem ali pode ser considerado um personagem cujo drama se fundiu no drama das imagens-vegetais que em redor dêle compunham a ambiência do cenário.

Nunca dois sêres sofreram tão harmônicamente como o homem e a seringueira da Amazônia!

Sangrando êsse vegetal, na terra firme dos seringais dos altos rios; arrochando-o nas várzeas insalubres do estuário do Amazonas, o homem dessa região e o que para ela imigrou, vindo do nordeste e de outros pontos do Brasil, realizaram uma auto-mutilação, uma auto-escravização, uma auto-desmoralização econômica, social e política.

Afirmam os historiógrafos que, desde o século XVI, os Cubéuas conheciam a borracha, isto é, o látex que a constitui; a outras tribos da Amazônia não seria êsse produto vegetal desconhecido, bastando que nos lembremos do jôgo de bolas dos índios Ariti que Rondon revelou à Civilização.

Um sábio, La Condamine, em 1735, e um missionário, Frei Manoel da Esperança, em 1738, apontariam, porém, ao mundo a sua utilidade.

Vivendo, então, associativamente na orla litorânea das ilhas que compõem o arquipélago de Marajó, a seringueira foi envolvida pela cobiça e valorização desde 1840, mas, segundo Ferreira Pena, factor dêsse fenômeno econômico e social foi o imigrante português, como o fôra, também, do fenômeno de miscigenação que adulterou a fisionomia da população nativa e que lhe deu êsse genio mercantil peculiar àquêle povo. Não negou o sábio arqueó-

logo a essa miscigenação efeitos vantajosos para a vida da região e do país.

Escrevia êle, então, no seu estudo acêrca da Ilha Grande de Marajó: ... é por efeito dela (a assimilação dos restos da velha raça indígena à raça nova) que hoje todos aquêles rios, como as ilhas adjacentes a Marajó, estão povoados de cabanas de seringueiros, barracas e mesmo muitas casas de negociantes, de canoa de regatões e de vapores que penetram por todos êsses lugares e por inumeráveis furos ou defluentes, à procura da carga favorita e única — a borracha."

"Entretanto, a cobiça que excita o preparo e comércio dêste valioso gênero, não tardou a desmascarar-se; é ela que, enquanto sepulta nos seringais milhares de pessoas, vai entretendo o resto da população na ignorância e no indiferentismo para a instrução, para a religião, para com a pátria, para com Deus, enfim, para com todos os mais nobres sentimentos do coração humano; e é por ela que a população definha e vive na miséria e que todos os que se dão ao fabrico da borracha estão cobertos de dívidas e, morrendo, arruinam suas famílias, prejudicando aos credores que tiveram a imprudência de lhes confiar seus gêneros, e concorrem, assim, em parte para os apertos e perturbações em que se tem achado o comércio da capital".

Aniquilando tudo o que já estava feito, lavoura e agricultura, geralmente a borracha das Ilhas, de valor inferior à dos altos rios da Amazônia, levara as populações à degradação moral, desviando de outras formas de atividades um têrço ou a metade do pessoal da então Província do Grão Pará.

Ferreira Pena gizava, com precisão e inquietude, já àquela época, as passagens mais trágicas do drama social e econômico que haviam sido distribuídas ao homem e à terra. Seus olhos de homem de ciência anteviram as conseqüências dos factos que se processaram na paisagem das Ilhas.

Melhor as viu, porém, Barbosa Rodrigues, embora generalizando, porque, se bem conhecesse as populações indígenas e as populações mestiças que se fundiram no tipo de seringueiro, isto é, num pária social sem Deus e sem Lei, muito conhecia o vegetal que lhe inspirou estudos magníficos para a época e talvez para

hoje mesmo. Estudos que abrangiam a sua distribuição geográfica, a sua sistemática, a sua morfologia e a sua fisiologia, aí estando a obra que deixou quase inédita, porque pouco conhecida, sôbre as héveas.

Apreciando o meio em que as seringueiras se desenvolviam, descrevendo as suas exigências físico-químicas, Barbosa Rodrigues apreciou, paralelamente, o meio social a que haviam arrastado o homem da região, as condições do trabalho que lhe estavam exigindo, dentro de uma concepção econômica escravocrata e imoral. Nem escapou a êste sábio brasileiro, dos mais lídimos que o nosso país já teve, a contribuição do cearense, do homem do Nordeste, para cá empurrado pela calamidade das sêcas de 1877. De um lado, um trabalhador-escravo; de outro lado, outro trabalhador-escravo e faminto, ainda não ambientado geográfica e socialmente.

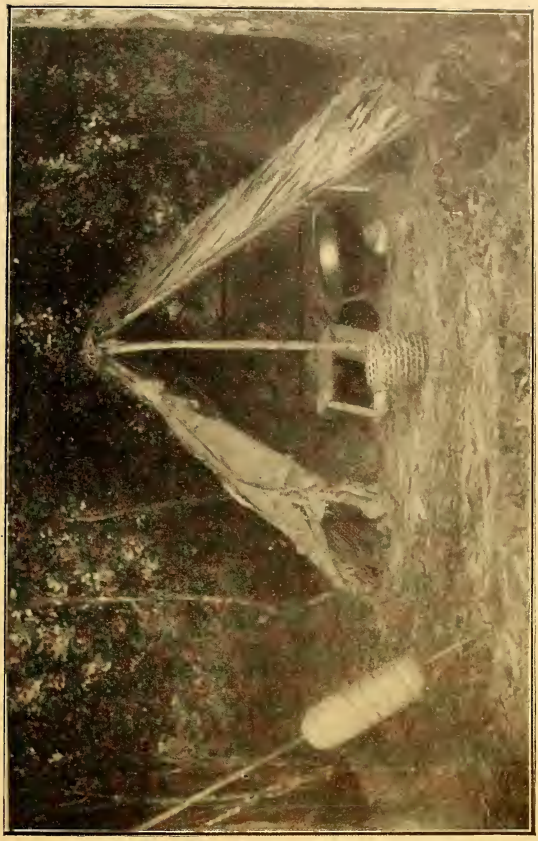
É admirável de justeza, de presciência (mas, principalmente, de interpretação dos fenômenos relativos ao início do chamado ciclo da borracha) a palavra dêsses dois sábios: Ferreira Pena e Barbosa Rodrigues.

Presidentes de província, publicistas e estudiosos, também alertaram o espírito público contra as conseqüências que o alto preço da borracha e, depois, as suas primeiras crises, expressas na baixa dêsse mesmo preço, determinariam.

Manuel Barata nos apontaria alguns nomes num trabalho, visando precaver-nos contra tais conseqüências: "Sebastião do Rêgo Barros condenava o emprêgo quase exclusivo dos braços na extração e fabrico da borracha, a ponto de nos ser preciso actualmente receber de outras Províncias os gêneros de primeira necessidade e que dantes produzíamos até para fornecer-lhes".

E Abel Graça, presidente da Província em 1831, escrevia: "Não nos deixemos deslumbrar pelo brilho dêsse progresso; sondemos o seu fundo; examinemos se é capaz de permanência, e se se enraíza no terreno da província, isto é, na produção efectiva do trabalho e da terra".

Empenhando-se na exploração de um produto vegetal inferior ao das verdadeiras héveas dos altos rios amazônicos, os seringueiros das Ilhas, como os conheciam, estavam, moral, econômica e socialmente abaixo dos seringueiros do Acre, do Purus e do Madeira.



Uma barraca (defumador) de seringueiro, típica da região das Ilhas e do Amapá.

E dêiles se requeria uma produção que se caracterizasse pelo volume e não pela qualidade, inferior, naturalmente, da borracha.

Pode-se dizer, por isso, que nenhuma seringueira foi mais sacrificada que a das Ilhas a favor do ádvena servindo o capitalismo estrangeiro.

Sangradas e ressangradas, à machadinha e a arrôcho, as seringueiras das Ilhas concorreram, também elas, para o transitório esplendor do ciclo da borracha e, do mesmo modo, para o seu crepúsculo. E o caboclo do estuário do Amazonas, do arquipélago de Marajó, escravizando-se, passivamente, sem revolta e sem dignidade, concorreu para perpetuar os males do chamado Ciclo do Ouro Negro, ouro que não pode ser comparado ao da Califórnia, porque com êle não fundaram culturas expressivas nos quadros da nossa história econômica.

Percorrendo os seringais nativos — inferiores, embora, para as curvas da prosperidade que deu à nossa gente uma fugaz ilusão de independência social, econômica e política, — vemos que êles se desvalorizaram em proporções catastróficas e que as populações, (espectros de populações, seria melhor dizer-se) de seringueiros que aqui teimam trabalhar, estão perpetuando os males inerentes à exploração anti-econômica da borracha e acrescendo as conseqüências que agora temos diante dos olhos.

Elementos de uma coletividade de não-valores (disgênicos, dizem os biologistas) os seringueiros das Ilhas que visitamos, sejam os de Marajó, sejam os de Mexiana, deveriam ser compelidos a formas de trabalho menos desmoralizantes, procurando-se curá-los de todos os achaques físicos e morais que a escravidão ostensiva dos seringais lhes impôs há perto de um século.

Ainda agora rebuscando dados numa organização como o Banco da Borracha, para exprimirmos em cifras fatos concernentes à situação actual dos seringuais do arquipélago de Marajó, só nos foi dado saber que ali se financiaram sessenta e um (61) seringais e apenas três milhões, cento e setenta e seis mil seicentos e trinta... (3.176.630) quilos de borracha foi a produção dos mesmos, numa área geográfica que poderia bastar para a fundação daquele celeiro que um sábio anteviu, há séculos, e que todos nós sentimos de construção exequível, mas que se não realizará jamais enquanto

teimarmos em utilizar o braço escravo numa obra de independência social, política e econômica.

Como se vê, não basta pensar-se na cultura científica das seringueiras na Amazônia brasileira, na revalorização das árvores nativas; urge que se revalorize, por processos democráticos de assistência sócio-econômica, o trabalhador — escravo dessa região da qual o do arquipélago de Marajó é porção, também, da sua ecologia humana.

CAPÍTULO VII

CARATERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

Na história dêsse arquipélago reclamam exame especial, embora sumário, os fenômenos relativos à formação da propriedade e à utilização do elemento humano, nativo ou exótico, como vaqueiro, agricultor, canoeiro, pescador, tal é a importância dêles todos para a compreensão do destino econômico, social e político dessa dádiva da natureza amazônica, que é a sua ilha principal — MARAJÓ. (Nota 11).

Aceite-se, desde logo, que a formação da propriedade, nela e, depois, nas ilhas adjacentes, se iniciou sob o signo da arbitrariedade, remotamente apontado por Fausto de Souza no seu precioso estudo acêrca da determinação das donatárias, capitanias e províncias do Brasil.

Dividiu D. João III, a princípio, em lotes de quinze léguas o Território do Brasil, para os distribuir aos "servidores mais notáveis do reino, que estivessem por seus recursos ou crédito, no caso de promover eficazmente a povoação e defeza da parte que lhe fôra confiada".

Melhor informado por Martim Affonso de Souza dividiu, depois, o mesmo território em quinze lotes distintos que deu a doze donatários "conferindo-lhes nas cartas de doação consideráveis regalias e poderes quase magestáticos, e que compreendiam, entre muitos outros, o de cativar os gentios e os mandar vender a Lisbôa, até um certo número anualmente".

Além de recorrer àquelas *linhas imaginárias tiradas de Leste para Oeste* que imprimiram marcante singularidade aos limites das donatárias, primeiro, e, em seguida, das capitanias, era patente, — salienta o historiador a que estamos recorrendo, — que "no retalhar a sua colônia e na forma que estabeleceu para o seu

govêrno, a Côrte de Lisboa consultou apenas o seu interêsse, pouco lhe importando se isso era ou não favorável ao desenvolvimento futuro dela, e se concorria para a melhor harmonia ou rivalidade entre seus habitantes". Êsse critério trouxe em seu bôjo, seguramente, aquêle *mal ordinário* apontado por Fausto de Souza em nosso país: — *querer cada qual possuir léguas de terras incultas só para campar de grande proprietário...*

À ingnorância da geografia da região, à ostentiva prodigalidade de El-Rei, à ambição ilimitada, à incompetência dos donatários atribuiria Fausto de Souza, sumarizando, os males sociais, econômicos e políticos que resultariam de criação tão fantasiosa quanto absurda.

Donataria, também, a Ilha Grande de Joannes nasceria sob o mesmo signo e ali a propriedade corresponderia mais à concepção feudal do latifúndio do que pròpriamente ao conceito democrático da valorização da terra pela multiplicação da pequena propriedade organizada e generalização da felicidade humana.

Quando, na evolução social e econômica de Marajó, chegam os Missionários, tem-se por momentos a impressão de que, fundando lavouras, aparelhando engenhos, fincando moirões de currais, o ideal de fraternidade, de cooperação, que Cristo lhes ensinara, presidirá na paisagem equatorial à distribuição da terra e dos seus bens naturais.

Ali, porém, como nas Missões do Sul, do Rio Grande ou do Paraguay, veremos estruturar-se o estado teocrático, assenhoreador de terras e de almas, de gadaria grossa e larga escravatura: primeiro, a vermelha, com índios; segundo, a negra, com africanos; terceiro, a branca, com o europeu, não só da península Ibérica mas de todo o velho Continente. Podem assim os Franciscanos, os Jesuítas, os Carmelitas e os Mercedários substituir os servidores notáveis de El-Rei que haviam aquinhoado uma Ilha, e, com as suas férteis campinas e águas piscosíssimas, regalias consideráveis e poderes magestáticos. Sem as proporções, é certo, da obra política, econômica, social e religiosa que a Igreja fundaria nas reduções missioneiras do Prata, é fato que nessa Ilha e nas terras adjacentes — que Pedro Martyr d'Anghiera, da Côrte de Isabel, chamaria *Marinatambalo, Camamoro* e *Paricura*, respeitada a descrição de Vicente Pinzon — se esboçaram os lineamentos de algumas criações do imperalismo teocrático.

Mas, pressentindo o Marquês de Pombal a importância dos movimentos iniciais dessas criações, e também alertado pelo choque de classes que a luta entre os Jesuítas e os colonos entrara a fomentar, teria de recorrer, num gesto totalitário, ao seqüestro daquelas propriedades, daqueles latifúndios, daqueles bens naturais e à expulsão dos Missionários, constante as normas administrativas e políticas que adotara.

Foi isso em julho de 1759.

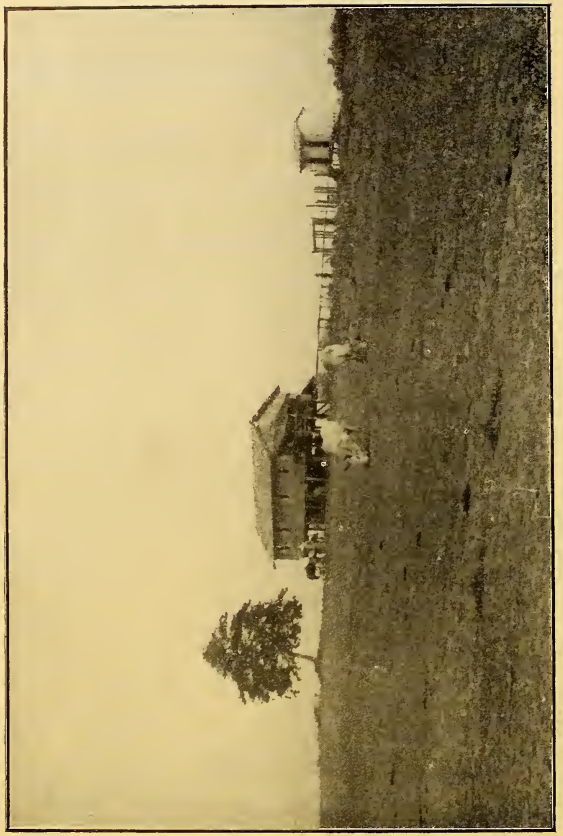
Desapareceram, ao gesto do Ministro de El-Rei D. José 1.º, da paisagem física de Marajó, as roupetas e os buréis dos Missionários qeu dirigiam a faina dos engenhos, paravam os rodeios, animavam as roças e preavam almas como os colonos preavam índios, ora segundo os ensinamentos cristãos, ora segundo os recursos mais estranhos da astúcia clerical, do seu engenho místico ou da sua penetração psicológica, se admitirmos o que dêles nos assevera o antropólogo Alfredo Metraux, e, mais recentemente, Mecenas Dourado, numa tese admirável sôbre a catequese religiosa. E para os substituir na posse da terra, no direito de explorá-la, estendendo-se os limites para além das mais legítimas datas, ali estavam os *contemplados*, — personagens que dariam à história da formação da propriedade em Marajó uma contribuição ainda não devidamente discutida e julgada.

Recebendo os rebanhos bovinos e eqüinos dos religiosos expulsos da Amazônia, os *contemplados* representariam o papel de retalhadores da propriedade teocrática, do latifúndio feudal. E suas ambições se chocariam com as dos velhos sesmeiros da Baronia dos Macedos. E as dos *contemplados* e as dos sesmeiros — organizados em grupos sociais, — se chocariam com as de muitos outros moradores da Ilha que também vinham juntando seu esfôrço ao dos missionários e capitães-móres em pról da expansão do pastoreio.

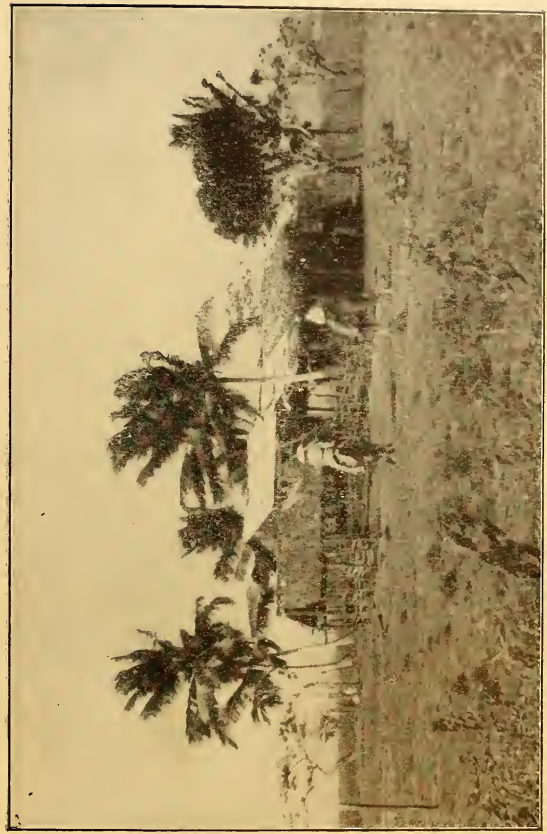
A relação das sesmarias feita pelo agrônomo José Viana, já denuncia as reações que a evolução da propriedade vinha determinando nas campinas de Marajó e mesmo no continente. Precisamente 2158 haviam sido registradas, então. (Ver Nota 12)

E a palavra do memorialista inédito Luiz Calandrini da Silva Pacheco a que recorremos noutro estudo concernente à Ilha Grande de Joannes, nos dá perfeitamente a visão global daquele choque, porque enquanto durou a Baronia da Ilha, inúmeras sesmarias fo-

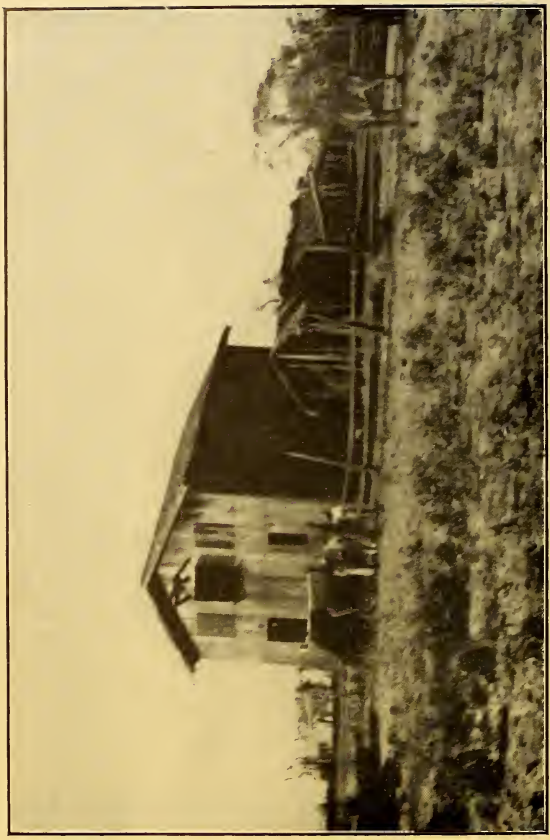
Residência de um fazendeiro marajoára



Casa de administrador de fazenda



Casa de vaqueiro, num «retiro»



Casa assobradada, de madeira, coberta de telha vã, numa fazenda de Marajó

ram concedidas pelos Barões donatários e de 1732 a 1747 inúmeras outras foram concedidas por El-Rei de Portugal.

Os Gavinhos, Gonçalves, Chermont, Calandrini, Miranda, Frade, Avelar e outros haviam conseguido subdividir a terra em propriedades cujos nomes figuram na história do pastoreio marajoara, história da sua expansão e da sua decadência.

Foi êsse, talvez, o período mais promissor da evolução da propriedade no rumo do ideal democrático. E a êle teremos de recorrer para apreciação da sua influência em nossos dias. No entanto, não tardou que, *contemplados,* sesmeiros e numerosos moradores da Ilha, que se entregavam ao pastoreio, desaparecessem, premidos pelos fatores mais diversos e imperiosos, dentre êles os de origem econômica e social.

A caracterização dessa crise poderia esclarecer o retrocesso à fase inicial da formação da propriedade, à concepção feudal do latifúndio na paisagem amazônica.

Dissolveram-se os grupos sociais representados pelos *contemplados,* sesmeiros ou posseiros e moradores da Ilha, mas logo apareceu o fazendeiro, à cuja sombra o criador assisitira fundir-se a sua pequena propriedade no imenso e improdutivo latifúndio.

Tinha aquela imponente figura de senhor rural as linhas e as côres de uma duvidosa aristocracia, as linhas e as côres que só os amigos de El-Rei, — os Donatários e os Missionários ostentavam, mercê de tantas regalias e poderes. Aproveitando, muitas vêzes, as condições topográficas, a dinâmica dos rios, a morfologia dos lagos, os fatôres do clima dessa Ilha, alguns dêsses senhores, na sua ambição e no seu fausto, incorporariam até o patrimônio das Padroeiras e dos Oragos, representado por posses de terras lindeiras, apontando-se "*que nem respeitariam o chão dos mortos*" tomado aos cemitérios humildes a que os haviam recolhido.

Para pôr côbro a êsse movimento de absorção das pequenas propriedadas pela insaciedade dos latifúndiários, ainda ao seu tempo, isto é, no regime Provincial, o historiador Fausto de Souza sugerira ao Govêrno a criação de um imposto territorial para "obstar a que um particular paralize o progresso de uma paroquia inteira, ou inutilize ótimas terras de que outros tirarão excelente partido".

E chamaria a atenção para os estudos que Tavares Bastos, no Parlamento, estaria levando à discussão, fundamentado, principalmente, na evolução da propriedade num país como a América do Norte, aqui no Continente, e noutro país, como a Suiça, no Con-

tinente Europeu, assim lêssemos, também, as opiniões daquele publicista em "A Província", uma obra de larga repercurssão na época.

Não há negar-se, porém, que, quer os Missionários, quer os posseiros, de então, tiveram marcado papel na evolução da propriedade, naquela paisagem da Ilha Grande de Joannes, edificando obras que, por seus alicerces, pelo arrojo das suas linhas arquitectônicas, como que simbolizavam a imponência magestática, a liberalidade de mercê, a amplitude de poderes materiais e espirituais de que dispunham.

Dêsse modo, tanto os casarões dos posseiros como os engenhos e as igrejas dos padres, rodeados de canaviais e árvores de pomar, se ligam a essa evolução da propriedade na Ilha de Marajó, de maneira tão estreita e tão significativa, que urge sejam essas construções encaradas não só do ponto de vista histórico, como do ponto de vista social e geográfico, pois são representativas dos mais legítimos aspectos daquela evolução.

Estudemos agora os aspectos essenciais da utilização do elemento humano, nativo ou exótico, como vaqueiro, agricultor e pescador, nos quadros dessa propriedade. Porque só assim compreenderemos a importância desse fator diante da instituição social do latifúndio que, em Marajó e mesmo nos domínios das grandes florestas da Amazônia, tem características desorientadoras.

CAPÍTULO VIII

ASPECTOS ETNO-SOCIAIS

É EVIDENTE que o estudo etnográfico dos diversos povos indígenas, encontrados pelos portuguêses no Continente, no arquipélago de Marajó, seria valiosíssimo para a compreensão dos aspectos físicos e culturais de sua atual população. Desgraçadamente, porém, os missionários à altura intelectual de Vieira e de Betendorff não o puderam realizar, sequer aproximadamente, ao modo de outro jesuíta notável — o Padre Joseph Sanchez Labrador, nos seus lazeres de catequese dos índios Pampas, Puelches e Patagões das terras do extremo-sul.

Suas notícias contribuem, já o reconhecemos várias vêzes, em proporções impressionantes para a ciência etnográfica; entretanto, de outro lado, fatos elementares de grande importância para essa compreensão, lhes escaparam ao gênio político, histórico e religioso. E, o que é mais lamentável, também lhes escaparam os dados indispensáveis à reconstituição da Psicologia social, da Sociologia e da Economia dos Nheengahibas, Aruás, Maruanás, Sacacas e outros.

Compreende-se, por isso, como é complexa a apreciação das formas de atividade material e espiritual, peculiares aos povos que habitavam o arquipélago marajoara, e do seu comportamento diante das formas de atividade material e espiritual, peculiares aos povos conquistadores que os defrontavam, antes mesmo dos portuguêses.

As indagações que podemos dirigir, através dos seus depoimentos, àqueles contemporâneos dos povos aqui enumerados, ficam, na sua maior parte, sem resposta, não nos dando, as logradas, uma visão precisa do trabalho do índio no campo, no lar, isolada ou coletivamente.

Perguntamos, por exemplo: — no meio em que viviam, nas suas relações com outras tribos, era entre êles a escravidão uma instituição econômica, uma instituição de trabalho? E registravam-se, então, entre algumas tribos, choques de classes, raciais e religiosos?

Que tais observações não foram feitas viriam demonstrar os etnólogos que as visitaram desde o século XIX até ao insubstituível Curt Nimuendajú.

E compreende-se, também, porque na Amazônia poucos pesquisadores se abalançaram a estudar, nas suas origens, a composição étnica dos centros de vida dessa região, considerando os elementos básicos que nela entraram. Não há negar que cronistas, memorialistas, historiadores, economistas e sociólogos afloram esses têmas. Sempre o fizeram, contudo, unilateral e deficientemente, desajudados dos conhecimentos teóricos e metodológicos da antropologia física e da antropologia cutlural ou, simplesmente, premidos, brutalizados pelos preconceitos.

Preconceitos religiosos — mais do que o zêlo da catequese, convenhamos — impediriam os missionários de recolher e registrar os dados que os impunham à evolução daquelas ciências objetivas, acima citadas; preconceitos raciais impediriam que certos homens de ciência, até brasileiros, pudessem distinguir e relacionar os factos mais elucidativos do processo de formação das nossas populações da Amazônia; preconceitos políticos e canônicos impediriam que os estadistas portuguêses respeitassem as formas de atividade material e espiritual, de organização social e econômica da indiada e, muito menos ainda, da sociedade que se estruturaria com êsse fator humano.

E o mesmo se verificou diante do luso, encaminhado da península ibérica ou do arquipélago açoriano para povoar a Amazônia e nela valorizar, pelo trabalho livre, as fontes naturais de vida, de independência econômica, de felicidade social. (*)

Quando — verificada a impossibilidade de conduzir o índio pela violência a uma colaboração efetiva e rendosa — encaminharam o negro, a chicote e a trabuco, para o campo, para as indústrias e até construção de igrejas, para a abertura de canais e a limpesa dos rios e dos furos, o mesmo se verificou com êsse elemento

(*) É evidente que o Padre João Daniel representa uma excepção em meio àqueles missionários, como Anchieta o foi no Sul.

Tipos de canoeiros marajoaras

Tipos de pescadores do Lago Arari, num comício político

Uma jovem marajoara, filha de pescador de Santa Cruz, Lago do Arari.

Tipo de administrador de fazenda

humano, procedente, muitas vêzes, das mais longínquas regiões da África, onde o trabalho já atingira aquêle largo e fecundo ritmo de liberdade que é a maior conquista da verdadeira democracia.

E é tão fundamentada a nossa afirmativa que, em relação ao negro trazido da África para o Brasil ou aqui de passagem para o Reino, podemos lembrar o episódio do suicídio de três irmãos encaminhados para servir na Metrópole, como operários, e que teriam sido levados àquele extremo, assim tiveram notícia do regime de trabalho escravo em curso no nosso país e talvez mesmo na Europa. (15)

De modo que o índio — nômade por execelência, dizem, mas, a nosso ver, senhor de um elevado conceito de liberdade — se enquadraria no grupo social dos vaqueiros, dos canoeiros e dos pescadores. O negro, procedente dos centros agro-pastoris da África, entraria a participar do grupo social dos vaqueiros, com o índio, ou do lavrador, com o português. Com o índio e o negro o português seria vaqueiro, lavrador, pescador e marujo ou se deixaria ficar naquela inércia, naquele desprêso do trabalho rural que o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira denunciaria nos lugares mais remotos da Amazônia.

Não há por que ir buscar na origem do nosso caboclo um certo retraimento às formas civilizadas do trabalho e porque louvar no negro sua adaptação a essas formas, e apontar no português o gênio de uma política dirigida dando os mais surpreendentes frutos na paisagem equatorial.

Fôsse o trabalho aqui estatuído em bases rigorosamente democráticas; procurassem fixar o homem à terra pela posse das suas

---

(15) Delgado de Carvalho, estudando os aspectos etnográficos do Brasil, escreve sôbre os negros o seguinte:

"Nem todos os Africanos que desembarcaram no Brasil chegaram ahi como escravos. Vieram muitos como homens livres, passageiros e especialmente como marinheiros. Dava-se esse facto em particular com os Krús e os Dahomeanos, confundidos sob o nome generico de *Minas*. Outros Minas captivos conseguiram cedo libertar-se e formaram com seus compatriotas corporações distintas. Os Minas são robustos, intelligentes, os negros são bellos e o vocabulario é um pouco differente.

No fim do seculo XVIII o comercio dos negros era quase monopolio dos navios ingleses; começou, entretanto, na Inglaterra, a campanha contra o trafico (Wilbeforce). As nações européas foram pouco a pouco abolindo o trafico. No Brasil despertou com o seculo XIX a idéa abolicionista nas colunas do CORREIO BRASILIENSE (1808-23)"

riquezas e não para o aproveitamento especial de El-Rei e dos seus dignitários; limitassem as práticas da rotina importada de Portugal pelo estímulo ao gênio inventivo ou observador do povo que se ia formando nessa paisagem, e graves erros não se estenderiam até às populações atuais da Amazônia, às do arquipélago de Marajó e às dos mais longínquos sítios dos seus rios e das suas selvas. (Vêr Nota 13)

Associe-se a êsses erros e a êsses males a soma de outros êrros e de outros males resultantes daquela delirante miscigenação processada na Amazônia, em geral, com o elemento índigena, negro e luso que aqui se encontraram.

Não nos deixaram os missionários, também, no tocante a êsse fenômeno bio-social, subsídios para que pudessem os estudiosos, de futuro, consultá-los, dêles se valendo para a análise dos aspectos do *melting-pot* que o contato e as relações do índio, do negro e do luso determinariam.

Um dêsses estudiosos, José Veríssimo, no seu ensaio sôbre as populações indígenas e mestiças da Amazônia, quase ao mesmo tempo que Ferreira Pena, nos chamaria a atenção para o que se dera na Ilha Grande de Joannes. Êsse ensáio que o autor classificou de "pequena contribuição para o estudo da psicologia do povo brasileiro", é dos que merecem leitura e exame, porque José Veríssimo, embora não fôsse um naturalista na rigorosa acepção que outros aqui mesmo têm merecido, assistiu a uma grande parte do fenômeno com olhos de crítico, isto é, com êsse poder de aferição de valores intelecutais e morais que, largo tempo, foi tido como exclusivo das chamadas raças puras.

Publicado primeiramente em 1878 e, depois, nas SCENAS DA VIDA AMAZÔNICA, o trabalho do inesquecível paraense tem o valor de um depoimento que se procurou fazer recorrendo a ensinamentos em voga e de alta valia. Êle regista aquêle instante de *delirio* dessa miscigenação, independente de qualquer interferência acauteladora, por parte do colonizador, para que o mesmo, como outros fenômenos bio-sociais, não nos trouxesse, ao lado dos chamados *bens de miscigenação,* ainda agora defendidos por Gilberto Freyre, os *males da miscigenação* que com aquêles ocorreram, forçoso é reconhecer-se, mais na Amazônia do que no Nordeste ou noutra região qualquer do Brasil.

Como no Paraíso do Velho Testamento, o Paraíso da Mestiçagem, que a Amazônia era no conceito de José Veríssimo, ao longo

dêsse processo de fusão desordenada de fatôres raciais, se nos trouxe bens, males igualmente nos trouxe, porque, temos de aceitar, não cercaram êsse processo das condições necessárias ao seu êxito. Isto é: primeiro, pouco se aperceberam de que nas embarcações do Reino e nos *tumbeiros* vindos d'África, o factor humano era representado, na sua maior parte, por doentes, por gente egressa dos quadros de miséria do campo e da cidade em Portugal, dos pântanos e das selvas do Continente Negro; segundo, porque aquêle país não estava à altura de, após o *delírio* do *amoroso português*, conduzir intelectual e moralmente os filhos das uniões legítimas ou ilegítimas de mães índias e pais portuguêses, de pais portuguêses e mães negras, de mães índias e pais negros, se aceitarmos o libelo de José Veríssimo.

Segundo êsse crítico "o primeiro colono foi polígamo, as escravas índias faziam um harém aos voluptuosos soldados da conquista, como depois — a ainda hoje mesmo — as escravas negras formaram o serralho dos fazendeiros e senhores de engenho do sul. Primeiramente o branco cruzou com o índio, depois o negro com êste, e com aquêle, e com os resultados dêstes sucessivos cruzamentos; daí resultou a grande mistura de sangues que produziu o *curiboca* (branco e índio), o *mameluco* (curiboca e branco), o mulato (branco e preto) e o *cafuz*, *cafuzo* ou *carafuzo* (preto e índio) e ainda outros de entrelaçamentos dêstes".

Não fugiu Marajó a êsse destino social e biológico e, nós mesmos, estudando o factor negro nas suas atividades de escravo na Ilha, fomos encontrar nos inventários tôdas as gamas dessa miscigenação. Como noutros pontos de continente americano, onde o fenômeno foi copiosamente estudado, ali se caracterizara êle por um acúmulo de males que talvez superem os bens apontados noutros centros de conquista e povoamento com aquêles elementos humanos acima referidos.

O índio da Amazônia, desfrutava saúde até onde as condições ecológicas lhe eram hostis.

Sua alimentação e seus hábitos o escudariam, sem dúvida, contra as insídias dos males peculiares à terra; êle era um magnífico factor para um outro processo de caldeamento de raças... das pretensas raças puras que nem Franz Bôas, nem Ruth Benedict jamais reconheceram. Mas o luso trouxe de suas terras tôdas

os achaques que ali proliferavam, inclusive a lepra, certas afecções do aparelho respiratório, a sífilis... (16)

E o negro trouxe a bouba, a gôta coral (epilepsia) a tuberculose e o uso e o abuso de certos estupefacientes, embora o índio os conhecesse de sobejo, também.

Os elementos disgênicos mais representativos do Continente Africano e da Península Ibérica comprometeriam, assim, os bens que a miscigenação, embóra rapidamente aqui apreciada, nos deveriam garantir, em que pese a opinião de Gilberto Freyre.

Agora, considerando-se os males representados por aquelas afecções importadas, temos de convir que são êles os responsáveis, ainda hoje, pela complexidade da alma do mestiço e pela hibridez moral dêsse produto de tão delirante miscigenação, que Manoelito De Ornellas nos aponta no seu estudo sôbre gaúchos e beduínos. Cremos, também, como José Veríssimo o provou fartamente, que foi o afastamento de Portugal, então, do "movimento geral da civilização européa" e o catolicismo, corrompendo a vitalidade do povo luso, que retardaram o desenvolvimento da Amazônia, do ponto de vista econômico, e do seu povo, do ponto de vista intelectual e moral.

A terra seria opulenta se explorada racionalmente, se o homem ali fôsse livre e sadío, assistido por instituições sociais como se fazia necessário.

Sem trabalho livre e sem saúde nenhum povo poderia contrariar os imperativos da biologia hereditária e nenhum país poderia, sem independência econômica, tanto como sem independência política, assegurar a sua hegemonia.

---

(16) — Na tése que, sob o titulo NEGROS ESCRAVOS NA AMAZÔNIA — *Ilha de Marajó* —, apresentamos ao X.º Congresso de Geografia e História, outras enfermidades foram copiosamente enumeradas.

CAPÍTULO IX

VALORIZAÇÃO

O CONHECIMENTO dos problemas da Amazônia nos levou a apreciar o movimento de pesquisa e de coordenação, consubstanciado no Art. 179 e seu parágrafo único da Constituição de 18 de Setembro de 1946, sem o qual não se poderia pretender sua valorização econômica. E fizêmo-lo atentos à interdependência das realidades dessa região, das realidades do nosso país e das do mundo atual. Portanto, ora tivemos de aceitar, ora de repelir algumas das soluções dadas àqueles problemas, por verificarmos que nem sempre lhes atribuiam igual importância e densa relação entre si, diante, sobretudo, da imperiosidade de traçar e de objectivar, posteriormente, o plano que há séculos a Amazônia vem reclamando.

O estudo que aqui estamos dedicando à ILHA GRANDE DE MARAJÓ nasceu, pois, dessa atitude de exame e de crítica, e principalmente de um pacto íntimo de cooperação à obra de tamanho vulto, aliás bem comparável à sua imperiosidade.

Embora sem o encanto, já se vê, das suas perspectivas naturais, considerando-lhes a oportunidade e a significação, desdobramos neste estudo vários aspectos da história, da geografia, da ecologia, da antropologia, da sociologia e da economia da Ilha Grande de Marajó e, ligeiramente apenas, das demais ilhas que com ela constituem um dos arquipélagos mais típicos das Américas: arquipélago econômico.

Patenteou-se-nos, dêsse modo, mais uma vez, na sua amplitude e complexidade, o seu grandioso e incompreendido destino. E mais uma vez, também, como Alexandre Rodrigues Ferreira e Ferreira Pena, desde os primeiros dias da Conquista, dali podemos abranger e determinar os limites dos problemas e a soma de recursos materiais, intelectuais, científicos, técnicos e financeiros que toda a Amazônia exigiria para que se planeje e objetive aquela valorização.

E concluímos que, se de fato erros políticos, administrativos, sociais e econômicos haviam comprometido a evolução natural da riqueza pública e da felicidade humana no cenário dessas ilhas fluviais, não fôra menos significativa e menos importante a influência de erros análogos em tôda a perspectiva física e histórica, tanto quanto econômica e social da Amazônia.

Com a sua área geográfica, seu elemento humano, suas fontes naturais de vida, suas possibilidades, enfim, a Ilha de Marajó tem um destino definivel de grandeza, mas tôda a Amazônia Brasileira tem um destino muito maior.

E êsses destinos têm de ser conduzidos por nós mesmos, á báse de um planejamento acorde com os imperativos da nossa projeção politica, econômica e cultural, dentro das raias do continente sul americano e para além dele. Tal verdade se fêz convicção em nosso espírito, então, quando, sem nenhum preconceito de ordem intelectual, científica ou política, balanceamos os nossos recursos reais em homens de laboratório, em técnicos e em administradores; em somas disponíveis, rendas tributárias e potencial financeiro; em leis exeqüíveis, em regulamentos aplicáveis e fiscalização independente; em supervisionadores dinâmicos, auxiliares honestos e colaboradores eficientes.

A Amazônia reclamaria, de início, que êsses recursos lhe fôssem assegurados em proporções correspondentes ao vulto das suas realidades e essas realidades, sabe-se, geralmente ultrapassam em milhares e milhares de quilômetros quadrados a moldura física do arquipélago de Marajó. Demais, seria necessário que não desprezassemos, no planejar, primeiro, e depois, no objetivar a sua valorização, as lições contidas nos erros carateristicos de outras iniciativas, quer dos governos regionais, quer de particulares, quer do Govêrno Federal, que se celebrizaram pela incompetência e fracasso, comprometendo não somente a dignidade de alguns homens da Amazônia, mas de todos os brasileiros.

Porque, é velho êste axioma, as melhores lições nunca nos vêm das nossas virtudes, mas dos nossos erros, disso se apercebendo e logrando vantagens tanto os indivíduos como as nações, no desenrolar da sua existência, nas suas expressões de luta pela conquista da liberdade e da felicidade, duas aspirações que só as verdadeiras democracias lhes podem garantir.

CAPÍTULO X

CONCLUSÕES

Desdobramos, neste ensáio, alguns dos quadros esclarecedores da história sócio-econômica da *Ilha Grande de Marajó*. E, parece-nos, conseguimos demonstrar que êsse ambiente geográfico não mereceu exploração à altura de seu destino, muito embora na época presente sobejem recursos, na técnica e na ciência; que uma administração, honesta e dinâmica, já tem assegurado a outras regiões do país, assegurando-lhes, conseqüentemente, algumas das formas materiais e espirituais mais objetivas da felicidade humana.

Além da idéia de oferecermos certo coeficiente da nossa experiência, no contacto das suas realidades, moveu-nos também a de, tomando-a ao todo da Amazônia, dar a essa área ecológica a significação que, em linguagem de laboratório, tem o *testemunho* que nos permite controlar as fases de determinada pesquisa química ou biológica, levando-nos, por fim, à realização de uma obra necessária ao indivíduo ou à coletividade.

Tendo-a diante dos olhos, no processo de valorização econômica da Amazônica, nêsse arquipélago marajoara, dada a sua importância geográfica e a sua situação estratégica em pleno Equador, poderia esclarecer, rigorosamente, a importância e a situação de outras áreas. Porque, até agora, largamente o demonstramos, só se continuou alí a rotina de um tipo de economia agrária em que colaboraram o índio, o luso e o negro, e que não encontra mais nenhuma justificativa nesta hora de fome e de truculência do mundo civilizado.

Tanto no que concerne à exploração da seringueira e do látex por ela fornecido, como no que concerne ao pastoreio e à lavoura, à caça e à pesca, nada, absolutamente nada pode ser apresentado.

em nenhum momento, como resultado da justa organização que se requer, nem da justa exploração que se deve ter em vista.

Ainda está por organizar-se e valorizar-se, como se vê, a ecologia dêsse arquipélago: só o temos encarado geogràficamente e não econômicamente. Aliás o próprio homem nele não atingiu, material e intelectualmente, aquêle estado de predominância sôbre sêres e coisas, que importa numa indiscutível superioridade biológica.

Seja êle senhor, latifundiário, fazendeiro, seringalista, comerciante; seja êle escravo, vaqueiro, canoeiro, pescador, seringueiro, lavrador, madeireiro, não lhe salientaram ainda a figura no plano da verdadeira condição humana, ideal de todos os indivíduos nas verdadeiras democracias. Ou está só, no seu egoísmo patriarcal, ou unido a outros, no seu comensalismo sórdido; nunca, porém, na posição social, econômica, política e cultural que o dignificará, de início, perante sua própria consciência.

O sistema cooperativista, por exemplo, que uma classe — a dos fazendeiros — tentou realizar em sua defesa e em defesa dos seus bens, teve expressão negativa; a nucleação de pescadores, sob as vistas dos Ministérios da Agricultura e da Marinha, teve, também, igual expressão. E diz-se que os próprios comerciantes se anulam diante do poder absorvedor do fazendeiro!

Sabe-se, por outro lado, afinal, que um bom número de fazendeiros tem as suas propriedades crivadas de hipotecas, comprometidas pelas inundações e pelas estiagens, pela má administração e até pelo jôgo.

Áreas incalculáveis de terras permanecem sob lençois dágua e de plantas flutuantes; quilômetros e quilômetros de rios continuam intransitáveis, obstruídos, há séculos, alargados em mondongos e pirizais, desbordados, periòdicamente, mercê de um ciclo catastrófico de inundações. E porque outrora era o braço escravo que os limpava, no interêsse dos grandes proprietários da Ilha.

Morrem indivíduos e morrem animais e plantas sob as águas, e morrem, de igual modo, sob a inclemência de prolongadas estiagens, à falta de pastagem e à agressão das epizootias.

Municípios existem cujos limites ainda não foram precisamente definidos, e inscrevem-se, também êles, como os demais do Pará, Goiás, Amazonas e Mato Grosso, no rol dos latifúndios improdutivos.

À margem dos chamados patrimônios municipais ninguém pode pensar em fomento da produção animal e vegetal, em industrialização, em colonização, continuando-se a ir buscar às zonas mais distantes as principais utilidades, os primeiros gêneros de subsistência, e a encorporar ao organismo do homem amazônico as taras do homem nordestino que as sêcas nos encaminham. Rodeiam Soure, Arariúna, Chaves, Itaguaí, algumas fazendas, mas, nas sedes dêsses municípios, falta carne para o adulto e leite para a criança.

Os chamados produtos do verão — o peixe, o queijo, a caça — são exportados dos rios e lagos da Ilhas enquanto a população arriba ou definha, sub-nutrida e andrajosa.

Ressalta do exposto que, no empenho da valorização da Amazônia, não basta apenas que se colime uma unidade de vistas e de esforços, mas, igualmente, que se considere cada área geo-econômica à parte, tendo presentes as suas possibilidades de especialização. E não só: forçoso é que transformemos os fatôres de calamidades típicas desta ou daquela área em fatôres de independência social, política e econômica.

Evidentemente, para a solução dos problemas do Vale do São Francisco muito nos serviram as lições dos técnicos, dos cientistas, dos administradores, dos homens públicos dos Estados Unidos, através das suas mais importantes realizações, tais as do Vale do Tennessee. E a elas recorreram, mais recentemente, os que estão incumbidos do planejamento da Valorização Econômica da Amazônia.

Quer nos parecer, entretanto, que no caso do S. Francisco, como no do Vale de Tennessee, o planejamento técnico-científico e a ação administrativa foram conduzidos no sentido do aproveitamento do potencial hidráulico.

"A necessidade de fôrça elétrica para produzir nitratos durante a última guerra mundial, esclarece o professor Luther Gulick, provocou o primeiro passo real para a frente".

Durante a presidência Woodrow Wilson, em 1917, foram inauguradas a reprêsa e as plantas de nitrato de Muscle Shoals. Depois de quatorze anos de inundações e de debates de destruição e de inação, eleito Franklin D. Roosevelt, em 1932, logo se vê aparecer no Congresso Americano, a 10 de Abril de 1933, uma mensabem da qual Gulick cita êstes trechos: "E' evidente que Muscle Shoals é só uma pequena parte da utilidade pública potencial de

todo o Vale do Tenessee. Tal utilidade, se se a contempla em tôda a sua amplitude, transcende de um mero aumento de fôrça; entra no vasto campo do contrôle das inundações, erosão do solo, formação de montes, eliminação do uso agrícola das terras marginais e distribuição e diversificação da indústria. Em resumo, esta evolução da fôrça nos dias da guerra conduz lògicamente a um plano nacional para tôda a bacia do rio, compreendendo muitos Estados e a vida e o bem estar futuros de milhões de pessoas. Toca e dá vida a tôdas as formas de interêsse humano. Sugiro, portanto, à legislação do Congresso a criação de uma autoridade do Vale do Tennessee, uma corporação investida de todo o poder do Govêrno, porém com a flexibilidade e a iniciativa de uma emprêsa particular".

E conclui o professor Luther Gulick: "ficou firmemente estabelecido que o Govêrno Federal tem o poder, por intermédio de um agente como a T.V.A., para usar da ciência e da tecnologia do século vinte a fazer frente às necessidades que resultem demasiado vultosas para que os indivíduos e os governos locais as encarem isolada e coletivamente".

Três escopos foram alcançados pelos americanos em cometimento de tamanha importância: facilitar a navegação, permitir a armazenagem e o contrôle das águas de inundação e produzir energia hidráulica barata, permitindo a eletrificação da lavoura, além de outras iniciativas adicionais.

As citações acima, muito embora longas, nos conduzem naturalmente a meditações mais longas e fecundas, principalmente se estamos preocupados com a solução dos problemas fundamentais de uma área geográfica da significação e das proporções da *ILHA DE MARAJÓ*.

E' claro que diferem os aspectos fisiográficos das duas expressões ecológicas.

O Vale do Tennessee se encontra entre as elevações da cadeia de montanhas de Cumberland, a duzentas e cincoenta ou trezentas milhas do Atlântico. Nesse Vale se organizaram Estados soberanos, e, desde 1789, se delimitaram cem condados, segundo o critério dos legisladores inglêses de então.

O Arquipélago de Marajó se compõe de algumas dezenas de Ilhas, dentre as quais a de maior superfície e maior significação econômica é a que outrora se chamou Ilha Grande de Joannes, com municípios que, inexplicavelmente, não atingiram o desenvol-

vimento que dêles podemos pretender. Suas terras são baixas, sem relevos importantes, com uma rêde hidrográfica das mais típicas do Vale Amazônico, dinamizada, periòdicamente, pela calamidade das inundações.

É obvio que — considerando-se a importância da sua hidrografia, constituindo entre nós um dos capítulos mais significativos da geografia das calamidades, — não se deverá cogitar de solucionar os problemas dêssa Ilha que interessam à sua sociologia, à sua economia e à sua biologia, recorrendo aos mesmos métodos e com a mesma finalidade que orientaram a administração americana.

O contrôle das inundações, isto é, o aproveitamento do potencial hidráulico dos seus rios, para produção de energia elétrica barata, não cabe alí num plano de valorização. (Vêr Nota 14) Mas o volume dágua poderá ser aproveitado num sistema de canais para navegação, a coberto das dificuldades que as costas de Marajó oferecem atualmente, para drenagem dos mondongos nascidos, como certos lagos, da pletora da sua rêde hidrográfica, para refrescar e fertilizar terras marginais, em benefício da lavoura e do próprio pastoreio, em benefício, principalmente, da pesca.

As depressões nos terrenos da Ilha de Marajó e das demais que constituem o arquipélago e lhe tomou o nome, levaram o luso desde data imemorial, a iniciar um sistema de piscicultura que ainda não mereceu a devida consideração, muito embora dêle se aproveite e benefície grande parte da população da capital e mesmo dos centros mais remotos do Estado do Pará.

Observando que desovam em seus lagos, rios e baixas, quer os chamados *peixes do mato,* quer os peixes anádromos, igarapés, baixas e depressões foram aproveitados como *barragens, aterros e rampas,* cuja produção mal figura nas estatísticas, concorrendo, entretanto, com bem apreciável renda para o tesouro público do Estado do Pará.

É verdade, porém, que os campos naturais dessa Ilha de Marajó os estão apontando para a fundação, em base técnico-científica, de uma verdadeira indústria de gados. (Vêr Nota 15)

Suas gramíneas e leguminosas indígenas, bem assim as exôticas que fôssem introduzidas em cercados a cavaleiro das águas, poderiam entrar, vantajosamente, na formação do boi de corte e do gado leiteiro, concorrendo para a fixação de características

zootécnicas dos animais de raça ali aclimatados, para a constituição de um rebanho de real valor econômico e industrial.

Essa área ecológica, igualmente, poderia ter a sua evolução garantida por três especializações: a de uma lavoura que se beneficiasse do seu sistema de irrigação; a de um pastoreio cujo espaço vital seria alargado em pastos apropriados e em instalações que a sua industrialização reclamaria; a formação de um centro de piscicultura dos mais consideráveis do mundo. (Vêr Nota 16)

Como no estado atual das pesquisas de petróleo e de minérios, de interêsse universal, não podemos fazer depender a valorização dessa região de tais possibilidades, parece que se impõe, por parte dos que a estão planejando, o exame das sugestões que aqui ficam, interligando-as, é claro, a êsse complexo de problemas que envolvem, paralelamente, o homem e a terra do arquipélago famoso.

E considerar-se-ia que ali, principalmente, se fundaria em bases científicas o maior empório de alimento humano que a obra de Valorização Econômica da Amazônia está reclamando.

NOTAS

NOTA I

O Prof. Orville A. Derby assim situa a Ilha de Marajó e lhe descreve alguns dos seus marcantes aspectos:

Em 1871 visitei a parte central da ilha de Marajó, sobretudo o rio Arary até à sua nascente no lago do mesmo nome, com o fim de examinar o antigo monte artificial dos índios, conhecido por ilha do Pacoval, situado na margem dêsse lago. Tornei a visitar essa região em 1876 e estendi os meus estudos para oéste até às cabeceiras do Anajás e seus tributários e Camutins.

Além de minhas próprias observações tirei de um relatório, apresentado ao presidente da Província do Pará em 1876, pelo hábil geógrafo Domingos Soares Ferreira Penna, muitos dados para a seguinte descrição da Ilha de Marajó:

Situada exatamente na foz do Amazonas, ou antes, entre as duas embocaduras, dêste rio, o Amazonas pròpriamente dito e o estuário do Pará, tem a sua costa oriental banhada pelo Atlântico. A sua extremidade occidental não é tão bem definida. Os estreitos e entrelaçados canais da região de Breves, descrita pelo Prof. Hartt, formam uma espécie de arquipélago de ilhas aluviais, que separam a ilha de Marajó da terra firme.

A sua forma é quase quadrangular, tendo de comprimento, no sentido leste oeste, 143 milhas geográficas ao longo da costa norte, e sendo a sua maior largura cêrca de noventa milhas.

Do mesmo modo que na terra firme, próximo à sua superfície constitui uma vasta planície, que se eleva de cinco a seis metros acima do nível do mar ao longo da costa oriental, mas vai declinando para oeste até quase ficar ao nível da enchente do rio.

Em tôda a superfície da Ilha não há elevação alguma que se possa chamar morro, exceto alguns montes artificiais, deixados pelos primitivos habitantes indígenas, que, como por exemplo o de Camutins, excedem de muito em altura a qualquer elevação natural.

O declive é tão grande e o escoamento das águas, por conseqüência, tão defeituoso que no inverno tôda a ilha torna-se, como diz um antigo escrito, um vastíssimo vaso dágua.

No verão ligeiras desigualdades da superfície do terreno revelam-se por um número imenso de superfícies pantanosas que na região do campo chamam-se *baixas* e na mata *igapós*. Uma superfície muito extensa desta espécie, existente na parte setentrional da ilha e conhecida por Os Mondongos é descrita pelo Sr. Penna...

"O escoadouro dêste lago, o rio Arary, constitui o maior e o mais importante rio da Ilha de Marajó. O seu curso é em geral para S. E., e pela maior parte através de campos até perto da foz, onde atravessa uma restinga de mata que margêa a costa meridional. Tem em geral de quinze a vinte metros de largura até uma distância de alguns quilômetros da foz, onde alarga-se formando um largo estuário interrompido por uma ilha grande. Para o fim do verão a metade do seu curso, próximo às cabeceiras, fica quase completamente obstruído pelo crescimento de plantas aquáticas e principalmente de um capim grosso semelhante ao caniço, a que chamam *canarana* (cana falsa). Com as primeiras águas do princípio do inverno êste capim fica sôlto e fluctua rio abaixo, acumulando-se muitas vêzes, em imensas ilhas flutuantes, que depois ficam represadas nas inúmeras voltas e comprimidas pela fôrça da corrente ou da maré tornam-se quase impassáveis, e constituem um obstáculo sério à navegação. Muitos outros rios de Marajó tornam-se inavegáveis, pelo mesmo motivo. A influência da maré faz-se sentir em muito mais de metade do comprimento e no verão forma-se uma *pororoca* na maré cheia de águas vivas.

Um fato muito interessante e importante, e que mostra a pequena elevação da ilha, foi notada pelo engenheiro Moraes Jardim e confirmada pelo Dr. Gomes de Oliveira e outros, a saber: no princípio do inverno o rio Arary sente os efeitos das chuvas antes que o lago, enquanto a da parte inferior continua a dirigir-se para a foz. Assim que o lago fica cheio restabelece-se o curso normal. *Deve-se notar que as cabeceiras do Genipapucú comunicam-se nos Mondongos com os do rio Tartarugas, estabelecendo assim comunicação fluvial através do centro da ilha, não se podendo, porém, utilizá-la sem canalizar ambos êstes rios, que estão quase inteiramente obstruídos por plantas aquáticas.*"

ORVILLE DERBY, referindo-se às inundações que, até certo ponto, considera benéficas, porque concorrem para a abundância de pastagens frescas, assim situa um dos aspectos mais importantes dessa calamidade: "Como as inundações provêm principalmente do escoamento defeituoso das águas e não do transbordamento dos rios adjacentes, se poderia indubitàvelmente reduzir muito a extensão das mesmas, desobstruindo os rios da vegetação e acumulação de lôdo, alargando os seus canais e talvez mesmo em alguns casos abrindo novos canais".

E mais êstes conceitos:

"A estructura geológica da ilha de Marajó é muito simples. Reconhecem-se duas formações, a saber: aluviões modernos e uma série mais antiga, correspondente à da terra firme próxima ao Pará. Esta série acha-

se mais bem exposta na parte oriental da ilha, onde foi examinada pelo Prof. Hartt...".

Orville A. Derby: A ilha de Marajó. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Vol. II, 1879/1898.

NOTA 2

Na "Pequena Chorographia da Provincia do Pará", pelo 1º Tenente Ajudante da Guarda Nacional Raymundo Cyriaco Alves da Cunha, professor titulado pela Escola Normal e Conferente da Recebedoria da mesma (Provincia 1897 — Typ. do "Diario de Belem" Trav. das Mercês, nº 42 — Pará) a respeito da hidrografia de Marajó lemos:

"ANAJÁS — Tem origem na campina central a oeste do lago Arary, segue na direção de O. e recebe pela margem direita o Mocoões. Daqui em diante o Anajás encaminha-se para N. O. até encontrar o Paranamirim do Amazonas; e tomando sempre o mesmo rumo de N. O. vai desembocar na baia dos Vieiras.

Apesar de sinuoso, o Anajás oferece navegação franca para vapores desde a foz até à ilha de seu nome, e mesmo muito acima dela.

Tem êste rio o fundo de 33 a 36 metros e uma boa largura que vai desapareceendo à medida que suas cabeceiras se aproximam. O Anajás é o mais extenso e volumoso de todos os rios da ilha de Marajó e comunica-se com o rio Cajú-una pelo furo de Sant'Ana que tem de 22 a 26 metros de largura e de 66 a 68 de profundidade.

Além de outros afluentes tem o Anajás o Mocoões e o Cururú, ambos pela margem direita.

MOCOÕES — Vem dos Mondongos e encaminha-se para S. O. até encontrar o Anajás defronte da vila do mesmo nome. É navegável por mais de 85 kilometros.

CURURÚ — Nasce na extremidade occidental dos Mondongos, segue para Oeste e recebe pela margem direita as águas dos Charapuás e Jururá. Da foz dêste último rio o Cururú dirige o seu curso para o sul até encontrar o Anajás, e que êste é navegável em grande extensão.

ARAMÁ — O Anajás ao chegar à ilha do Breu, abaixo da barra de Mocooões, lança para a esquerda um braço que é o Aramá.

Êste segue na direção sudoeste até desembocar na baia dos Vieiras e tendo já recebido pela margem esquerda o rio Mapuã, o furo dos Macacos e o Jaburú.

De 22 metros de fundo em tôda sua extensão e suficientemente largo o Aramá oferece fácil navegação.

MAPUÃ — Parte dos igapós e pequenos lagos existentes entre o Anajás e o Canatieú, seguindo para Oeste até lançar-se no Aramá. É navegável a vapor em boa extensão.

CAJÚ-UNA — Êste rio é pouco extenso e corre por matas e terras em geral alagadiças. Lança-se no Amazonas por três bôcas em frente à ilha das Pacas, e comunica-se com o Anajás pelo furo de Sant'Anna.

ARAPIXY — Tem sua nascente nos Mondongos, d'onde segue com o nome de Igarapé Grande.

O rio Arapixy toma sempre a direção N. O., é extenso, bastante sinuoso e profundo, oferecendo navegação franca para vapores pequenos até dois terços de seu comprimento, e para vapores de maior calado somente na 4º parte de seu curso inferior.

Êste rio é menor que o Cururú, porém o maior e o mais extenso de todos os que desembocam na costa septentrional de Marajó. Sua foz é larga, mas só dá ingresso a vapores com meia maré de enchente.

GANHOÕES — Nasce no lago Alçapão, junto aos Mondongos; é pouco extenso e muito sinuoso, correndo geralmente na direção de Sul a Norte. Sua barra é franca.

TARTARUGAS — Êste rio segue da parte septentrional do lago do mesmo nome, junto aos Mondongos, sempre na direção de N. N. E., e tem sua foz na costa septentrional em frante à ilha Camaleão.

O lago Tartarugas comunica-se com o lago Arary, por meio do furo Genipapucú, a que o vulgo chama rio ARARY — Parte da extremidade meridional do lago do mesmo nome, seguindo a direção de S. E., e, vencendo muitos cursos, recebe pela margem direita e pouco abaixo do lago as águas do Anajás-mirim. Mas abaixo, já em metade de seu curso e acima da Cachoeira recebe o Arary, pela margem esquerda, as águas do Goyapy. Depois da villa, para baixo o rio vai se tornando estreito; mas depois que chega na Baixa ou Ilha de Moirim, muda o seu curso para Leste, tomando então maior largura, até desembocar com rumo de E. N. E. na baia de Marajó, deixando à direita a ilha de Sant'Ana do Arary.

Durante o verão a influência da maré se manifesta no Arary somente até um pouco acima do salto da Cachoeira e durante o inverno o fluxo é pouco sensível até acima do rio Mocoões.

"Um facto singular e importante sucede no comêço desta última estação, e é o de correrem as águas do rio Arary em duas direções-opostas: as da metade inferior se dirigem para a foz e as da metade superior encaminham-se para o lago daquele nome, donde retrocedem quando êle se acha um tanto cheio.

AFUÁ — É formado pelo Afuá próprio, cujas nascentes se acham nas matas centrais e próximas do Anajás, e pelo Anabipi, que vem dos campos, encontrando-se ambos a 18 kilometros, pouco mais ou menos, acima da vila de Muaná para a qual desce um seu braço, que parte da confluência dos dois rios. Oferece em grande extensão navegação livre para vapores, e depois do Arary é o maior dos que desembocam no rio Pará.

MUANÁ — É um defluente do Atuá e é navegável a vapor em tôda a sua extensão. Tem a foz a Oeste do Atuá.

NOTA N.º 3

Com referência aos MONDONGOS, que aludem Orville Derby e Ferreira Penna, escreve Alfredo Moreira Pinto em APONTAMENTOS PARA O DICCIONARIO GEOGRAPHICO DO BRASIL (1.899):

"Êste vocábulo, com a significação de intestinos miudos de carneiro, do porco e de outros animaes, pertence tanto ao português como ao castelhano".

Extensivo pantanal na Ilha Marajó. Dista da costa N. 10 a 12 milhas e prolonga-se de O. a E. desde as cabeceiras do Rio Cururú até muito perto da costa ocidental. Contem em seu seio atoleiros formidáveis, alguns lagos pequenos, diversas ilhas e sobretudo infinitas plantas palustres, principalmente Aningas (*caladium arborescens*) por entre as quais se arrastam milhares de reptis que tornam perigosa a approximação daquellas solidões. "Esta imensa baixa, diz o Dr. F. Penna, segundo se pode concluir da disposição do seu solo, da direção que segue e da situação da Ilha, parece ter sido na antiguidade um braço ou Paramirim do Amazonas; e o Cururú, que hoje se escoa para O. correria, então, em rumo opposto, constituindo aquelle braço ou canal, ora inteiramente obstruído". Os Mondongos recolhem no princípio do inverno uma grande parte das águas pluviais; mas, enchendo-se rapidamente começam a extravasar pelos seus escoadouros naturais denominados rios Tartarugas, Ganhoão e Arapixi, que vão para o N., o Cururú, que hoje se escoa para O., o Mocooẽs (ramo do Anajás) que toma o rumo de S. O., e enfim o Genipapucú e em parte tambem o Apehy (principais ramos Arary), que descem, este de N a S e aquele de N. E. a S. O., confundindo ambos as suas aguas no lago Arary".

No GRANDE DICCIONÁRIO PORTUGUEZ OU THEZOURO DA LINGUA PORTUGUEZA escreve o Dr. Francisco Domingos Vieira (4.º vol. — 1 873) sôbre o vocábulo *mondongo*, o seguinte:

"Miúdos da rez ou do porco.
— Redenho, debulho das tripas.
Mondongo — s. f. Mulher que lava os mondongos.
Mondongueiro, A. s. Tripeiro, tripeiras.
Pessoa imunda, a modo de mondongo".

* * *

No RELATÓRIO apresentado por Domingos Ferreira Penna, em 1 875, ao Dr. Francisco Maria Corrêa, Presidente da Província, lemos: "No meu escripto, que como V. Excia. denota, não tem caracter scientifico, procurei esboçar e descrever tudo quanto interessa á geographia physica da ilha".

Por isso é com autoridade incontestável que Ferreira Penna afirma:

"Esta imensa baixa, segundo se pode concluir da disposição do seu solo, da direção que segue e da situação da Ilha, parece ter sido na antiguidade um braço do Paránamirim do Amazonas, e o Cururú, que hoje se escôa para Oéstes corre então em rumo opposto, constituindo aquelle braço ou canal, ora inteiramente obstruído. Na costa Norte 10 a 12 milhas, prolonga-se de O. à E., desde as cabeceiras do rio Cururú até muito perto da costa oriental".

Os escoadouros dos Mondongos são Tartarugas, Ganhões e Arapixes que vão para o Norte; o Cururú que vai para o Oeste; o Mocoões (ramo do Anajás) que toma o rumo S. O., e enfim o Genipapucú e em parte também o Apehy (principais ramos do Arary) que descem, este de N. a S. e aquele de N. E. a S. O., confundindo ambos as suas aguas no lago Arary.

"Não é hoje a Ilha de Marajó tão abundante em lagos como outrora; muitos delles têm desapparecido com a invasão das aningas, tabocas e outras plantas.

Hoje só se pode contar, além do Lago Arary, o do Guajará na fronteira da Fazenda Nacional do Arary, o do Alçapão na Fazenda dos Cajueiros e 2 ou 3 ainda menores que estes".

"A Ilha de Johanes, dizia em 1 879 o ilustre coronel d'Engenharia Simões de Carvalho, numa informação dada ao Capitão General: — "desde o principio do inverno até próximo do verão é um vastíssimo vaso d'água; o resto do anno é um campo limpo".

* * *

Com referência aos aspectos dos campos ou das campinas cobertas, da Ilha de Marajó Ferreira Penna escreve:

"Pode-se affirmar que mais da metade da Ilha compõe-se de campos ou, mais exatamente de campinas cobertas de plantas próprias para alimento do gado.

Estas campinas e a excellencia das suas pastagens não foram reconhecidas sinão depois de pacificados os índios da costa oriental e do sueste; podendo-se desde então penetrar no interior da Ilha; os colonos mais ou menos hábeis e práticos na indústria pastoril, vendo aquellas campinas as reputaram como as melhores do mundo para a criação".

NOTA N.º 4

ANTONIO NOGUEIRA, veterinário do Departamento Nacional da Produção Animal, estudando o "AMBIENTE PASTORIL AMAZÔNICO (MARAJÓ)" fêz considerações dignas de divulgação, ainda hoje, como as que seguem:

"Para êsse, — refere-se a José Simões de Carvalho — Joanes é a totalidade: a Marajó, a quem atribue metade do território insular, é apenas a parte "de campo semeada de Ilha de mato, que fazem o refrigerio dos gados nas horas de calma", tão alagada de inverno que a maior parte dos bezerros dessa estação, nascidos nas fazendas das zonas Ponta de Maguari, Popunhas, Inferne, Mondongos, lago do Alçapão, cabeceiras dos rios Anajás e Cururú, morrem afogados, enquanto o gado adulto pasta com a cabeça debaixo d'água por faltarem "tesos" abrigadores. Dando como areno-argiloso todo terreno marajoára, declara que os campos "não têm mais terra umosa que aqui lhe cedem as hervas por sua aniquilação". "Nas partes mais baixas, mais algumas tem. Mas como estão mais tempo debaixo d'água menos lhes resta para prestarem".

* * *

"Vencida a grave crise que sucedeu à expulsão dos jesuítas, a qual se estendeu até os fins do século XVII, como que se operou uma enérgica reação, como testemunha a estatística real de 1819, já referida.

Infelizmente a falta de censos periódicos não nos permite juízo seguro sôbre o desenvolvimento pastoril ilhéo, durante o Império.

Da mesma forma, por globais, são precários, no caso em tela, os elementos relativos ao período da 1.ª República, vindos à luz desacompanhados dos cómputos parciais, como aquêles de 1912 e 1916, que contem apenas os totais dos rebanhos paraenses aos quais atribuem, respectivamente 540.000 e 578.000 bovinos.

Mais valimento terá, em nosso caso, aquele de 1920, publicado em 1922, pelo qual se constata existir na época um rebanho bovino paraense de 615.482 cabeças, cabendo a Marajó cêrca de 437.639, divididas entre os seis municípios pastoris da ilha:

Afuá	5.544	
Cachoeira	154.745	
Chaves	96.026	
Muaná	9.515	
Ponta de Pedras	8.470	
Soure	763.330	437.639

Por iniciativa estadual, a estimativa de 1938, dada à luz pelo "Diário Oficial", de 31-5-940, atribuiu-se ao Estado do Pará um rebanho bovino de 870.000 cabeças, cabendo à ilha do Marajó cêrca de 530.100, distribuídas pelas mesmas áreas de campo, nada obstante êsses municípios terem sofrido modificação nominal.

Por essa estimativa, assim se distribue êsse rebanho de 530.100 bovinos:

Afuá	10.000	
Arari	133.000	
Cachoeira	150.000	
Muaná	25.000	
Sto. Antonio de Aruans	89.100	
Soure	123.000	530.100

A título ilustrativo, ou como subsídio à identificação das 240 propriedades da ilha, inserimos, em anexo, a estatística levantada à vista das declarações que instruíram o processamento do registro das propriedades marajoáras, no Registo de Terras e Colonização, elemento êste que obtivemos por nímia gentileza do Diretor Geral do Departamento de Agricultura do Estado.

Deixamos de levar em conta o cômputo de 243.887 bovinos ali anotados, porque — e isto é evidente — a sonegação havida por parte dos declarantes, reduziu para 3/5 a presunção mais pessimista que se possa fazer em relação a esse criatório.

Lastimamos não conhecer a estatística levantada da população bovina pelo recenseamento nacional de 1940. Seriam dados de alta valia informativa a um justo sopesamento da realidade pastoril marajoara, de vez que somente elementos estimativos são postos ao nosso alcance, por isso duvidosos como alicerçadores de qualquer assertiva.

Salve-se desta crítica a estatística sensitária de 1942, integrante da tese 27, apresentada à "1.ª Conferência Nacional de Pecuária", que atribui ao Estado do Pará um rebanho bovino de 790.498 cabeças, censo êsse que, apesar de ótima, não consta do arquivo do Serviço Estadual de Estatística, razão por que não podemos recorrer aos seus cômputos parcelares, por município e, assim, levantarmos os dados referentes ao criatório marajoara.

Entretanto, a prevalecer o total constatado por êsse censo, é evidente que o rebanho bovino estadual não tem tido o desenvolvimento desejado, o que, de qualquer forma, se reflete no criatório ilhéo, maxime ante as possibilidades do meio, a menos que se admita ser essa, na realidade, a máxima atual da capacidade criadora de seus campos".

REGISTO GERAL

1799 — 1804

REGISTO

Illm.º e Exm.º Senhor — Ponho na prezença de VExc.ª o Mapa que por Ordem de V. Ex.ª levantei de toda a Grande Ilha de Joanes.

Esta Ilha que pela parte do Norte faz face a foz do Sul do Rio Amazonas, tem segundo o resultado das operações que fiz, de extensão de E. a O. 2º 30 ou 50 léguas, e de N. a S. 1º 43 ou 34 léguas. É dividida em duas partes diagonalmente debaixo do Rumo de 55º N. O. proxima-

mente: fixando pela parte de N. e de E. a que se lhe chama Marajó vulgarmente esta he toda terra de Campo semeada de Ilhas demato, que fazem o refrigerio dos gados nas Ora daCalma.

Tem adita Ilha redondamente contando milcsetecentas léguas. A dita parte terá a metade d'esta quantidade. A outra parte é a que reina pelo Sul, e Oeste da dita Ilha, é de mato continuo e alagadiços.

O terreno detoda Ilha, hé depouca altura acima do nível das águas que o cercão, epermeião. Portanto de inverno o Campo é tão alagado, que os Novilhos que nascem em muitas partes neste tempo morrem afogados. Estas são as que decorrem desde a ponta de Maguari, pellas Profundas, Inferno, Mondongos, lago do Alçapão e Cabeceiras dos Rios Anajás e Cururú. Pois são partes por onde faltão os tesos, para sôbre êles os novilhos esperarem suas mays. Pastão os Gados por ali emais partes de inverno com as eabeças debaixo d'agoa. Hé arenoso todo oterreno desta Ilha carater comum atodo este Estado do Pará, o que hé Marajó oueampo não tem mais terra umósa que aque lhe sedem as ervas por sua aniquilação. Nas partes mais baixas, mais alguma tem: Mas como estão mais tempo debaixo d'agoa menos lhe resta para as ervas para prestarem. Muitas daquelas Ilhas deMato, as que estão mais altas, são capazes de plantação de Mandiocas emais generos, menos da deCafé, e Cacáo, porque as raizes destas arvores logo encontrão Argilas deque não podem tirar sustancia para continuar sua vegetação.

A abundancia das aguas de inverno, e a grande secura de verão fazem comque o gado vadée aprocurar remedio aos incomodos dehuma eoutra estação. Ficando por este motivo os Campos de Marajó comuns aos gados dos donos das fazendas.

Há por muita parte inferioridade em que os terrenos dadita Ilha, pellas irregularidades acima ditas; portanto, ospastos não são igualmente bons. As ervas sim morrem todos os anos segundo sua constituição, edeixão seus sedimentos, mas as agoas domais alto os arrastão para os lugares mais baixos. As cheias fazem o effeito nesta Ilha, que da baixa-mar damaré deverão, aoponto dacheia de inverno por aqueles destrictos daCabeceirado Rio Anajás v. difere de 12 palmos, ficam com esta differença de altura os campos debaixo d'agoa, eas abitaçoens dos Fazendeiros, como pontos no meio do mar. Faltam a esta Ilha serras, das quaes com as chuvas, dimanarão sem despojos, para os campos se fecundarem.

Não plantam os fazendeiros, fruteiras athé que são mais vulgares. Parte, e empartes pordescuriosidade, em outras porque não ajudão as terras afecundarem-se.

Além destes inconvenientes, hé certamente o dito Marajó sujeito ao mais emenos comque a natureza se constuma aeomportar, no dar das suas novidades. Alternando-se os annos de fertilidade aos das faltas na criação dos Gados Grandes veroens, grandes invernos, poucas ou muitas agoas, em extremos são obstaculos. Assim mesmo com todos estes e outros que há sempre hé esta Ilha Grande de Joannes prodigiosa. Pois se não estivesse repartida pellas mãos de tantos donos, se sefizesse certo numero de fazendas indiviziveis pellas heranças, se interterião forças necessarias para as suas

beneficiaçoens, emproveito do augmento do gado. Isto prova edemonstra bem, aparte da Ilha que por herança epor estarem emmãos pobres não tem fazendas as que já forão. Esta parte da Ilha daria aabundancia deque hé capaz, daqual depende omais da Capitania do Pará, para sustentação de suas Lavouras, eFabricas, subssistencia do Estado para sustentar com as Exportaçoens lucrozas da Metropole. Os filhos segundo dos donos das fazendas sofrerião incomodo. Com os lucros pecuniários terião seus Paéz para dar-lhes competentes dotes eproporcionaes, para estabelecimento de familias nallasse de Lavradores, pelas mais partes do Estado, deque a Ilha hé huma pequena relativamente.

Como não hé de minha obrigação esta materia economica politica, não medevo demorar n'ella. Acabei de andar esta Ilha com adespeza de tempo de cinco mezes,e mais dois que por ordem de V.Exc.ª tinha feito. A ruina de humas fazendas e o acabamento de outras mefizerão perceber estes motivos da deminuição de abundancia, e da utilidade nacreação dos Gados.

A outra parte da mesma Ilha, que hé de matto continuou, tem os defeitos nacturais detoda aoutra parte, pelo que dis respeito a terra, em suas qualidades, eabundancia de alagadiços que aoccupão. Capaz deplantações de Cana,earros,emandiocas,nos lugares fora d'agoa que não são em retalhos.

Por ora opouco ou nada degente que ocupa (relativamente)todo este Estado faz com que pareça áquelles não ser necessario esgotar os meios da arte de cultivar terras estereis, ede as melhorar quando sefizerem. Porque hé facil irem no dito Estado, daqui para ali, aprocurar a beneficencia da Natureza. A simples vista se observa como neste Paiz ella reparte suas produçoens naturaes, dando de humas excluzivamente deoutras em diferentes partes. Notarei um exemplo para me aclarar. Na classe das Palmeiras, há rios que tem dehum genero, enada de outros. Aque chamamos Bossú, que só se acha nos Rios ou canaes que fazem a Ilha de Joannes por OEste. Não me consta haver d'esta em outra parte do Estado, Capital do Rio do Rio Negro. Emtanta extensão deterreno, áver por aqui, o que por outra parte há parece bem propozito da mesma natureza.

Por todos os rios que sahem da mesma Ilha, sepode entrar athé suas origens proximamente em Canoas das demaior parte das do uzo deste Estado.

Claro fica que por muitas partes há meios delevar socorros, se for necessario, para defender e repelir inimigo que queira possuir amesma Ilha de Joannes. Os Pantanos e Alagadiços que se infião desde aponta de Maguarí, epelo lago do Alçapão, Mondongos, athé as Cabeceiras dos Rios Anajás e Carurú; e os que julgão dos Mondongos por perizaes athé oLago Arari, farão com que emforca Ordenha não possão os Inimigos caminhar tomando violentamente toda Ilha. Os filhos deste Estado, eos Europeus que se tenhão Naturalizado, no modo de andar nelle farão aguerra errigular, e de Caçadores, do que não virá capaz o Inimigo, outão habil.

A Ilha de Joannes hé cercada de Agoas do Amazonas pela parte do Norte. Pela do Sul, com as agoas que por Maruarú deoutros Rios passão. Depois continuão com as de Tocantins, athé que pela parte deLeste, com as do Guamá e Mojú seprecepitão pela Tijóca. A parte do Poente hé formada

por Rios ou Canaes que com differentes nomes, vecm desde Oajuna athé Tejupurú. A excepção das fazendas de Gados do Marajó, esta Ilha não tem estabelecimentos notaveis. O destricto de Moaná, e Attuá tem seus moradores, que já podem formar huma boa Villa. Deus Guarda a V. Ex.ª muitos annos.

Pará 1.º de Outubro de 1800. Illmo. eExmo. Senhor D. Francisco de Souza Coutinho — Subdito de V. Ex.ª — José Simoens de Carvalho.

NOTA 5

Em sua obra HISTÓRIA PARAENSE, J. Lucio d'Azevedo assim se manifesta sôbre alguns aspectos da ação dos portuguêses, colonos e jesuítas, na Conquista da Amazônia:

"Os colonos, por industria única, exploravam o trabalho aborigene. Faltando este, tudo pereceria á mingua. O indio era, desde muito tempo, marinheiro, soldado, famulo, agricultor, mechanico.

Escravizado hoje, ia de boa sombra amanhã algemar os companheiros, que deixara vadiando nas mattas.

"Em todas as viagens, em toda a expedição, levavam os exploradores a mira nos *descimentos*. Os soldados, que acompanhavam Pedro Teixeira na homerica viagem a Quito, volveram desgostosos e envergonhados, não trazendo um só cativo. Os prelados das religiões reuniam-se em junta com as primeiras autoridades, e dahi, com graves fundamentos theologicos e politicos, decretavam as *amarrações*. Havia tambem os caçadores de escravos, que salteavam as aldeias, e vinham vender as sus victimas nos povoados. Aos fugitivos, marcava-se-lhes no peito o nome supposto do senhor ou com ferro em braza ou lavrado a lanceta, para maior crueldade. Em fim, todos os abusos e barbaros procedimentos da escravidão foram aplicados a estes povos, com extranha dureza. O resultado de tais montarias foi o progressivo destroço desta raça infeliz. Em quanto monges e seculares disputavam entre si o dominio das populações indigenas, o decrescimento dessas era pasmoso. Na época de que estamos escrevendo, já era vulgar dizer-se: *Tempo ha de vir que aqui se perguntará: que côr tinham os indios?*"

"O grosso comercio do Estado pertencia às ordens religiosas, principalmente aos jesuitas. D'este era o negocio em "azeite de andiroba, manteiga de tartaruga, salga do peixe, uma grande parte de carne, farinha, feijão, arroz, e finalmente quase todos os comestiveis, e um grande número de arrobas de algodão, bem como assucar e aguardente". Da mesma forma tinham a seu serviço — "muitos oficiais de arte fabril, como pintores, entalhadores, pedreiros, ferreiros, tecelões, e finalmente até oleiros. Exerciam a agricultura em grande escala, possuindo vários engenhos, cacoaes de muitos mil pés. Quando em 1 759 foram expulsos da capitania, e deram

o rol dos bens que n'ella deixavam, declararam ter em diversas fazendas de criação na ilha de Joannes, perto de 150 mil cabeças de gado. As outras confrarias mantinham-se com menos opulencia, no mesmo teor".

Dizia o Padre Belinger:

"No Pará é grande a miséria de costumes e extraordinária a facilidade com que os maridos se deixam levar da veleidade de Tacitos com antecedentes de Cornelios sem historiar de coisa nenhuma".

"E o mesmo padre Belinger, segundo conta o bispo D. Frei João de S. Joseph de Queiroz explicava depois: a causa da descripta miséria é principalmente a muita preguiçosa que domina aquela gente. Quer comer, beber e andar aceada sem trabalhar".

"E de Cametá observava o mesmo padre: chama-se hoje Vila Viçosa; se lha chamassem Vila Viciosa não era testemunho nem impropric o nome".

Em outro lugar descreve os vícios dominantes:

"... que se reduzem a Venus, Bacho e Mercurio; asseverando que é muito próprio dos índios lascívia, bebedice e furto".

Segundo diz o Dr. Antonio Fernandes Figueira, referindo-se à evangelização da Ilha de Marajó pelos jesuítas com o Padre Vieira à frente "desse tempo era a vasta ilha habitada por índios Joannes ou Sacacas, Mapuazes, Maimaiansas, Pauxis, Bocas e Nheengaibas".

Podemos referir outras tribos, graças ao padre Antonio Vieira que os calculava em 40 mil, assim denominadas: Mayanás, Aruans, Anajás, Pancacás, Guajarás, Pixipixis, Tucujus, sendo que esta tribo era avaliada em cem mil almas que dominavam Macapá.

NOTA 5

J. Lucio d'Azevedo, em ÉPOCAS DE PORTUGAL ECONÔMICO, assim defronta vários problemas históricos e sociais referentes à Portugal:

"Em Portugal, o estado convulso da sociedade, as guerras intestinas de fronteira, por fim a epopéia marítima, suscitavam o gôsto da aventura, e afastavam do trabalho seguido, concorrendo para engrossar a hoste de parasitas mendigantes, cujo excesso as leis pretendiam refrear".

"À beira mar, a extensa costa, proporcionando à vista largos horizontes, desvendava-os, ainda mais vastos, à imaginação. Ali não se deparavam a empatar o caminhante os matagais ínvios, os íngremes cerros, os rios sem pontes, os ladrões do ermo e a cada passo as peagens, quando não as exacções do fidalgo salteador. Para qualquer se lançar à estrada pelo mundo fóra requeria-se alguma indústria e certa soma de audácia.

Nenhum requisito faltava à gente do país. As pescarias foram para esta, como em toda parte, a primeira escola náutica. À proporção que de norte a sul retirava o agareno, ensaiar-se-ia a navegação costeira E não

seria sem efeito a vinda dos cruzados, suscitando pelo exemplo o apetite dos rumos distantes".

"Enterrompida a relação de Zurara em 1 848 só temos informações relativas à escravatura do tempo de D. João II, em que, de 1 846 a 1 848 entraram da Guiné 3.589 escravos da corôa; depois algumas do reinado de D. Manuel, quais se apuram das contas prestadas por funcionarios encarregados da recepção e venda dessa espécie de mercadoria. Os pontos principais desse comércio eram Lagos e Lisboa, e na Villa Algavia foi principalmente estabelecida a Casa da Guiné, depois transferida para a Capital com o nome de Casa da Mina e por fim da Índia. Anexo às mesmas, havia a Casa dos Escravos, por onde se administrativa o negócio e colhiam as rendas. Nos três annos de 1 511 a 1 513 passaram por ela, segundo as contas do Almoxarife 1.265 escravos de ambos os sexos, pertencentes ao rei, avaliados em 8.086.795 reais o que dá o valor médio de 6.392 reais por cabeça. Cobram-se no mesmo período 162 mil 350 reais de várias pessoas, imposto de vintena por escravo, mercadorias diversas. Se computarmos em metade da soma o tocante aos escravos, arbitrando-lhes valor igual ao do real acharemos 254 importados por particulares. O direito de vintena, 5%, fora criado pelo infante D. Henrique para a ordem de Cristo. À coroa pagava-se pelos negros a dízima. Os negros destinados ao rei provinham umas vezes por conta dele com os negreiros".

NOTA 6

IRVAL LOBATO, em seu trabalho "A PECUÁRIA NO PARÁ, CONDIÇÕES PARA SEU DESENVOLVIMENTO", assim expõe algumas das suas idéias acêrca do problema pastoril em Marajó:

"Não sabemos se laboramos em êrro, mas quer nos parecer, que todo atraso, em agricultura e pecuária, decorre de três causas, — a que chamaremos, *causas fundamentais*. Isso não quer dizer que outros pequenos motivos não cooperem para dito atraso, entretanto, fundamentalmente, em nossa opinião, militam os três seguintes motivos:

"A primeira *causa fundamental* de nosso atraso, atribuímos ao nosso sistema tributário, reflexo de nossa mentalidade exclusivamente arrecadadora.

"A segunda *causa fundamental* de nosso atraso, é a falta de financiamento à produção agro-pastoril. O que temos tido, a título de auxílio, são providências vergonhosamente prejudiciais, tais como as célebres moratórias aos pecuaristas e os reajustamentos econômicos. São medidas que, ao contrário de auxiliar, desmoralizam e desacreditam o produtor rural.

"Atribuímos ainda o nosso atraso a uma terceira *causa fundamental:* a falta de amor à terra e preparo técnico do homem rural. Mas seria possível ao nosso camponês amar um solo que, na mor parte das vêzes, lhe é padrasto? Parece-nos que não. Só ama alguma coisa quem encontra felicidade na

mesma. Entretanto nosso habitante do interior vive, de modo geral, apavorado ou apático — em um meio hostil. Sem saúde, sem diretriz, sem intercâmbio de idéias, sem sociedade de classe que o ampare. Em suma: a terra é ainda trabalhada mais com espírito de aventura que na convicção de êxito. É o que se pode chamar de *falta de estabilidade*. O número de cooperativas é insuficiente — além de, em geral, as que temos, não estarem rigorosamente enquadradas no regime cooperativista.

"Como então agir?

"Parece-nos necessário, antes de tudo, criar nossa mentalidade exclusivamente amazônica. Não é possível que êste "mundo à parte" em que vivemos, diferente dos outros centros agro-pastoris, tenha a veleidade de querer adotar técnicas classicas. Temos uma climatologia, um regimem de aguas, finalmente, uma natureza caprichosamente singular. Alguem disse que na Amazônia ainda não se cumpriu o preceito bíblico: as aguas não se separam definitivamente das terras. Por isso julgamos premente necessidade muita experimentação, antes de aceitar ou repudiar uma prática. Só assim criaremos uma técnica de acôrdo com nossa mezologia, ao invés de querermos corrigir nossa natureza, como é tendência geral. Exemplificando-se: o fator P.H., condição da quase totalidade das terras amazônicas, dificulta determinadas culturas, porque persistir em corrigí-lo em esfôrço anti-econômico de alcalização de solo, se para produção de arroz e juta, êsses produtos, de que somos ávidos, a acidez não traz prejuízos essenciais?

"Essa mudança de mentalidade deve vir de cima, dos homens que nos dirigem, dos técnicos que nos guiam.

"No que concerne à nossa pecuária, a desorganização não é pequena. Dificuldades de transporte e comunicação, más instalações para o gado que, na maior parte das vêzes, se estendem ao homem, matança excessiva de vacas, exportação temporã das boiadas, epizoóticas que dizimam os rebanhos com especialidade o eqüino, enchentes que afogam as pastagens deixando o gado morrer de inanição, sêcas que matam á fome e á sede, invasão das propriedades, outrora sobrepticiamente, agora à mão armada, etc.

"A mortalidade vai a cifras espantosas havendo fazendas que, sem exagêro, perdem 10% do total e como exportam e fazem malotagem de 10% o rebanho não aumenta. O gado, de um modo geral, não é de boa qualidade. Em uma inspeção ao Matadouro do Maguari, no que concerne ao estado de nutrição, encontra-se uma gama que vai do médio ao caquético. Urge, portanto, medidas tendentes a modernizar para melhorar, mas opõe-se-nos a primeira objeção: se o critério já comporta essas medidas, ou se devemos aguardar determinado grau de progresso para pô-las em prática. Tal estado de cousas faz-nos lembrar a conclusão de que em seu "A. B. C. da Genética", comentando uma conferência do Dr. Arno Pearsen, proferida em 1922, chegou o douto agrônomo José Maria Hesketh Condurú, sôbre o circulo vicioso em que se encontrava em 1934 o agricultor paraense. Dizia êle: "não tinha dinheiro porque não empregava processos adiantados por não ter dinheiro". Conclusão: passaram-se quinze anos da observação do professor

Condurú e vinte e sete da conferência do Dr. Pearsen e o agricultor continua na mesma ou pior, se é que pode piorar, uma vida superlativamente miserável.

"O mesmo está acontecendo na pecuária, — com uma diferença: o desamparo ao lavrador, reflete mais sua economia individual, e remotamente no resto da população do Estado, enquanto que a falta de produção de carne atinge imediatamente o povo. Por isso que uma produção agrícola anual pode ser recuperada em curto espaço de tempo, enquanto que a recuperação de um rebanho bovino, é obra de decênios. Daí reputarmos urgente necessidade das medidas a tomar, porque, a nosso ver, a técnica sempre antecede à abundância; não fôra assim, não necessitaríamos de técnica. Julgamos, então, que para nossa pecuária o rumo a seguir será:

"1.º — Formação mecânica de pastagens e subdivisão das mesmas, para máximo aproveitamento de nossas terras.

"2.º — Criação de animais mistos de alta produção.

"Para chegarmos a êsses fins, teremos como meios necessários:

"a) a ilha de Marajó, onde se cria cêrca de 70% do rebanho paraense, está sujeita, ora a sêcas, ora a enchentes ruinosas, trazendo ambas prejuízos sérios, para cujo ressarcimento se fazem mister, anos de verões e invernos médios. Isso equivale dizer que continuamos à mercê da natureza. Dos esforços empreendidos para remediar o mal, existe há cêrca de nove anos, a Diretoria de Rios, Portos e Canais, subordinada ao Ministério da Viação. Não desejamos discutir os motivos, entretanto, devemos declarar que até agora tal repartição foi inócua para resolver o problema de contrôle de águas em Marajó. Continuam as grandes enchentes, as grandes sêcas e os grandes prejuízos e, afora os estudos que porventura tenha empreendido, julgamos que nada foi além de relatórios e burocracia. Consta-nos existir um estudo sôbre contrôle de água, feito por engenheiros holandezes, ao tempo do governador Montenegro, sem que até agora nos fôsse possível descobrir onde se encontra. Contudo, o contrôle do regime de águas deve ser o primeiro passo para a melhoria da pecuária marajoara.

"b) Nosso sistema de criação, embora com fiscalização dos rebanhos e rodeios freqüentes, é ainda feito no regime de sôlta de pastagens naturais, em cujas condições, em nossa fraca opinião, é impossível a melhoria, não somente por desconhecermos a relação nutritiva de nossas gramíneas nativas, especialmente as canaranas, como também pela pobreza e quase ausência de leguminosas em nossos campos, aliado tudo isso a uma grande pobreza de sais minerais. Não podemos nem devemos em pleno século XX, continuar cegamente, quando, em outros países, a alimentação de animais tomou foros de ciencia, cujas composições se reduzem a simples cálculos matemáticos. Não é verdadeiro o aforismo de que a raça se faz pela bôca. Entretanto é absolutamente verdadeiro: a bôca EVIDENCIA a raça. Criai em regime carente o mais puro Hereford, e da raça restará apenas a cara branca. Super-alimentai "o pé duro", e não tereis mais que um boisinho gordo, sem atingir nem precocidade, nem rendimento em carne, nem produção leiteira das raças nobres.

É anti-econômica nossa criação,porque,como dissemos acima,uma légua de terras boas comporta duas mil e quinhentas cabeças bovinas,ou seja, 0.57 de cabeça por hectare. Dessa maneira nos criadores à sôlta, ficamos em uma desvantagem para os plantadores de capim,na proporção de 3,4 de vez que a mesma área plantada e subdividida,em vez de 2.500 criaria 8.712 rêses. Entretanto, que tal quantia seja exagêro para nosso meio, o certo,é que pelo menos com essa técnica,poderemos dobrar a capacidade de produção de nossas terras, o que já é grande avanço. Sabemos que a forragem verde por si só não é suficiente para alimentação de animais,entretanto,devido ainda não termos atingido um estágio agrícola que nos permita o uso de ração balanceada, tal carestia de concentrados, teremos ainda por muito tempo que continuar com os nossos rebanhos em regime de pasto. Devemos, contudo, plantar e subdividir os pastos; mas plantar por processos mecânicos, para o que já temos exemplo entre nós e cuja mão de obra além de eficiente é muito mais barata.

"NO CASO ESPECIAL DA PECUÁRIA MARAJOARA, conclui-se que os rumos a seguir são:

"1.º — A formação de pastagens e subdivisão das mesmas,para máximo aproveitamento das terras.

"2.º — Criação de animais mistos de alta produção.

"Para chegarmos a esses fins teremos como meios necessários:

"a) Regularização do regime de águas na Ilha de Marajó,onde se encontram 70% dos rebanhos paraenses.

"b) Planificação para o emprêgo de normas técnicas modernas de agrostologia, zootecnia e genética, adaptadas ao nosso ambiente.

"c) Relações mais estreitas entre criadores e repartições subordinadas ao Ministério da Agricultura.

"d) Facilidade de comunicação por meio de uma faixa radiofônica em freqüência modulada. Melhoria de transporte fluvial e disseminação de campos de aviação para o taxi aéreo.

"f) Financiamento a longo prazo e juros módicos,para aquisição de gado de criação, animais de raça, beneficiamento do solo, arame, maquinaria agrícola e tudo mais que direta e indiretamente se destine à melhoria da pecuária.

"g) Criação da caixa de aposentadoria e pensão do trabalhador rural"

NOTA 7

A. de Amorim Pinto, da Universidade de Coimbra, em sua GEOGRAPHIA DE PORTUGAL (Ed. 1941) escreve:

"No norte do país, em conselho de propriedades muito divididas, ouvimos uma vez esta imagem pitoresca em plebeísmo forte: "Está o campo tão retalhado que uma vaca, para comer na leira de um vizinho, exterca na de outro". No sul, de um *herdade* de regulares dimensões diz-se: É

muito grande; dá para 60 meios cobertos; faz oito ou dez rebanhos sem se verem uns aos outros. "No norte, a tendência da população é possuir um pedaço de terra por mais pequeno que seja. Ter, ao menos, "onde caír morto". *Dividir* é verbo de uso corrente. No sul, pelo contrário, tem-se a mentalidade do grande proprietário. *Dividir* uma herdade será o maior contrasenso para um Alentejano, e daí, sem dúvida, o aforismo popular: "Casa em que caibas, terra que não saibas. "Grandes proprietárias casam em geral com grandes proprietários. *Anexar* é a aspiração máxima que a paixão da terra dá ao seu possuidor".

"Não são causas históricas as que para o nosso caso devem invocar-se. À fraca densidade da população e o *regime latifundiário* das planícies alentejanas não deve atribuir-se, como tantos pretendem, ao fato de ter sido a região mais assolada pelas incursões muçulmanas, ou à preferência que nelas demonstraram os nossos primeiros reis pelas grandes doações e que representam já uma conseqüência do regime que as condições naturais impunham à exploração da terra. A escura do clima e a pouca produtividade do solo não permitiam a cultura intensiva e só tornaram possível a sua exploração agrícola em regime de grande propriedade. Pequenos lotes de terreno não podiam constituir "unidades econômicas", assegurando o sustento de uma família, nem tinham condições de regular exploração. Por isso o regime latifundiário tem persistido no sul agravando-se mesmo em muitos casos, apesar de tôdas as tentativas feitas em diversos tempos para atender ou extinguir".

NOTA 8

O PROF. DR. EMILIO A. GOELDI — em MARAVILHA DA NATUREZA NA ILHA DE MARAJÓ (Rio Amazonas) Conferência pronunciada na sociedade de Geografia de Berne (Suissa) em 23 de Junho de 1899 — (Boletim do Museu Paraense. Vol. III-1900-1902) assim se expressa:

"Encravada no estuário do Rio Amazonas, jaz, entre a linha equinoxial e o segundo grão de latitude Sul, a ilha de Marajó, cuja superfície excede em muito a de qualquer outra do denso archipelago que a envolve em complicado labirinto".

. . . . . .

"Marajó tem,por duas faces,os seus contornos perfeitamente assignalados e distinctos: pelo lado do Atlantico e pelo do canal do Sul, na foz do Amazonas;entretanto,como fàcilmente se observa nas cartas modernas,falta-lhe para o lado interior uma linha de delimitação clara e definitivamente assentada,cousa,aliás,que (e isto certamente não é visivel nos mapas) encontra sua expressão na fisionomia geral da região.

Se traçarmos uma diagonal que, partindo da foz do rio Cajuúna, vá até a embocadura do rio Atuá, teremos Marajó obliquamente dividida em duas partes quasi iguais,uma a Nordeste,outra a sudoéste. A primeira metade é

caracterizada pelas imensas planícies dos *campos* e das savanas, onde existe uma criação de gado bastante considerável, se bem que tècnicamente imperfeita; na metade sodoéste, em que predomina a floresta virgem, tìpicamente amazonica,expande-se,sob o signo do Aquario,a colheita da borracha.Sob os pontos de vista botanico e zoologico,cada uma dessas regiões apresenta características particulares,fato cujo conhecimento,mesmo em seus traços fundamentais, é relativamente recente, pois só em nosso tempo foi levado a cabo uma exploração séria para estudos *geográficos* e de história Natural".

* * *

EMILIO GOELDI, em PRIMEIRA CONTRIBUIÇÃO PARA O CONHECIMENTO DOS PEIXES DO VALE DO AMAZONAS E DA GUIANA, avança êstes conceitos: "LUIS AGASSIS veio dos Estados Unidos da América do Norte à Amazônia, *principalmente,e* fácil é provar-se à vista de suas próprias e numerosas expressões na sua correspondência,mesmo *exclusivamente* para estudar os peixes d'esta região. Se muito fêz e conseguiu, não é somente porque a tarefa era limitada e nìtidamente circunscrita,mas,sobretudo,porque dispôs de recursos tão grandes e excepcionais como nenhum outro naturalista antes d'ele, os teve e nenhum depois dêle terá. Podendo ùnicamente viver na ciência e para a ciência,podia concentrar tôda a sua fenomenal energia e atividade na acumulação de material de estudo para a sua especialidade predileta. Desde o Imperador, que se apressou em reunir pessoalmente uma coleção de peixes do Sul do Brasil durante a guerra do Paraguai, até a última autoridade tudo o que havia de influente,foi pôsto em movimento para cercar o célebre naturalista com as comodidades,vantagens e regalias que haviam de auferir a garantia de um sucesso rápido e seguro. A AMAZON STEAM NAV. COMPANY,aqui no Pará,para citar um exemplo,foi para com êle de uma liberalidade ilimitada, da qual a centésima parte seria para um certo Museu não muito distante um valiosíssimo auxílio e poderoso meio de fomento.

L.Agassiz declara ter achado nada menos do que 1.800 *espécies novas* de peixes amazônicos, representados por aproximadamente 80.000 especimens coligidos e remetidos em álcool para o Museu por êle dirigido nos Estados Unidos.Esta avaliação está arquivada em numerosas cartas firmadas por sua própria mão, dentre as quais, entretanto, citarei aqui apenas aquelas endereçadas a Sir Philipo de Grey Egerton(26 de Março de 1867) e a Charles Sumner (26 de Dezembro de 1863). Assegurou mais que levou além de 1.100 desenhos coloridos de peixes amazônicos,feitos com esmero pelo hábil artista Barkhardt (havendo dias, onde o referido artista aprontou 20 e mais esboços coloridos) que houve certo dia,em que obteve 84 espécies diversas de peixes, dos quais 51 espécies novas; que antes da sua expedição em 1865 o total das espécies conhecidas de peixes amazônicos não passava muito além de 100; que todos os rios da Europa juntos, desde o Tejo até o Volga não continham 150 espécies de peixes de agua doce,ao passo que o pequeno Lago Hyanury,perto de Manáos,com uma superfície menor do que umas 400

a 500 jardas quadradas forneceu a êle além de 200 espécies distintas de peixes,da qual a maioria nova;que sòmente nos arredores do Pará descobriu mais novas espécies,do que eram antes conhecidas de tôda a bacia amazônica, etc.etc.

* * *

Emilio Goeldi organizou uma lista,por ordem alfabética,de 130 espécies de peixe. Dessa lista constam diversas espécies que se encontram nos lagos, igarapés e furos de Marajó,tais como o ACARÁ *chaetobranchos robustus*,ACARÁ-TINGA *geophagus surinamus*,ACARY *liposarcus pardalis*,APAIARY *hidrogunus ocellatus*,ARACÚ-PINTADO *leporinus anostomus fasciatus*,ARAMAÇÁ-*soles masculipinnis*,ARUANÁ *osteoglossum bicirrhosum*,BAGRE *arins herzbergi* e *arius rugispinnis*,BAIACÚ *tetrodon psittacus*, BANDEIRADO-*aelurichthcys gronovii*, CACHORRO-RABECA-*auchenipterus striolatus*,CAMURIM *centropomus undecimalis*,CANGATA *arius luniscutis*,CARATAY *doras vaudellii*, CAVALO *argyriosus*, vomer "gallo", CARATAY (Peixe Cachorro) *auchenipterus nodosus*, DOURADA-*pivatininga* · *rousseauxii*, GURIJUBA *arius luniscutis*-IRICECA-*arius plurops nov.* sp. IRITINGA-*arius* proops BOULITUI-*carapus fasciatus*,ITUÍ *sternopygus carapo*,JANDIÁ *pimelodus mülleri*,JEJÚ-*erythrinus unitacniatus*, JURUPIRANGA *arius lumiscutis*,MANDUBÉ *auchc nipterus nuchalis*,MERO *epinephelus itaiaba light.*, PACU *doras dorsalis*,PEIXE-CACHORRO *auchenipterus*,PESCADA,*plagiosgion squomossimus*,*pescada* (amarela) *otolithus liavchus*,PESCADA*branca*SCIENA *amazonica*,PESCADA (preta)—*plagioscion auratus*,PIRANHA *serrasaluro piraya*, PIRANHAS *mylctes lippincottianus* e *myletc maculatus* FIRANHA PRETA *sarrasaluro piraya*, PIRAPEMA *megalops thrissoides*. PIRARUCU *arapaima gigas*, PRATIQUEIRA *mugil* spec. juv, RABECA-*aspredo cotylóphorus*,SARDINHA GRANDE-*pellona flavipinnis*, TAMBOATÁ *callychthis litoralis*, TRALHOTO *anableps*, TRIAQUEIRA*carcharis porosus*, TUCUNARÉ *cichla ocellaris*,U-ÉNA *xiphorhamplus falcatus*.

Além dessa lista Emilio Goeldi, no mesmo trabalho, nos deu uma lista preliminar de peixes,principalmente os de água doce, do baixo Amazonas e do litoral da Guiana, coordenada por ordem sistemática que é muito preciosa.

NOTA 9

Ouvido pela imprensa do Rio, depois de uma visita à Amazônia, em 1 941, o Ministro Mendonça Lima assim se manifestou sôbre certos problemas da Ilha de Marajó:

"Ali me interessei particularmente pelos trabalhos do nosso Ministério da Viação em Marajó, centro valiosíssimo de criação de gado, mercê de suas incomparáveis campinas.

Esse problema se apresenta com duplo aspecto: O do desaguamento, de modo a evitar, sinão completamente, as inundações pelo menos reduzir o tempo das mesmas que, alargando os campos marginais aos rios muito prejudica a criação dos rebanhos, diminuindo de dia para dia, como se vem verificando, a área útil de pastagens; e noutro lado o represamento das águas necessárias aos bebedouros para que na estiagem o gado não venha a sofrer. Dos serviços já executados quero destacar os seguintes: levantamento do rio Arary, e nivelamento numa extensão de 120 km., desde a sua foz, até o lago Arary, no centro da Ilha; dragagem do rio, no lugar Araquiçaua e outros pontos que com a maré baixa, não permitem a passagem de pequenas embarcações que para ali trafegam na condução de gado.

Foram levantados e nivelados os rios Arapixi, Juncal e o dos Cajueiros e as zonas dos Mondongos, que são vastas áreas de campo permanentemente alagadas por falta de escoamento. Os rios Genipapucu e o das Tartarugas estão sendo limpados em seu leito e margem, numa extensão de 80 km.

No rio Tartarugas, como em outros da Ilha, fizeram, há cem anos atrás grandes "barragens"; eram fixas e nelas cresceram os miritisiais e outras plantas. Com o tempo, o leito do rio foi sedimentando e represado, permanentemente, as águas das chuvas; daí veiu todo o mal que se procura sanar com as obras ali realizadas. Já foi destruída uma dessas barragens, numa extensão de 400 metros, e restabelecido o curso do rio nesse ponto. O lago Arari tem 22 km. de extensão e 7 de largura e 60 de perímetro, com uma área de 110 km. quadrados e uma capacidade de 320 milhões de metros cúbicos. Êste grande lago que abastece Belém de magnífico pescado, vai ser "açudado" êsse ano (1941), a título de experiência a fim de obstar-lhe o secamento, como já vem acontecendo em anos anteriores.

Outros rios, como o Anajás-mirim, o Cambú e o Guaiabi, serão estudados e neles, oportunamente serão feitas, igualmente, obras complementares, tão logo o Ministério possa fornecer melhor aparelhamento à comissão para os duros trabalhos a seu cargo".

NOTA 10

Ferreira Penna, no seu citado Relatório, sôbre AS POPULAÇÕES NOS SERINGAIS, escreve o seguinte:

"No período de 1 840 a 1 870 o alto valor a que chegou a borracha, augmentando o número dos seus produtores, deu ocasião a se povoar uma boa parte das mattas da ilha; e assim que as margens do Afuá, Cururú, Anajás e Mapuá que ainda eram sòmente habitadas pelos poucos descendentes diretos dos antigos indígenas, recebendo de pronto uma população mais ambiciosa que infundiu sua energia e atividades naquelles impassíveis

habitantes que não tardaram a ser envolvidos e meselados na raça e no gênio mercantil de seus hóspedes.

Esta especie de assimilação dos restos da velha raça indigena á raça nova não deixou de produzir effeitos vantajosos ao país; é por effeito d'ella que hoje todos aquelles rios, como as ilhas adjacentes a Marajó, estão povoadas de cabanas de seringueiros, barracas e mesmo muitas casas de negociantes, de canôas de regatões e de vapores que penetram por todos esses lugares e por inumeraveis furos ou defluentes, á procura da carga favorita e unica — a borracha.

Entretanto, a cobiça que excita o preparo e commercio desse valioso genero, não tardou a desmascarar-se: é ella que, enquanto sepulta nos seringais milhares de pessoas, vai entretanto o resto da população na ignorancia e no indiferentismo para a instrução, para a religião, para com a patria, para com Deus, enfim para todos os mais nobres sentimentos do coração humano; e é por ella que a população definha e vive na miseria, e que todos os que se dão ao fabrico da borracha estão cobertos de dividas, morrendo, arruinam suas familias, prejudicam aos credores que tiveram a imprudencia de lhes confiar seus generos, e concorrem assim, em parte, para os apertos e perturbações em que se tem achado o commercio da capital

NOTA 11

Ao Dr. A. M. Perdigão Malheiro, escrevendo sôbre a ilegitimidade da propriedade constituída sôbre o escravo, devemos êste conceito preciso: "A economia política se associa á Philosophia, á Moral e á Religião para mostrar que o trabalho livre é de muito superior ao trabalho escravo".

* * *

Visitando a Ilha de Marajó, o escritor americano Desmond Holdridge, ali encontraria, nas formas de trabalho escravo, costumes, práticas e rotinas que a caraterizam como uma ILHA FEUDAL. Seu livro THE FEUDAL ISLAND focaliza a vida pastoril em Marajó.

* * *

Daí, naturalmente, os conceitos que se seguem, de Caio Prado, em FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: "No terreno econômico, por exemplo, pode-se dizer que o trabalho livre não se organizou inteiramente em todo o país. Há apenas, em muitas partes dele, um processo de ajustamento em pleno vigor, um esforço mais ou menos bem succedido naquela direção, mas que conserva traços bastante vivos do regime escravista que o precedeu".

* * *

O Prof. Josué de Castro, em sua GEOGRAFIA DA FOME, a propósito de latifúndios, escreve: "No Brasil, esta resistência dos índios abstencionistas e dos negros rebeldes dos quilombos, e mesmo dos colonos brancos e mestiços mais pobres, desprovidos de terras, não deu para vencer a força opressiva do latifundiarismo. Para vencer as proibições contra a agricultura de outras utilidades e a criação de quaisquer espécies estabelecidas em certas regiões e reforçadas ao máximo pela autoridade ilimitada dos senhores de engenho, impotentes em seu regime de vida escravocrata e patriarcal".

° ° °

E isso se verificou, embora com uma feição menos ampla e marcante, não só em Marajó, como noutras áreas de atividades agro-pastoris da Amazônia. Já Carl Hanson, em *Social regressions in thè Orinoco and Amazonas Bassin*, Geogr. Rew, escreve: "A superioridade dos brancos de Marajó sôbre o de outras zonas da Amazônia, pode ser atribuída a seus hábitos de criadores e à sua alimentação mais rica em produtos animais, em leite, queijo e carne".

Mas êsse mesmo autor, já antes, observara o ótimo estado sanitário dos padres salesianos da zona de São Gabriel e de Barcellos assim como o das populações brancas dos criadores da ilha de Marajó".

O mestiço, entretanto, mau grado seu regime de subnutrição, paradoxalmente, é quem se entrega a tôdas as formas de atividade rural da grande ilha, reafirmando suas virtudes exaltadas por José Veríssimo, especialmente.

NOTA 12

O Dr. Joaquim José de Assis a propósito do contrato de arrendamento das fazendas nacionais de Marajó, entre outras observações, fêz as seguintes:

"Quando as fazendas nacionais estavão sob a administração do governo os seus vaqueiros, alem do seu vestuario, alimentação e botica, recebiam os seus vencimentos em dinheiro. Consta-me que actualmente os vaqueiros não tem todos os alimentos que lhe dava a nação, e, si tem, é pela metade, e que parte de seus vencimentos são pagos em generos e fazendas, como costumam praticar todos os fazendeiros de Marajó, o que é uma vantagem. Chamarei particularmente á atenção do governo para uma melhora que reclamam as fazendas nacionais e particulares da Ilha de Marajó, intorpecendo o seu desenvolvimento, por phenomenos que decorrem da obstrução do rio Arary. Esse rio que outrora foi muito abundante em aguas e francamente navegavel, tem sido pouco a pouco obstruido por camadas de lodo que em seu leito se foi lentamente accumulando de maneira a dificultar a navegação. Da importante Villa de Cachoeira para baixo a corrente despede a confluir no Amazonas, e dessa Villa para cima, na maxima parte do anno, as aguas afluem para um lago, cujo evacuador se acha vedado por inexplicavel tecido de Canarana, de maneira que, a inundação

domina parte consideravel da Ilha causando geral mortalidade do gado e incriveis danos nas producções agronomicas da mais preciosa das ilhas Amazonicas.

Para corrigir este defeito hidrometrico basta remover a gramminea e perfurar um curto cannal, menor de 600 metros, entre Arary e o Guaiapy, ligando as respectivas secções navegaveis.

Se quizer traduzir em realidade esta obra o governo de meu pais concorrerá para o desenvolvimento magnifico a que é destinada aquella porção da terra, que faria a riqueza de uma nação inteira; e reclamo particularmente esse melhoramento para a Ilha de Marajó".

NOTA 13

Nas informações sobre as COMARCAS DA PROVINCIA DO PARÁ, organizadas em virtude do aviso circular do Ministério da Justiça, de 20 de Setembro de 1 883, Manoel Baena escreve:

COMARCA DE MARAJÓ — Comarca geral pela lei provincial n.º 273 de 23 de outubro de 1 854 e classificada em 1.º entrancia pelos decretos n.º 1 521 de 5 de janeiro de 1 855 e 5 023 de 24 de junho de 1 872. Compõe-se de um municipio, Chaves e de uma freguesia, Santo Antonio Chaves, fundada em 1 858. Limita-se ao Norte com o oceano, ao sul com as comarcas de Breves e Cachoeira, a Este com a de Soure e a Oeste com a de Macapá.

A villa de Chaves, sede de Comarca, está situada na costa septentrional da ilha de Marajó, ao occidente da ponta do Maguary, cerca de 236 kilometros, e em frente da ponta oriental da ilha Caviana, da qual dista 12 kilometros. Foi antiga aldeia dos Arauans, mencionados pelos religiosos de Santo Antonio. Lugar aprasivel e saudavel.

.....

No municipio ha uma olaria e 63 fazendas de criação de gado vaccum e cavallar, para o que tem excellentes campos e nas ilhas Mexiana e Caviana, situada á foz do Amazonas, pertencentes ao seu territorio.

.....

Comercio importante: pouca lavoura; exporta gado, que constitue a sua quasi exclusiva industria, grande quantidade de borracha, produzida principalmente no distrito de Affuá, e nas ilhas Mexiana, Caviana e Jurupary, couros, salsa, carne de vacca, cacáo em grande escala.

° ° °

No relatório apresentado ao governador do Estado pelo secretário Manuel Baena, em 1 897, lemos:

"Havendo já decorrido tempo suficiente para conhecer-se do resultado dos favores concedidos pela lei n.º 99 de 22 de março de 1 893, dirigi-me

aos fazendeiros que introduziram gado de raça mediante o auxilio da mesma lei, solicitando-lhe as necessarias informações para da-las como complementos ao que sobre este assunto tive ensejo de dizer-vos nos meus relatórios anteriores. Infelizmente não foi tomado em consideração o meu pedido, pois não recebi resposta dos meus oficios.

Consta-me, no entanto, que existem muitos produtos da raça Zebú nas fazendas dos senhores Penna & Filhos, em Marajó, e Domingos Rodrigues Novais em Monte Alegre, e que tambem existem na fazenda Cajueiros do Snr Dr. Justo Chermont, um toiro de raça Holstein. Tiveram tres crias havidas do gado nacional e uma novilha da raça Durhans: na Mexiana, fazenda da Exma. Snra. D. Floripes C. M. Pombo, 3 ou 4 rezes desta mesma raça e igual numero de crias na fazenda dos Snrs. Coronel Francisco Bezerra e Dr. Demetrio Bezerra, em Soure, 3 vacas e 2 crias da raça Holstein-Friesan e 2 touros Hereford, no Cacaul Grande, em Monte Alegre, importante estabelecimento dos Snrs. Paiva & Filhos, 1 touro, uma vaca Hereford e 5 produtos havidos do gado Barrosão.

Por decreto de 13 de novembro ultimo, foi prorrogado por mais seis meses o prazo do art. 30 do Reg. 24 de Março de 1 883, para que os fazendeiros ou criadores, que ainda empregam *signal, marca* e carimbo sem concessão legal, possam solicitar o competente titulo, como dispõe a citada lei.

NOTA 14

Numa reportagem, estampada em O ESTADO do PARÁ, sob o titulo UM RIO CONTA A SUA HISTÓRIA, Flaviano Pereira, escreveu:

"As comissões "dos melhores engenheiros" da Província procuram pela primeira vez a foz do rio. Ao invés de uma lancha apropriada levam uma "gaiola" dos maiores. Essa subida foi tão morosa que navio e comissão gastaram três dias para chegar à fazenda Arari. E a viagem termina ali, sem nenhum benefício para a região.

Finalmente, um ano depois, é conseguido um escavador; mas, quando chega, não funciona.Dizem os documentos da época que a sua unica função foi escavar 100:000$000 no Tesoouro, "trabalho" realizado com uma perícia absoluta.

Finalmente, o engenheiro Gomes de Oliveira, conseguiu, am 1874, fazer o primeiro estudo hidrográfico da região, levantando um mapa dos rios Tartaruga e Genipapocú, em combinação com o Lago e rio Arari. A sua idéia era a abertura de um canal de esgôto e que facilitasse a navegação da contra costa pelos referidos rios, com menos cuidado e perigos para as embarcações, assim como para o gado.

Mas o problema marajoara é de bem difícil solução. Se por um lado vemos a necessidade dêsse desaguamento imediato, para evitar a mortandade do gado vacum e as suas conseqüências, lembram-nos, também, da sêca inclemente, que dizima os nossos rebanhos, com o enfraquecimento das pastagens e a falta de água, pois a região está servida apenas por bebedouros naturais

e sem nenhum serviço técnico para melhorar essa situação aflitiva e não de muito boas conseqüências para o nosso futuro.

No entanto o governo não quer mais ser surpreendido novamente. Contrata na França um engenheiro que muito nos havia de servir, pois era filho da Holanda, a terra que tem o Ministério das Águas e dominou o Zuderzec. Mas êsse técnico deixou apenas um relatório, em francês, pouco convincente, onde não vimos senão banalidades sôbre o assunto".

NOTA 15

O Dr. FELISBERTO CAMARGO, Diretor do Instituto Agronômico do Norte, em Belém do Pará, assim se manifesta sôbre a CRIAÇÃO DE BUFALOS EM LARGA ESCALA NA AMAZÔNIA.

"Criou-se, na região amazônica, um "tabú" em tôrno do búfalo aquático da India: era êle considerado até pouco tempo, um animal selvagem, indomesticável, que servia apenas de motivo para exibição da valentia de caçadores.

"Muito poucos eram os fazendeiros de Marajó que reconheciam o mérito do búfalo aquático.

"O I.A.N. quebrou êsse "tabú" e valorizou o búfalo. Êste Instituto iniciou sua compra de búfalos a 800 cruzeiros por cabeça e hoje paga Cr$ 3.000,00 por novilha, para reforçar o seu rebanho na Sub-Estação de Maicurú (antiga Fazenda Cacaual Grande), Baixo Amazonas.

"Em Marajó foram importadas duas raças de búfalos o "Rosilho" da Indo-China e o "Preto" da India.

"O búfalo denominado "Rosilho" ou "Carabau', cujo habitat é o Indo-China Francesa, foi introduzido em Marajó, há cêrca de 60 anos, pelo Dr. Vicente Chermont de Miranda.

"O búfalo "Preto" indiano foi introduzido, primeiro,por Manoel Antonio Lobato, proprietário da Fazenda Diamantina, e posteriormente, por Bento Lobato Miranda, irmão do Cel. Bertino,atual proprietário da fazenda São Joaquim. Êstes dois lotes de búfalos pretos originários da India foram importados, via-Itália, pela família Lobato.

"Destas 3 importações possui hoje o IAN, cêrca de 850 animais dos quais mais de 500 já se acham na Sub-Estação de Maicurú (Cacaul Grande).

"Além dos animais adquiridos em Marajó, o Instituto Agronômico do Norte comprou do Sr. Antenor Machado,conhecido criador de Santa Rita de Cássia, Minas Gerais, diversos lotes de novilhas e garrotes descendentes dos primeiros animais importados diretamente da Índia para o Brasil.

"Estes animais conservavam-se em estado de pureza racial e quando convenientemente alimentados, pesam 800 quilos aos 4 anos de idade.

"O I.A.N. está formando, no Retiro Daniel de Carvalho, um plantel de búfalos PRETOS INDIANOS para produção de reprodutores puros, com cem vacas puro sangue provenientes de criação do Sr. Antenor Machado.

"O Instituto Agronômico do Norte importou ainda uma outra raça de búfalos "Castanhos" introduzidos inicialmente em Alagoas pelo Sr. Manoel Leão, proprietário da Usina Leão. Em 1951, o I.A.N. cruzou um touro tipo "castanho", da Usina Leão, com cêrca de 60 vacas "rosilhas", para estudo e observação. Êste cruzamento foi realizado na Fazenda do Dr. Domingos Acatauassú, Marajó.

"Ao todo possui o Instituto, atualmente, cêrca de 850 cabeças de búfalos, constituíndo na sua maioria de vacas e novilhas, com um número muito reduzido de machos. Êstes, com dois anos de idade, têm sido sacrificados para alimentação da população de Fordlândia. *Um búfalo* com 2 anos de idade fornece mais carne que 2 bois do baixo Amazonas com *três anos de idade.*

"Dentro de mais um ano, o I.A.N. completará, com sua própria criação, um rebanho de mil vacas (búfalos), que constituirá o seu plantel de produção de carne para Belterra.

"Como medida para produção de carne, deve a Amazônia intensificar ao máximo a criação de búfalos, instalando, dentro do menor prazo possível plantéis no Território do Guaporé, Amapá e nos Estados do Amazonas e Maranhão.

"Para as condições dominantes da Amazônia, o búfalo será o *animal do futuro*".

NOTA 16

HOMERO TAVEIRA LOBATO e ADALBERTO TAVEIRA LOBATO em A SITUAÇÃO ATUAL DA INDÚSTRIA PECUÁRIA NO PARÁ,(1942) fazem considerações que precisam ser conhecidas e divulgadas:

"§ 1.º — "POPULAÇÃO BOVINA DO ESTADO E A SUA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO"

"Tôda a política de orientação e fomento da produção há de basear-se em estatísticas verídicas e realizadas em períodos regulares. Sem o levantamento estatístico, exato e periódico, não será possível conhecer a fundo as possibilidades da nossa indústria pastoril, e, *ipso facto,* determinar a exportação total do gado, destinado ao consumo público e, conseqüentemente, regularizada, com acêrto e segurança, a matança na Capital e no interior do Estado. Convém, pois, passar ràpidamente em revista o que se tem realizado em matéria de estatística pecuária, referente ao Pará, quer por parte dos governos da União, quer por parte dos governos do nosso Estado.

"a) — Sem remontar, por desnecessária, a épocas mais remotas, as estimativas do gado existente no País, realizadas pela União em 1912, 1916 e 1935 deram respectivamente para o Pará: 540.980, 578.600 e 750.000 animais bovinos. O "Anuário de Estatística Mundial", publicação do "Centro de Estudos Econômicos" do Rio de Janeiro, em seu último volume de 1940,

consigna para o Pará, no quadro dos rebanhos do Brasil existente em 1937, a população bovina de 768.000 animais. Estas estimativas foram efetuadas, por coleta indireta, por meio do processo das avaliações e não se basearam, por justas razões, em nenhum dos processos clàssicamente conhecidos, como: o conjectural, os processos por analogia, por proporcionalidade ou por indícios. É a própria "Diretoria Geral de Estatística" do Ministério da Agricultura que diz, referindo-se às duas primeiras estimativas (e podemos igualmente incluir em suas considerações as duas últimas), que êstes trabalhos não constituíram o resultado de censo pròpriamente dito, mas apenas uma estimativa, mais ou menos aproximadamente do gado existente nos diversos Estados do Brasil. Sem meios para realizar uma operação censitária no rigor do têrmo, isto é na impossibilidade de *obter a informação direta de cada criador*, forçosamente havia de recorrer a dita Diretoria a um processo indireto para conseguir o cálculo aproximado do número de animais existentes em todo o território da República. Sendo assim, estas informações não podem ser inteiramente exatas, o que suporia *uma coleta diretamente feita por agentes especiais junto a cada criador.*

"Tais informações devem apenas exprimir uma avaliação aproximada e ser aceitas apenas como algarismos provisórios de uma previsão cuja realidade carece ainda ser comprovada por pesquisa censitária mais direta e eficaz. É nesta espectativa que aguardamos o resultado do recenseamento da população bovina, efetuada em cada município conjuntamente com o último recenseamento geral da população do Brasil procedido no ano de 1940.

"b) Relativamente à Estatística pecuária entre nós, a não ser o cadrastramento e censo-rural pecuário das fazendas de criação de gado existentes no território do Estado, mandado recentemente proceder pelo atual govêrno José Malcher, designando para êsse fim uma comissão composta de três membros, não temos conhecimento de nenhum outro levantamento estatístico, promovido, com esta finalidade, pelos governos locais no decorrer destes últimos anos. Ficamos, pois, aguardando com grande e justificado interêsse os resultados finais dêstes serviços censitários que ora se estão realizando. A título de curiosidade apenas, vamos mencionar algumas avaliações da nossa população bovina, extraídas de publicações esparsas e em diversas épocas:

Em Junho de 1933	900.000 bovinos
Em Setembro de 1933	800.000
Em Maio de 1938	800.000
Em Agôsto de 1938	700.000
Em Julho de 1942	700.000

"Para não alongarmos demasiadamente esta exposição citamos apenas as principais avaliações vindas a lume nestes últimos anos,delas extraindo unicamente o que interessa à questão em téla, isto é, a população bovina. Os diversos autores destas publicações, reconhecidas autoridades em assuntos econômicos, basearam as suas afirmativas: uns, em dados estatísticos publicados

sem o cunho oficial; outros, no conhecimento de inúmeras contagens e os terceiros, deduzindo as suas estimativas mediante determinadas percentagens sôbre o número total aproximado de bovinos consumidos no Estado. Como se vê, são bases um tanto precárias, mesmo para obter algarismos, senão exatos, pelo menos muito próximos da realidade. E, de fato, calcular como os do terceiro grupo, por exemplo, a população bovina, avaliando a matança em 10% (ou mediante outra qualquer percentagem) da criação existente, constitui uma dedução cômoda e simples, mas, a nosso ver, muito aleatória, máxime entre nós, em que a exportação do gado, destinado ao consumo público se tem procedido justamente por falta de censo demográfico exato,de um modo desordenado e verdadeiramente empírico.E,na desordem e no empirismo não se pode basear nenhuma estatística verdadeira, o que, aliás, ficará, mais adiante, claramente comprovado pelo caso concreto em tela. A exemplo do que antigamente se fazia no Rio da Prata, também, anos atrás, tentou-se no Rio de Janeiro calcular a população bovina do Brasil, avaliando a matança geral em 20% da criação existentc.Tais foram,entretanto,as críticas cerradas e justas, sofridas por êste processo simplista e arbitrário, que, mesmo naqueles meios adiantados, foi êle completamente abandonado. Desde essa época, que já vai longe, na República Argentina têm-se realizado, em períodos regulares, verdadeiros recenseamcntos pecuários.

"Foi,pois,com satisfação,que encontramos duas *"estimativas dos animais existentes no Estado do Pará:"* uma procedida em 1938 e publicada em 1939, avaliando para o Pará uma população bovina de 877.200 animais e outra efetuada em 1940 e publicada em 1942, consignando para o Pará uma população de 790.4998 bovinos, ambas promovidas pelo esfôrço e competente Diretor do nosso "DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA" Prof. José Coutinho de Oliveira, estimativas estas, obtidas mediante rigoroso inquérito *efetuado em cada município, junto a cada criador, pelos agentes municipais do D.E.E., sob o contrôle direto do referido Diretor.*

"Êste processo empregado pelo Prof.Coutinho de Oliveira foi exatamente o processo,já de longa data,reconhecido como o mais prático e seguro para se chegar a resultados positivos em matéria de estatística da população animal na "1.ª Conferência Nacional de Pecuária", tendo constituído uma das conclusões da tese n. 27, apresentada à dita Conferência pela antiga "Sociedade Nacional de Agricultura".

"Não tendo sido ainda divulgados os resultados finais do recenseamento animal efetuado conjuntamente com o recenseamento geral do País em 1940 pelo govêrno da União, os cálculos do presente estudo terão por base os resultados da última estimativa procedida em 1940 pelo nosso "Departamento Estadual de Estatística", por serem êstes, dos resultados publicados oficialmente, os mais recentes e principalmente os mais dignos de acatamento pelas razões acima expostas.Esta cstimativa avalia em 790.498 animais a população bovina do Pará.

"E, sem incorrer no êrro inverso, acima apontado, poder-se-ia calcular a capacidade de produção de gado para o consumo de Belém e do interior do Estado, nesse ano de 1940, em 790.498 reses, resultado êste obtido mediante

a percentagem mais aproximada entre nós, a de 10% sôbre o número total da criação existente, isto é, sôbre 790.498 bovinos. Dividindo, pelas médias também mais aproximadas em nosso meio,esta exportação em 7% de bois e 3% de vacas, contar-se-ia nesse ano para a matança geral em todo o Estado, sem prejuízo para os seus rebanhos, os números de 55.334 bois e de 23.714 vacas.

"Não devemos encerrar êste rápido exame de estatística animal,sem mencionar, com sincero regosijo e bem fundadas esperanças, o auspicioso "Convênio Nacional de Estatística Municipal", assinado, no corrente ano de 1942 pelo "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística", representando o Govêrno Federal, pelo Govêrno do Estado e pelos governos de todos os Municípios do Pará. Este convênio, além de outros valiosos benefícios, vem padronizar em normas nacionais e de acôrdo com as exigências modernas de racionalização administrativa e de perfeita eficiência técnica, todos os levantamentos estatísticos, tornando-os mediante uma nova e justa tributação, exeqüíveis em períodos regulares, por todo o vasto território do País.

"§ 2.º — "O CONSUMO DE CARNE EM BELÉM E NO INTERIOR DO ESTADO"

"Para termos uma idéa muito aproximada do consumo real de carne em Belém e no interior do Estado, torna-se necessário recorrer aos dados estatísticos, referentes ao assunto. Os dados estatísticos relativos ao gado abatido no Matadouro do Maguari, nos foram fornecidos pela Diretoria do Estabelecimento, tendo, portanto, o valioso cunho oficial. Êstes dados diferem ligeiramente dos que foram publicados pelo "Diário Oficial" do Estado sôbre o mesmo assunto. E dêste modo, verifica-se que, nos ultimos 6 anos, o gado abatido no Matadouro do Maguari para o *consumo de Belém*, foi o seguinte:

Em	1936	.....	52.278 rêses
"	1937	.....	54.449 "
"	1938	.....	50.452 "
"	1939	.....	52.505 "
"	1940	.....	53.673 "
"	1941	.....	52.930 "

"Do que fica exposto se deduz que, em média, Belém consumia anualmente 52.714 rêses.

"O consumo de carne no interior do Estado pode ser avaliado, com grande aproximação, do seguinte modo:

"a) *nos 52 municípios*, calculando 2 reses diários para cada município: 37.960 anualmente:

"b) *nas fazendas:* avaliando, em média mensal, 2 matalotagens para cada fazenda o gado nelas consumido normalmente e o abatido por ocasião dos grandes serviços.

"E calculando em 410 o número das fazendas de criação existentes no Estado (as que, porventura, não estejam incluídas neste número são pequenas fazendas de pouco gado, o que não invalida os calculos em tela), teremos, nestas bases, um consumo anual de 9.840 reses;

"c) além das reses consumidas nos 52 municípios, ainda é mister acrescentar as que, em tempos normais, são abatidas na zona *chamada da Estrada* e que se podem avaliar em 200 reses por semana ou sejam 9.600 reses anualmente.

"Somando os totais do gado abatido nos municípios, nas fazendas e na zona da Estrada,verifica-se que anualmente são consumidas 57.400 reses no interior do Estado.

"Para termos um conhecimento muito aproximado da *exportação total de bovinos*, não devemos nos limitar somente ao conhecimento do gado consumido em Belém e no interior do Estado, mas também levar em conta o gado destinado aos *vapores particulares* e aos das grandes companhias de navegação como Loide Brasileiro, a Companhia Costeira, a Booth Line e a Snapp,o qual se pode avaliar em 3.000 reses anuais, assim como a exportação, realizada para fora do Estado e que se calcula aproximadamente em 3.000 reses para o Amazonas e 3.200 para Caiêna anualmente.

"Para o fim colimado somos igualmente forçados a adicionar:

"1.º — as reses que, em média mensal de 30, morrem nos currais do Matadouro, ou sejam 360 anualmente:

"e 2.º — as que, em média mensal de 80, são condenadas pelos veterinários dêste Estabelecimento,ou sejam 960 anuais.

"Em resumo, podemos, nestas bases, avaliar o consumo total anual de bovinos em todo o território do Estado, somando as seguintes parcelas:

1.º — Para o consumo de Belém	52.715	reses
2.º — Para o consumo no interior do Estado	57.400	"
3.º — Para os vapores acima mencionados	3.000	"
4.º — Exportação para fora do Estado	6.200	"
5.º — Reses mortas ou condenadas no M.Maguari	1.320	"
Total	129.634	"

"Deixa de ser computado neste total, por falta de dados seguros para a respectiva avaliação, o número de reses que caem ou morrem, durante as viagens, nas diversas embarcações de transporte.

"Êstes algarismos, muito próximos da realidade, trazem irresistivelmente ao espírito certas reflexões e deduções lógicas, referentes à indústria pastoril entre nós. A primeira é a evidente inconsciência da imputação feita aos fazendeiros do Pará de reterem os seus gados de exportação com o fim egoístico, de forçarem a alta do preço de aquisição da carne verde, menosprezando assim, pela ganância de maiores lucros, as necessidades e os sacrifícios atuais da população pobre de Belém.

"Mas, a retirada anual de 120.634 reses de um rebanho de apenas 790.498 bovinos, o que representa uma exportação 15,2% sôbre a totalidade do gado existente, e, portanto, um excedente de 41.585 reses em relação à exportação *máxima*, 10%, que normalmente poder-se-ia efetuar, caso já regulamentada fôsse a matança geral pelos Poderes públicos, constitui certamente a mais evidente das provas de que a dita alegação se apresenta positivamente injustificada.

"É necessário igualmente salientar a impossibilidade, por qualquer motivo mesmo o da suposta provocação de um aumento dos preços em vigor, da retenção de "boiadas" feitas, assim consideradas as que já atingiram a sua melhor qualidade e, portanto, o seu maior pêso, pois que o retardamento da respectiva exportação, durante um ano ou mesmo durante alguns meses, viria fatalmente ocasionar a diminuição da qualidade e o conseqüente decréscimo do pêso dêste gado, acarretando assim avultados prejuízos aos seus possuidores.

"Dêste modo, torna-se contraproducente "armazenar" *boi*, como os tempos idos se armazenava *borracha* à espera de preços mais compensadores.

"Como os *vinhos* em geral sucede que, quanto mais retidos e velhos, melhor se apresenta a qualidade e, por conseguinte, maior a valorização.

"Com o *boi* sucede precisamente o contrário: quanto mais retido e velho, mais fraca a qualidade e, conseqüentemente menor o seu valor.

"É de notar ainda que, por diversas razões, a grande maioria dos fazendeiros do nosso Estado, têm compromissos, quase sempre inadiáveis, a saldar, o que lhes impossibilita qualquer retenção de "boiadas" em suas fazendas de criação.

"Esta não retenção do gado de exportação acaba de ser comprovada pelas minuciosas investigações,procedidas a mando da Interventoria Federal, pelo Sr.Luciano Pena Teixeira, um dos nossos mais competentes técnicos em pecuárias, nas "malhadas" de tôdas as importantes fazendas situadas nos Municípios de Soure, Cachoeira e Ponta de Pedras. Os primeiros dados, resultantes desta missão, foram recentemente divulgados pelos jornais desta capital.

"Diante dos algarismos impressionantes acima mencionados, um dos mais talentosos e conhecidos homens públicos da nossa terra, numa reunião particular, em que tomava parte o Interventor Federal José Malcher, exclamava: "O boi do Pará estica como borracha!" Certamente, movido pela mesma impressão, já eu em 1938, num dos nossos mais lidos matutinos afirmava: "Os fazendeiros não se têm furtado ao dever de fornecer gado para o abastecimento de Belém".

"A que fica, pois, reduzida a referida imputação?

"Finalmente outra dedução se nos impõe ao espírito: é a de que, se calculássemos a população bovina do Estado, considerando o total do gado exportado (120.634 reses) como representando a percentagem de 10% do gado existente, teríamos, então nestas bases, um rebanho total de 1.206,340 reses, número êsse que, até a presente data, a mais otimista estimativa ou avaliação jamais consignou para o Pará.

"§ 3.º — A "QUANTIDADE DE CARNE NECESSÁRIA AO ABASTECIMENTO NORMAL DE BELÉM E O "DEFICIT ATUAL".

"A longa experiência do comércio das carnes verdes entre nós demonstra que atualmente a quantidade de carne necessária ao abastecimento normal de Belém deverá obedecer ao seguinte critério:

"De segunda-feira a sábado: 25.000 *quilogramas* diários;

"aos domingos mais 40% sôbre êste número ou sejam 35.000 *quilogramas.*

"Este pêso total corresponde aproximadamente a uma média de 170 reses diárias e, portanto, a um consumo anual de 62.050 *bovinos.*

"Pelo exame estatístico do gado abatido no Matadouro do Maguari nestes últimos seis anos, já deduzimos que, neste período, Belém consumia 52.714 reses bovinas em média anual. Para fixarmos esta média com uma aproximação ainda mais rigorosa, temos que subtrair de 52.714 o total das condenações, que sofre o gado depois de abatido e que, por uma média mensal correspondente a 80 reses, pode ser avaliado em 960 reses anualmente. Tem, pois, a nossa Capital consumido, mais exatamente, 51.754 reses por ano.

"Sendo necessárias, como vimos 5.170 reses mensais ou 62.050 anuais para o abastecimento normal de Belém, torna-se evidente, que, para o atual consumo, nos faltam 858 reses mensais ou 10.296 anuais.

"Resumindo concluimos que:

"1 — Para o consumo normal de Belém, na base de 170 reses diárias são necessárias 5.170 por mês ou 62.050 por ano.

"2 — Que o "deficit" atual pode ser avaliado, nas bases acima citadas, em 959 reses mensais ou 10.206 anuais".

NOTA 17

DADOS ESTATISTICOS SÔBRE A PRODUÇÃO DE PESCADO NA ILHA DE MARAJÓ

Não temos dados estatísticos, absolutamente rigorosos, sôbre a produção de pescado em tôda a Ilha de Marajó.

É inegável o esforço dispendido, nêsse sentido, pela Inspetoria do Instituto Brasileiro de Geografia, em Belém, mas a complexidade da exploração das águas lacustres e litorâneas de Marajó impede uma coleta de elementos para a organização de quadros e gráficos estatísticos.

É o lago Arary, evidentemente, o maior contribuinte para o volume total dessa pesca, mas outros lagos, na mesma ilha e nas que, com ela, formam o arquipélago em foco, concorrem com algumas toneladas diárias de pescado, principalmente no verão, época em que as *geleiras*, procedendo de Belém, se insinuam pelos cursos d'água de Marajó, buscando aquele lago, até a sua entrada, ou fundeando nos portos de fazendas que possuem lagos centrais, ricos de peixes e aves aquáticas, e, também, lagos e barragens onde ensaiam os seus proprietários uma piscicultura rudimentar.

À base dos dados constantes no talonário das prefeituras municipais de Marajó, facil seria levantar-se anualmente um quadro estatistico dessa produção, capaz de prestar-se a estudos e conclusões. O movimento geral de pescado, em Belém, pode ser computado em 20 toneladas diárias, principalmente no verão, sendo que, frequentemente, nessa época, tôda a referida tonelagem procede só da ilha de Marajó. Recorrendo às fontes oficiais de estatistica encontramos no SERVIÇO DE ESTATISTICA DA PRODUÇÃO (Do Conselho Nacional de Estatistica — I.B.G.E.) do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, os dados seguintes:

Para o total de 9.100.300 (kg) com que aparece o Estado do Pará, na publicação oficial PRODUÇÃO BRASILEIRA DE PESCADO — 1949/1953, com o valor de Cr$ 43.336.666, destacam-se os Municipios da Ilha de Marajó apreciavelmente, como segue:

Afuá	15.506 kg	Cr.$	67.123
Arariuna	714.616 "	"	1.412.779
Chaves	3.200 "	"	7.900
Muaná	10.150 "	"	66.250
Ponta de Pedras	700.000		2.100.000

A contribuição, porém, para o volume total da PRODUÇÃO DE CONSERVA, SALGA E OLEO DE PEIXE, procede apenas de dois Municipios marajoaras, como se vê:

Arariuna	Peixe salgado seco	11.090 kg	Cr.$	55.647
Chaves	Peixe salgado	3.000 "	"	22.500

São êsses os únicos dados, dignos de divulgação, porém um tanto discutiveis, que podemos oferecer à apreciação dos estudiosos das possibilidades da economia pesqueira da grande Ilha de Marajó.

LITERATURA

Alexandre Herculano — DO ESTADO DAS CLASSES SERVAS NA PENINSULA desde o VIII até o XII séculos. Lisbôa MDCCCLVIII.

Alfred Russel Wallace — A NARRATIVE OF TRAVELS ON THE AMAZON AND RIO NEGRO — 1889.

Alfredo Moreira Pinto — APONTAMENTOS para o DICIONÁRIO GEOGRAPHICO do Brasil — 1899.

Alvaro Adolfo — PLANO de VALORIZAÇÃO da AMAZÔNIA — 1951.

Aires de Casal — COROGRAPHIA BRASILICA — I.N.L. 2 vols. 1945-1947.

Alfred Métreaux — LE CARACTÈRE de la CONQUÊTE JESUITIQUE.

Alexandre R. Ferreira — VIAGEM à ILHA GRANDE de JOANNES — 1789.

Alipio Miranda Ribeiro — ZOOLOGIA.

A. de Amorim Pinto — GEOGRAPHIA de PORTUGAL — 1941.

Antonio Nogueira — AMBIENTE PASTORIL AMAZÔNICO.

Agostinho M. Perdigão Malheiro — ILLEGITIMIDADE da PROPRIEDADE CONSTITUIDA SOBRE o ESCRAVO — 1863.

A. L. Monteiro Baena — COMPENDIO das ERAS — da PROVINCIA do PARÁ — 1838.

AS COMARCAS da PROVINCIA do PARÁ — 1883.

A. C. de Magalhães — MONOGRAPHIA de PEIXES FLUVIAIS da AMAZÔNIA.

Arthur C. F. Reis — A POLITICA de PORTUGAL no VALE AMAZÔNICO.

O PROCESSO HISTÓRICO da ECONOMIA AMAZONENSE.

ESTADISTAS PORTUGUESES NA AMAZÔNIA.

O SERINGAL E OS SERINGUEIROS.

Arnold J. Toynbee — GUERRA Y CIVILIZACIÓN.

Antonio Vicente Cochado — A CARTA do DELTA AMAZÔNICO — 1623.

Alejandro Lipschutz — EL INDOAMERICANISMO Y EL PROBLEMA RACIAL EN LAS AMERICAS — 1944.

Araujo Lima — AMAZÔNIA: a Terra e o Homem.

Barão de Marajó — AS REGIÕES AMAZÔNICAS, estudo chorographico

A AMAZÔNIA, as PROVINCIAS DO PARÁ e AMAZONAS e o GOVERNO CENTRAL — do BRASIL — 1883.

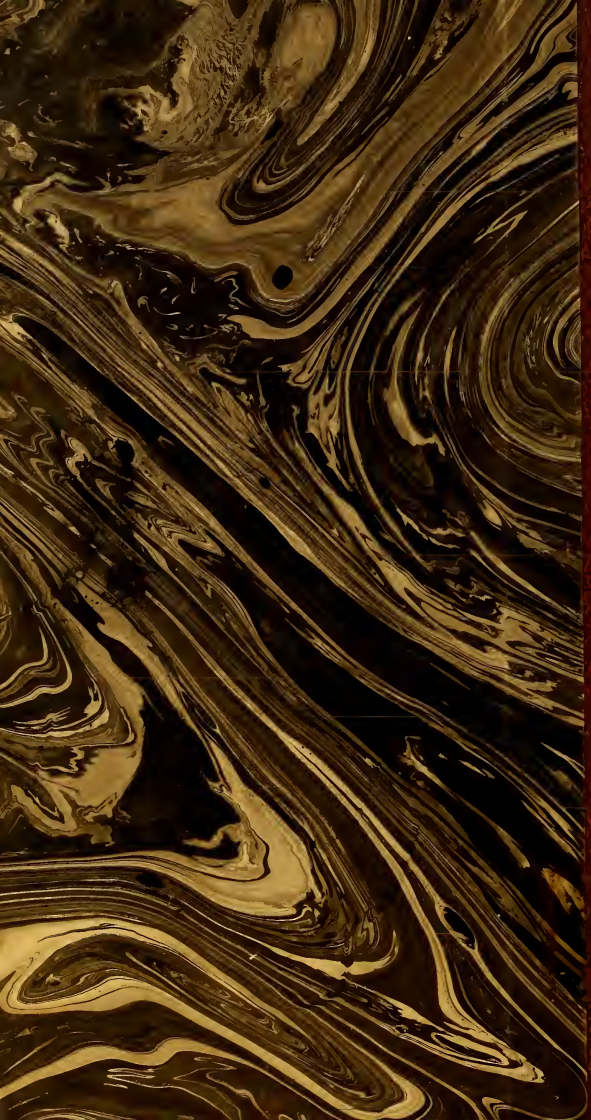
ESTUDOS CHOROGRAPHICOS DOS ESTADOS DO GRAM PARÁ e AMAZONAS — 1895.

Carl Hanson — SOCIAL REGRESSIONS IN THE ORINOCO AND AMAZONAS BASSIN — Geog. Reus.

Caio Prado Junior — FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL CONTEMPORANEO.

Carlo Juci — INTRODUZZIONE ALLO STUDIO DELA GENETICA — 1944.
Ch..Marie La Condamine — VOYAGE À L'AMÉRIQUE MERIDIONALE.
Desmond Holdridge — THE FEUDAL ISLAND.
THE DEATH OF A COMMON MAN.
Delgado de Carvalho — GEOGRAPHIA DO BRASIL — 1931.
Donald Pierson — ESTUDOS DE ECOLOGIA HUMANA.
Dalcidio Jurandyr — MARAJÓ — 1947.
CHOVE NOS CAMPOS DE CACHOEIRA.
Domingos S.Ferreira Penna — RELATORIO — (As populações nos Seringais). A REGIÃO OCCIDENTAL da PROVINCIA do PARÁ (Resenhas Estatisticas das Comarcas de Obidos e Santarem) — 1869 A ILHA DE MARAJÓ — 1885.
Emilio Goeldi — MARAVILHAS DA NATUREZA NA ILHA DO MARAJÓ — PRIMEIRA CONTRIBUIÇÃO PARA O CONHECIMENTO DOS PEIXES DO VALE DO AMAZONAS E DO GUIANA
Friderich Katzer — GEOLOGIA DO ESTADO DO PARÁ — 1933.
Gilberto Ozorio de Andrade — UM COMPLEXO ANTROPOGEOGRAFICO.
Henrique A. Santa Rosa — HISTORIA DO RIO AMAZONAS — 1926
Irval Lobato — A PECUARIA NO PARÁ E CONDIÇÕES PARA SEU DESENVOLVIMENTO.
João Daniel (Pe.) — TESOURO DESCOBERTO NO MAXIMO RIO AMAZONAS.
João Ribeiro Mendes — O Dr. ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA.
Jean Brunhes — LA GEOGRAPHIE HUMAINE — 1947.
José Verissimo — SCENAS DA VIDA AMAZONICA — 1886.
João Botelho — VIAGEM PARLAMENTAR A AMAZÔNIA.
José Ferreira Teixeira — O ARQUIPELAGO DE MARAJÓ.
Josué de Castro — GEOGRAFIA DA FOME.
Jorge Hurley — A ILHA DE JOANNES (inédito).
J.Huber — CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAPHIA PHYSICA DE MARAJÔ — 1902-1908.
OBSERVAÇÕES SOBRE AS ARVORES DE BORRACHA DA REGIÃO AMAZÔNICA — Boletim do Museu Paraense — Vol. III — 1902-1908.
J.Orton Kerby — THE LAND OF TO MORROW — 1906.
J.Lucio Azevedo — ESTUDOS de HISTÓRIA PARAENSE.
EPOCAS de PORTUGAL ECONOMICO.
J.Barbosa Rodrigues — AS HEVEAS.
J. B. Von Spitx e C. F. P. Von Martius — REISE IN BRASILIEN. 1823
Leon Homo — LA ITALIA PRIMITIVA Y LOS COMIENZOS DEL IMPERIALISMO ROMANO — MCMXXVI.
Luis Calandrine da Silva Pacheco — MEMORIA (inédita).
Luther Gulick — PLAN EN GRAN ESCALA, de acuerdo a lo ilustrado por la autoridad del VALLE DEL TENNESSEE —(Informe da BRITISH ASSOCIATION — 1942).

Luiz Agassiz — VIAGEM AO BRASIL — 1938.
Mecenas Dourado — A CONVERSÃO DO GENTIO.
Manoel Barata — ANTIGA PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DO PARÁ.
Mendonça Lima — ENTREVISTA.
Nunes Pereira — O PEIXE BOI DA AMAZÔNIA — 1944.
NEGROS ESCRAVOS NA AMAZÔNIA (Anais do X. Congresso da História).
Orville Derby — A ILHA de MARAJÓ — Boletim do Museu Paraense vol. II — 1897-1898.
Ortega y Gasset — LAS ATLANTIDAS — 1942.
Ocelio Medeiros — À MARGEM DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO DA AMAZÔNIA — 1948.
Osorio Nunes — INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA — 1951.
Pierre Monbeig — ENSAIOS DE GEOGRAFIA HUMANA BRASILEIRA — 1940.
Pierre Deffontaines — L'HOMME ET LES ÎLES.
Pierre Dangereau — BIOSFERA.
Paul Le Cointe — L'AMAZONIE BRÉSILIENNE — 1870.
O ESTADO DO PARÁ.
Raymundo.C.A. da Cunha — PEQUENA CHOROGRAPHIA DA PROVINCIA DO PARÁ — 1897.
Ruth Benedict — RAZA: CIENCIA Y POLITICA — 1941.
Roberto Simonsen — HISTORIA ECONOMICA DO BRASIL.
Roquete Pinto — RONDONIA.
Sanchez Labrador — EL PARAGUAY CATHOLICO — 1772.
S.A.Sévertzov — DINAMICA DE LA POBLACIÓN ANIMAL — 1947.
Tavares Bastos — O VALLE DO AMAZONAS — 1937.
A PROVINCIA.
Vidal de la Blache — PRINCIPIOS DE GEOGRAPHIA HUMANA — 1946.
Vicente Chermont de Miranda — OS CAMPOS DE MARAJÓ E A SUA FLORA CONSIDERADA DO PONTO DE VISTA PASTORIL — Boletim do Museu Goeldi — Vol. III — 1902-1908.

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

Ficha para empréstimo do livro